



**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**ALEX BATISTA DE ANDRADE**

**A INTERFERÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DOS INDIVÍDUOS NO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO E OS GARGALOS DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE URUANA – GOIÁS**

**Assunção - Paraguai**

**2019**

**ALEX BATISTA DE ANDRADE**

**A INTERFERÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DOS INDIVÍDUOS NO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO E OS GARGALOS DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE URUANA – GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Postgrado da Facultad de Ciencias Sociales Interamericana-FICS como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Martha Luciene Rocha Gomes

**Assunção – Paraguai**

**2019**

**ALEX BATISTA DE ANDRADE**

**A INTERFERÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DOS INDIVÍDUOS NO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO E OS GARGALOS DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE URUANA – GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Postgrado da Facultad de Ciencias Sociales Interamericana-FICS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

APROVADO:

---

---

---

## DEDICATÓRIA

*Dedico esse estudo a minha família que são alicerce da minha formação humana e intelectual, alunos pelos quais busco sempre aprimorar meu conhecimento com a finalidade de levá-los a aprendizagem consciente, crítica e democrática de deveres e direitos.*

## Resumo

Este tem como objetivo a investigação das concepções históricas do processo de ensino do Brasil, desde a chegada dos portugueses, a inserção do processo educacional pelos padres da Companhia de Jesus na colônia brasileira, até o processo de redemocratização do Brasil com a Constituição de 1988, que norteia as principais mudanças fundamentais que vem transformando o ensino público brasileiro. Tem como objetivo de estudo o conhecimento e avaliação das políticas públicas educacionais e seu impacto no processo de ensino aprendizagem, tendo o professor como o principal agente transformador da sociedade. Tendo como princípio a orientação na formação dos estudantes, na questão intelectual, humana e social para que ele seja um cidadão capaz de viver bem no meio social em que se encontra inserido trabalhando para que neste ambiente ocorra as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade mais justa de igualdade a todos em que a educação é o principal mecanismo de promoção social, profissional e de transmissão de valores humanos para todos os indivíduos. Visto que este trabalho baseia-se na análise das políticas públicas do sistema de ensino brasileiro, as suas estratégias com o foco na diminuição das desigualdades social e educacionais que impera nos centros de ensino do nosso país. O objeto de estudo é o processo de conhecimento das principais políticas públicas no âmbito educacional em nível federal, estadual e municipal, neste caso avaliar a ação destas políticas nas Unidades de Ensino do município de Uruana – Goiás, percebendo sua eficiência no fazer pedagógico do professor e suas práticas de ensino, tendo como finalidade imprescindível a aprendizagem do aluno com qualidade e eficiência. Foram observadas nesta pesquisa as seguintes vertentes sobre as políticas públicas que são inseridas no processo de ensino: a) sua qualidade e eficácia, b) a ação execução dos professores no seu planejamento pedagógico, c) sua promoção social na ação pedagógica e conhecimento dos alunos. Assim, no final desta tese foi analisada a percepção dos professores sobre as políticas públicas educacionais nos quesitos acima mencionados percebendo os benefícios em todas as fases do ensino constituindo com isso a análise do impacto real destas políticas educacionais no cotidiano escolar, que é o trabalho pedagógico do professor diariamente no contexto de sala aula, buscando através da sua prática e suas metodologias de ensino a aprendizagem dos alunos.

**Palavras chaves: educação, políticas públicas educacionais, professores e alunos.**

## Resumen

Su objetivo es investigar las concepciones históricas del proceso de enseñanza en Brasil, desde la llegada de los portugueses, la inserción del proceso educativo por parte de los sacerdotes de la Compañía de Jesús en la colonia brasileña, hasta el proceso de redemocratización de Brasil con la Constitución de 1988, que guía los principales cambios fundamentales que han estado transformando la educación pública brasileña. Su objetivo es estudiar el conocimiento y la evaluación de las políticas públicas educativas y su impacto en el proceso de enseñanza-aprendizaje, teniendo al maestro como el principal agente transformador de la sociedad. Teniendo como principio la orientación en la formación de los alumnos, en la cuestión intelectual, humana y social para que sea un ciudadano capaz de vivir bien en el entorno social en el que se inserta trabajando para que en este entorno se produzcan los cambios necesarios para la construcción de una sociedad. Igualdad más justa para todos en la que la educación es el mecanismo principal para la promoción social, profesional y la transmisión de valores humanos a todos los individuos. Dado que este trabajo se basa en el análisis de las políticas públicas del sistema educativo brasileño, sus estrategias se centran en reducir las desigualdades sociales y educativas que prevalecen en los centros de enseñanza de nuestro país. El objeto de estudio es el proceso de conocimiento de las principales políticas públicas en el ámbito educativo a nivel federal, estatal y municipal, en este caso para evaluar la acción de estas políticas en las unidades docentes del municipio de Uruana - Goiás, realizando su eficiencia en la práctica pedagógica del docente. y sus prácticas de enseñanza, con el propósito esencial de que los estudiantes aprendan con calidad y eficiencia. En esta investigación observamos los siguientes aspectos sobre las políticas públicas que se insertan en el proceso de enseñanza: a) su calidad y efectividad, b) la acción de ejecución de los docentes en su planificación pedagógica, c) su promoción social en la acción pedagógica y el conocimiento de los estudiantes . Por lo tanto, al final de esta tesis, se analizaron las percepciones de los docentes sobre las políticas públicas educativas en los aspectos antes mencionados, realizando los beneficios en todas las fases de la educación, lo que constituye el análisis del impacto real de estas políticas educativas en la vida escolar diaria, que es el trabajo pedagógico. del docente diariamente en el contexto del aula, buscando a través de sus prácticas y metodologías de enseñanza el aprendizaje de los alumnos.

**Palabras clave:** educación, políticas públicas educativas, docentes y alumnos.

## **AGRADECIMENTOS**

No processo de construção de um trabalho desta magnitude de caráter investigativo me senti por vários momentos, solitário e sozinho. No caminho desta pesquisa, obtive tal impressão, no qual me deparava na frente do computador, leitura das bibliografias, questionários, tabulação e a análise de dados com construção dos gráficos. Assim, no decorrer desta pesquisa fui percebendo que não estava sozinho, pois não existe a produção de um trabalho sem as inter-relações pessoais. Neste sentido, traduzo abaixo o meus agradecimentos a todos os atores envolvidos que me ajudaram nesta pesquisa científica.

Ao grande criador da vida, “DEUS”, que me proporcionou a saúde, serenidade e disposição necessária que me permitiu organizar meus pensamentos para finalização deste trabalho. Ao meu querido Wesley, meu incentivador, motivador que esteve comigo sempre em todos os momentos do processo de construção e finalização deste trabalho. A minha querida mãe, minha eterna professora, sendo minha fonte inspiradora a seguir essa profissão que amo e me realizo diariamente.

A querida amiga professora Maria Divina de Jesus Silva, que através dos nossos diálogos sobre a educação, nos sentimos cada vez mais apaixonados pela nossa profissão, mesmos com as dificuldades e devaneios, mas acreditando no papel e na força que “ela”, exerce na transformação social dos alunos.

A minha gratidão a professora orientadora doutora Martha, pela oportunidade de receber suas orientações, pela confiança no tema da minha pesquisa. Por suas conversas, paciência diante de meus questionamentos e dúvidas. Assim, digo vencemos professora.

Aos professores das Unidades Educacionais, aos alunos, pela receptividade e tempo para responderem a pesquisa, pois, foi através de suas colocações pude chegar a esse fim, o trabalho finalizado. Meu muito obrigado.

Em especial a minha querida e estimada irmã em Cristo Jesus, professora Maria Divina, em vários momentos compartilhamos nossos conhecimentos sobre a educação como meio fundamental para a superação das mazelas sociais e na construção de uma sociedade de oportunidades a todos. E as professoras Elaeny Gláucia e Beatriz Dourado que me ajudaram com excelência nas tabulações da

pesquisa, construção dos gráficos, suas análises e a revisões ortográficas. Muito obrigado.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO I.....	13
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO BRASIL .....	13
1.1 CAMINHOS DE MUDANÇAS NO ENSINO BRASILEIRO E EM GOIÁS .....	22
CAPÍTULO II.....	46
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS DIRETRIZES CURRICULARES MUNICIPAIS NA CIDADE DE URUANA-GOIÁS-BRASIL .....	46
2.1 DIRETRIZES CURRICULARES .....	52
2.2. A PRÁTICA: AS DIRETRIZES NA SALA DE AULA .....	56
CAPÍTULO III.....	68
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	68
3.1 ANÁLISE DE DADOS DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ ALVES TOLEDO.....	69
3.2 ANÁLISE DE DADOS DO COLÉGIO ESTADUAL ZICO MONTEIRO. ....	79
3.3 ANÁLISE DE DADOS DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DE MORAES FREITAS.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	107

## INTRODUÇÃO

Esta proposta de pesquisa tem como conflito o impacto das ações e mediação das políticas públicas educacionais no trabalho do professor com o foco primordial o sucesso ou fracasso na vida educacional dos alunos das escolas públicas, neste caso as Unidades de Ensino Públicas do município de Uruana – Goiás. Sabemos que esse tema é um objeto de discussão entre professores e também nos centros acadêmicos. Neste sentido, destacamos essa problemática na questão atual, uma vez que consideramos que ainda os alunos são promovidos para as séries seguintes sem terem adquirido as habilidades de conhecimento necessárias, ocasionando a evasão escolar e o fracasso do processo de ensino aprendizagem. Assim, surgem vários questionamentos sobre o que levam a aprendizagem dos alunos ao sucesso ou ao fracasso do ensino. Será que é a falta de preparo dos professores, ausência familiar, a falta de maturidade ou desinteresse dos alunos? Ou ainda será que as políticas públicas educacionais tem o efeito esperado por professores e por alunos na sua vida acadêmica?

Portanto, buscamos tomar cuidado para não ampliarmos demais essa discussão, tendo como foco o tema central deste estudo. Aqui nossa ênfase desta investigação ocorrerá no campo das ações das políticas públicas educacionais que refere a nossa temática central, isto é, buscar esclarecimentos sobre os fatores que condicionam o fracasso escolar no ensino público.

O período a ser analisado através de pesquisas e investigação sobre a ação das políticas públicas nas práticas educacionais ocorre entre 2016 – 2018, momento em que a Secretaria de Estado da Educação faz investimentos e acompanhamentos sobre o trabalho dos professores e aprendizagem dos alunos com o foco na elevação dos índices da educação básica no Estado de Goiás, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Por entendermos que nossa pesquisa não ficará limitada apenas às políticas educacionais efetivadas pelo o Estado no campo educacional, mais em outros aspectos tais como – sociais, culturais, econômicos e familiares da vida dos alunos que interferem no processo de ensino aprendizagem. Assim, quais seriam as políticas educacionais de impactos na aprendizagem existentes nas unidades educacionais do município? Contudo, direcionamos uma questão central desta

pesquisa, a saber: Como tem sido organizada e configurada a política educacional no município com o foco na aprendizagem dos alunos?

Portanto o foco central desta pesquisa é analisar, compreender e perceber quais foram às políticas educacionais direcionadas pela Secretaria de Estado da Educação nas Unidades Escolares do Município de Uruana para dar soluções a problemática de aprendizagem dos alunos.

Destaco abaixo os objetivos específicos pelos quais será delineada essa pesquisa:

- Identificar as ações e/ou políticas públicas executadas nas Instituições Escolares do Município de Uruana – Goiás, entre 2016 – 2018 com o fator de impacto no trabalho do professor para o sucesso do ensino aprendizagem.
- Destacar os aspectos relativos aos indivíduos envolvidos no processo de ensino aprendizagem na problemática do fracasso escolar, como fator preocupante quando se refere à qualidade da educação, sendo um direito de todos, dever do Estado, família e sociedade.

O caminho a ser percorrido neste processo de pesquisa, bibliográfica, analítica através da interpretação de dados por meio de aplicação de questionários aos professores e a construção dos gráficos, parte-se neste sentido pelo processo metodológico qualitativo e exploratório, uma vez que é de suma importância à familiaridade com a problemática que envolve esse estudo sobre o impacto das políticas públicas educacionais no processo de ensino aprendizagem, os desafios de o professor ensinar os alunos com qualidade e eficiência.

Ao lermos e analisarmos o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que se refere à Educação, ele nos informa o direito da Educação, o dever do Estado e da família em efetivá-la na vida dos indivíduos.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Artigo. 205. CF88)

Portando a partir do artigo 205, é factível para o sucesso da educação a participação dos atores educacionais, nele mencionado o Estado e a Família, no incentivo aos alunos na sua formação intelectual e humana e o papel do governo em aprimorar as políticas públicas para o campo da educação dando garantias a aprendizagem plena do indivíduo contemplando seus aspectos sociais, políticos, culturais tendo como pressuposto o ingresso do indivíduo ao mundo do trabalho.

Quando voltamos nosso olhar sobre o pesquisador e o indivíduo a ser inquirido no processo de pesquisa, faz-se necessário mencionarmos o autor Elias (1994) e a sua compreensão em que se elucida sobre o fato: pois não é possibilidade a perceber e compreender o processo sociológico sem o elemento primordial que são as relações que permeiam os indivíduos em diferentes situações. Portanto, a partir do autor pautaremos nosso debate com a visão na sociologia figuracional que traz apontamentos:

“[...] que na realidade não existe esse abismo entre o indivíduo e a sociedade. Ninguém duvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda a sociedade é uma sociedade de indivíduos [...]” (ELIAS, 1994, p. 16).

Nesta linha de pensamento é que será possível à compreensão sobre as situações aqui elencadas no processo de pesquisa e os atores envolvidos por meio de suas interdependências. Para tanto, esta proposta de pesquisa, terá como base os pressupostos na sociologia figuracional, que leva em considerações as relações que se estabelecem os pesquisadores e os sujeitos pesquisados.

O nosso estudo foi estruturado da seguinte maneira: o capítulo 1 apresenta um resumo do contexto histórico da educação no Brasil desde a chegada da família real portuguesa no Brasil, até dos dias atuais, o capítulo 2 As Políticas Públicas e as Diretrizes Curriculares Municipais na cidade de Uruana-Goiás-Brasil e o capítulo 3, faremos a discussão e a análise dos dados da pesquisa que como propostas a interferência das políticas públicas educacionais no processo de ensino aprendizagem.

## CAPÍTULO I. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO BRASIL

Segundo Romanelli (1991), o processo histórico de formação das bases educacionais do Brasil tem como ponto de partida no ano de 1549, a partir da chegada da Companhia de Jesus com os padres jesuítas no período do Governo Geral, Tomé de Souza. O que se observa em relação à educação é que por mais de 200 anos o processo de ensino no Brasil ficou nas mãos dos padres jesuítas, sendo eles os disseminadores do ensino público brasileiro. Portanto, com a finalidade de garantir o sucesso da política de colonização de Dom, João III, e a atender o propósito missionário da Igreja Católica, visto que vinha perdendo fieis devido a Reforma Protestante de Lutero na Europa, foi definido como forma de educar – a catequese tendo como objetivo a pacificação dos índios diante da proposta de colonização das terras recém- descobertas.

Contudo, para atender o que estava definido na ação de colonizar o Brasil, foi-se criando as escolas de primeiras letras e os colégios, cuja finalidade era a formação de novos sacerdotes para a ação missionária nesta nova terra. Nesta linha de raciocínio nos diz Romanelli:

“[...] As condições objetivas que, portanto favoreceram essa ação educativa foram, de um lado, a organização social e, de outro, o conteúdo cultural que transportando para Colônia, através da formação mesma dos padres da Companhia de Jesus. [...]” (ROMANELLI, 1991, P.33).

Não se pode negar a grande influência dos padres da Companhia de Jesus na formação dos primeiros passos para a organização educacional no Brasil Colônia, desde sua ação no processo de colonização, até o processo inicial do sistema de ensino, que atendia somente as famílias da aristocracia, que lhes cabia o direito a formação educacional, isso seria um número restrito uma minoria, em que estava a exclusão das mulheres. A iniciação na formação das primeiras letras era para filhos homens, os primogênitos, recebiam uma educação escolar rudimentar, pois lhes cabia à direção no futuro dos negócios familiares. Todavia, essa educação era limitada a um número limitado, um grupo de pessoas que faziam parte da elite dominante da aristocracia colonial brasileira.

Logo em 1759, Marquês de Pombal decreta o fim do casamento entre os jesuítas e o elemento colonizador português, com o decreto de São Sebastião de Carvalho de Mello, ocorreu à expulsão da Companhia de Jesus dos seus domínios na colônia Portuguesa. Com a decisão de afastar os jesuítas, Pombal coloca para si a responsabilidade pela a instrução do ensino público com a chamada Reforma Pombalina, com o objetivo de realizar não apenas uma renovação no campo do saber, mas sim assume a ousadia de laicizá-lo, em que determinam como ponto primordial os interesses políticos e civis do Império Lusitano provocando com isso o início do afastamento da Igreja da questão educacional. Neste contexto histórico da educação no Brasil, é importante perceber que o ensino foi-se reconstruindo sobre as ruínas deixadas pelo o sistema implantado pelos os jesuítas com a fragmentação nas aulas régias de humanidades, das ciências e primeiras letras.

Mesmo com expulsão dos Padres Jesuítas pelo Marquês de Pombal e a luta pelo afastamento da Companhia de Jesus da questão educacional no Brasil Colônia, Romanelli nos diz que:

“[...] os jesuítas mantiveram os seus colégios para a formação de sacerdotes, foram eles que formaram a massa de tios-padres, capelães de engenho, mestres-escolas ou preceptores dos filhos da aristocracia rural. Formados nos seminários dirigidos pelos Jesuítas, eles foram naturais continuadores de sua ação pedagógica. Compuseram também a maior contingente de professores recrutados para as chamadas aulas régias introduzidas pela a Reforma Pombalina. [...]” (ROMANELLI, 1991, P.36).

A partir das colocações de Romanelli, percebe-se a grande influência da Companhia de Jesus, no processo educacional do Brasil Colônia e mesmo com sua expulsão deflagrada por Marquês de Pombal, os futuros professores das aulas régias que marcaram o surgimento do ensino público oficial e laico visto que, até então, a educação formal em todos os seus níveis estava sob o controle da Igreja, que também detinha grande influência sobre outras áreas da cultura, como as artes e a impressão de livros. Sendo que por falta de educadores de acordo com sua reforma ainda estava ligada aos ensinamentos pedagógicos ensinados pelos padres jesuítas.

O que se percebe na historiografia da educação brasileira no período da Reforma Pombalina, destacou-se pelo ciclo desastroso para o sistema de ensino do Brasil. Assim nos afirma Niskier:

“A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas”. (Niskier, 2001, p. 34).

O que se percebe que enquanto a Metrópole Portuguesa buscava delinear a construção de um sistema público de ensino, moderno e popular, aqui no Brasil no período colonial, mesmo apesar das várias tentativas, através de alvarás e as aulas régias com os ensinamentos de (Latim, Grego, Filosofia e Retórica), só desarranjou o sistema de ensino construído pelo os padres da Companhia de Jesus com o fechamento de todos os seus colégios. Portanto, pedagogicamente o Reforma Educacional Pombalina não representou grandes avanços, mesmo com a impressão de novos livros e com um novo modelo de ensino, neste momento não tinha na colônia professores formados e preparados para atender os anseios de ensino que propunha essa proposta de ensino.

Diante desta discussão sobre o primeiro modelo de educação anteriormente mencionado, implantado no Brasil pelas veias da colonização é preciso olhar também para os descaminhos vivenciados no sistema de ensino atual de forma arbitrária procura-se impor uma Reforma do Ensino, sem a perspectiva e os questionamentos dos verdadeiros atores pela transformação do ensino aprendizagem que são os alunos e professores. Assim, o que se percebe é a personificação da ação do poder público a partir do jogo de interesses de um grupo dominante que procura se manter no poder tendo nas políticas públicas de ensino, dentre outras (e supostamente), um dos meios de escrever o nome na história política do país, como sendo o responsável pelos arranjos corretivos de um sistema que ao longo da história se acumulam entraves que o credenciam - o ensino brasileiro- como um dos piores do mundo, ainda que se percebam manipulações engendradas por projetos pedagógicos que criam artifícios que apresentam diminuição nas reprovações e evasões mostram às comunidades estrangeiras uma situação oposta à realidade que de fato vivencia-se, manipulada, irreal e ilusória em relação aos demais, principalmente quando se volta o olhar para a reformulação do ensino médio.

De acordo ROMANELLI (1991), a formação do ensino superior no Brasil, é instituída a partir de um processo social e econômico devido à vacância de profissionais. E quanto a sua implantação, baseia-se pela necessidade de

profissionais formados por área de conhecimento (médicos, cirurgiões, advogados, engenheiros), pra suprir essa carência de trabalhadores na colônia. Nesse nível de ensino percebe de forma mais acentuada as incoerências do sistema de ensino de base que se revelam no ensino superior, são identificados nas cadeiras das universidades alunos desprovidos de capacidade de escrita, leitura e mesmo de raciocínio.

Após, a saída da Família Real de Portugal para o Brasil para fugir dos domínios de Napoleão Bonaparte, a colônia não tinha profissionais capacitados para atender a nova sociedade que chegava ao território. Como novo administrador imperial, D. João VI, diante da necessidade de mão-de-obra especializada instaurou mudanças importantes e significativas no campo da educação superior com a implantação do ensino técnico e superior. E a partir de 1808, fundou-se Academia da Marinha, devido às necessidades para atender a carência de formação dos médicos e cirurgiões para os soldados do exército, foi fundada na Bahia, o Curso de Cirurgia e no Rio de Janeiro, aulas de Anatomia, Cirurgia e Medicina no período de 1808 a 1810. A administração de Dom João definiu cuidados no campo instrucional do povo ao seu desejo pessoal e político com finalidade de manter seu mando de poder na colônia.

No período do Brasil independente em 1822, acontece a formulação e inauguração de um novo momento político na questão instrucional dos habitantes, pois, como a Constituição Imperial (1824), determinou a organização e construção de centros educacionais de ensino e universidade, com a promessa de que a todo cidadão seriam garantidos o ensino primário, mas o período Imperial deixou para República o seus planos e anseios não realizados no campo da educação pública. Sendo, assim só a partir da década de 1930, as mudanças na educação começaram a acontecer através do movimento denominado de “Escola Nova”, que em si apresentava práticas inovadoras tais como a laicidade do ensino, a coeducação dos sexos, uma escola pública para todos e outro ponto ainda mais importante no campo pedagógico em que o ensino devia ser centrado no aluno, provocando o rompimento do ensino pautado apenas nos professores como determinava a “Escola Tradicional”.

As modificações no campo do ensino estavam externadas com histórico documento que provocara uma substancial mudança na Educação do Brasil, “Manifesto dos Pioneiros” em que o saber devia ser visto e encarado como um

fator de excelência para a reconstrução do país em que se deve pensar no processo de ensino a partir da hierarquia das capacidades a serem recrutadas em todos os campos sociais com a finalidade de determinar como fator preponderante o ensino.

O governo provisório de Getúlio Vargas, a partir do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, decidiu fazer algumas medidas no campo educacional que norteiam parte dos desejos dos defensores do ensino, tais como a implantação do Ministério da Educação, a reforma do ensino secundário, comercial e superior, ocorrendo também à nomeação do primeiro Ministro da Educação Francisco Campos. Com a Constituição de 1934, foram incorporadas em seu texto várias ideias defendidas pelos os Pioneiros da Educação, como a educação como direito de todos, como a obrigatoriedade da escola primária, integral e extensiva aos adultos, à gratuidade do ensino na escola pública e a assistência aos alunos necessitados. Portanto, o que se pode observar é que no documento vários anseios dos educadores foram delimitados, mas muitos ficaram apenas no papel ou ainda sendo atendida de forma gradual, neste caso a Educação Inclusiva que é uma ação da política pública de ensino, mas que não funciona plenamente nas instituições educacionais.

O movimento pela Escola Nova teve a participação de vários educadores e pensadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo. Em 1961, esses educadores voltam ao debate e luta novamente pela educação pública de qualidade e de direitos de todos, sendo que nessa também ocasião o que estava em luta era a formulação do documento que norteariam os passos da Educação do Brasil a LDB nº 4024 de 1961, a primeira Lei Educacional de fato no Brasil. Neste contexto histórico que o direito à educação é uma luta constante de educadores, sociedade para que toda a população seja atendida em suas necessidades de aprendizagem, o que deveria acontecer de fato, mas o que observamos é gritante quando referimos as disparidades educacionais do Brasil.

Na Constituição de 1934, determinou seu texto referindo a questão da educação a necessidade de uma lei para reger o sistema de ensino neste caso a LDB, e ainda fica a cargo da União tendo como o Ministério da Educação e o Conselho da Educação organização e elaboração do Plano Nacional de Educação tendo como propostas atender as demandas educacionais do Brasil. Mas, como essa Constituição não sancionou as propostas por ela definida, assim não se concretizou e mais uma vez a educação no Brasil viu seus anseios comprometidos.

Logo, com a Constituição de 1937, baseada na ditadura polonesa, a LDB então ficou comprometida, e o sonho de uma educação comprometida com o saber a necessidade de nação brasileira. Portanto, ciclo de discussão e criação da LDB no Brasil só volta no ano de 1948 por determinação Constituição de 1946.

Com a LDB nº 4024/61, a educação no Brasil vive momentos de glória, pois são definidos neste documento os passos que dão suporte para a unificação do ensino. O que se vislumbra neste contexto histórico do sistema educacional brasileiro o caminho para a descentralização do ensino, dando margem de autonomia a cada Estado a organização de seus sistemas e suas responsabilidades por sua execução.

Com a proposta de descentralização do ensino proposta pela primeira LDB 4024/61, foi definida a separação entre os órgãos educacionais, com suas competências de normatização e os órgãos com funções administrativas. Cabendo então ao Ministério da Educação e Cultura e as Secretarias de Educação, cabendo então o MEC, a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), observando cada Fundo no que se refere ao – Fundo Nacional Primário, do Ensino Médio e Ensino Superior. Já, o Conselho Federal da Educação (Conselho Nacional de Educação) e os Conselhos Estaduais de Educação as funções normativas do processo Educacional. Neste, (1961), momento da Educação no Brasil, tem-se se grandes avanços para os educadores que vivenciaram a década de 20 e 30, aconteceu à organização e a fixação das diretrizes gerais e as grandes linhas do sistema nacional da educação. Nas análises de tais acontecimentos conquistados pelos educadores, que hoje tem impacto no sistema de Ensino atual, percebe-se que a luta ainda é árdua e contínua por parte de professores e alunos que precisam ir às ruas, para valer um bem comum que já está sacralizado que é o direito de ensinar e aprender com condições de trabalho e qualidade do ensino.

Consumando o Golpe militar (1964 -1985), no Brasil assume a presidência da república o Marechal Castelo Branco sendo um dos conspiradores contra a democracia do país. Neste período o país passava por momento crítico ligados a liberdade de expressão social, política e democrática e aqueles que se rebelaram contra os militares considerados subversivos levados aos departamentos de repressão sendo presos, torturados, exilados e até suas vida eram ceifadas.

Com a chegada dos militares no poder com o Golpe de 1964, umas das primeiras decisões no campo educacional foi à invasão feita pelos militares na

Universidade de Brasília em o Anísio Teixeira então reitor foi destituído do cargo. Ficando então no comando da Instituição de Ensino o médico Zeferino indicação do Ministro da Educação Gama e Silva. Outra questão deste período foi que a UNE (União Nacional dos Estudantes) foi colocada na clandestinidade e ilegalidade e sua sede no Aterro do Flamengo foi incendiada pelos militares, tendo naquele momento o exílio do seu último presidente José Serra. Contudo, os militares criam Diretórios Acadêmicos em substituição aos Centros Acadêmicos, os estudantes então vão perdendo suas representações em âmbito nacional. Outra questão é que os militares afirmam que “estudantes não deve fazer política, mas sim estudar”.

Assim, começa ocorrer vários desdobramentos repressivos dentro do sistema educacional, como o fechamento do SAM (Serviço da Assistência ao Menor), surgindo em seu lugar o FUNABEM (Fundação Nacional de Bem Estar do Menor), invasão novamente da UNB, pelos os militares a partir do movimento de greve de professores e alunos devido aos mandos autoritários da reitoria. Devido, essa situação acontece à demissão de duzentos e dez professores. Já em São Paulo uma ponte forte foi à perseguição e prisão de vários alunos e professores da Faculdade de Filosofia e Letras de São José do Rio Preto, acontecendo invasões de tropas militares na Universidade de São Paulo, levando com isso o afastamento do convívio acadêmico. Assim, têm-se como principais atos, decretos e acontecimentos no campo educacional no período militar, os abaixo descritos:

As seguintes criações:

- o Projeto Rondon, integrado por estudantes universitários, sob a supervisão de militares, que tem por objetivo prestar assistência social às populações carentes. A primeira expedição sai em direção à região Norte do país; e
- a comissão Meira Mattos (Coronel do Exército) para analisar a crise estudantil e sugerir mudanças no sistema de ensino, notadamente nas universidades;

Acordos:

- MEC/USAID de assessoria para a modernização da universidade brasileira, que passa a se denominar assessoria do planejamento do ensino superior; para a orientação vocacional e treinamento de técnicos rurais; e para tratar da reforma do ensino médio; e
- entre o MEC e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros visando estabelecer cooperação para a publicação de livros técnicos, científicos e educacionais;

A promulgação:

- da Lei Federal nº 5.370, que cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 15 de dezembro de 1967 – dados oficiais apontam a existência de 32,0% de analfabetos no país; e
- do Decreto-Lei 252 que tem por objetivo proceder à reforma universitária e criar a estrutura dos departamentos.

No ano de 1968:

- acirram-se os conflitos entre os estudantes e o regime militar, bem como aumenta a resistência do movimento operário, com a realização de ocupação de fábricas nas cidades de Osasco, em São Paulo, e em Contagem, Minas Gerais; • em São Paulo, grupos paramilitares de direita do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), protegidos pela polícia política, invadem a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, cujo endereço é Rua Maria Antônia e depredam o prédio, resultando na morte do estudante José Guimarães.

- no Rio de Janeiro, o restaurante universitário do Calabouço é invadido com o assassinato do estudante Edson Luiz Souto. Nessa cidade, há a “passeata dos cem mil” pelo fim da ditadura e pelo restabelecimento das liberdades democráticas. Participam do evento estudantes, intelectuais, artistas, políticos e povo em geral. A polícia cerca a Universidade Federal do Rio de Janeiro e prende os estudantes no estádio do Botafogo Futebol e Regatas; • a universidade de Brasília é invadida pela terceira vez;

- na cidade de Ibiúna, perto de 900 estudantes, que estavam realizando o XXX Congresso da (UNE) União Nacional dos Estudantes, são presos. Entre os presos, estão as principais lideranças do movimento estudantil (Luiz Travassos, José Dirceu e Wladimir Palmeira); • constitui-se a Reforma Universitária que elabora um anteprojeto, o qual, posteriormente, transforma-se na Lei 5.540 (Reforma Universitária);

- edita-se o Decreto Federal 63.341, de 1º de outubro de 1968, que fixa critérios para a expansão do ensino superior;

- em 21 de novembro do mesmo ano, a Lei Federal nº 5.537, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE é promulgada;

- finalmente, ainda no ano de 1968, o Decreto-Lei nº 405, que fixa normas para o incremento de matrículas no ensino superior, é publicado.

O Brasil vivenciou no período Militar (1964-1985), o retrocesso no Sistema Educação com a volta da centralização, política e administrativa do ensino de acordo com interesses dos militares que estavam no poder, podemos dizer que as

cortinas de ferro ceifaram os direitos tendo como consequência a ruptura do nacionalismo desenvolvimentista e o surgimento de uma doutrina de interdependência dentro do cenário político do Brasil afetando todos os setores sociais inclusive o Sistema Educacional que vivenciou o período de controle como a exclusão de disciplinas chaves do conhecimento e do pensamento crítico (Sociologia e Filosofia) e aparecendo em 1969, outras como OSPB (Organização Social Política do Brasil) e a Educação Moral e Cívica tendo como objetivo a formação para o crescimento moral, visto que nesse momento os jovens do Brasil eram considerados rebeldes, sendo uma forma de controle social e moral, pois neste momento a “juventude” repudiava qualquer disciplina que atendesse o seu momento assim considerado como rebeldia a escuta do Rock, e as atividades como: surf, skate e a bicicleta.

A partir Souza (1981), observa-se que no período militar a educação (tecnicista), ou seja, a formação tecnológica, o ensino técnico, no Brasil estava vinculado ao termo desenvolvimentista do mercado e a economia então supracitada com necessidade de formação de mão-de-obra qualidade para atender as demandas dos postos de trabalhos dos grupos empresariais industriais. Cabendo então a formulação de um Ensino Médio com atribuições de formação e preparação de profissionais aptos ao trabalho tendo como prioridade o desenvolvimento econômico e social do país. No que tange ao Ensino Superior assume a função na formação de material humano especializado a ser requisitado pelas empresas e ainda voltado para a preparação dos administradores e dirigentes do país naquele momento. Nesta linha de raciocínio este período político no Brasil estava baseado no modelo produtivista da educação, cuja finalidade estava determinada para o sucesso econômico e social do Brasil.

Com a promulgação da Constituição de 1964 no período militar, aconteceu outro retrocesso para ensino brasileiro ocorreu à desvinculação orçamentária que nos fala sobre o financiamento da Educação descrita nas Constituições de 1934 e 1946, que obrigava a União e as Unidades Federativas a fazer a destinação dos recursos mínimos para o funcionamento do Sistema Educacional. Os números fixados na Constituição de 1934 10% aplicado pela a União e 20% a ser aplicado pelo os Estados e municípios. Já a Constituição de 1946 foi mantida os 20% para os Estados e municípios e foi promulgada e elevação da participação da União de 12%. Devido os acontecimentos provenientes a exclusão orçamentária o

financiamento da educação foi perdendo receitas de forma progressiva e abrindo com isso portas para inserção do ensino privado. Portanto, o parágrafo § 2º do artigo 168 da Constituição de 1967, claramente abre o ensino para a iniciativa privada. Assim, no parágrafo §2º do artigo 168, descreve que:

“Respeitadas às disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo”, dispositivo que foi mantido na Emenda de 1969 (§2º do artigo 176 da Constituição Federal de 1946).

A partir da citação do parágrafo do artigo 2º da Constituição de 1946, observe-se o amparo legal quanto à concessão do ensino no âmbito particular como via para a promoção do conhecimento. Vemos então a abertura do ensino para a iniciativa privada com a abertura de unidades educacionais para uma clientela cada vez mais elitizada que busca uma educação de maior qualidade, mostrando com isso a sangria a qual se vivencia o ensino público brasileiro.

### **1.1 CAMINHOS DE MUDANÇAS NO ENSINO BRASILEIRO E EM GOIÁS**

Pautado nas colocações de Saviani (2008) as transformações na estrutura do ensino Brasileiro é decorrente de uma ação autoritária de ações de políticas de governantes que procuram definir como serão as políticas públicas educacionais a serem executadas ao longo do seu período de governo as mudanças no sistema educacional do Brasil. Diante desta questão das reformas educacionais temos as leis decorrentes a Reforma de Capanema na década de 1960 que o então Ministro da Educação Gustavo Capanema definiu como os princípios educacionais daquele momento no processo educacional. Desta reforma instituiu o Ensino Primário em quatro anos, já o Ensino ficou dividido em dois ciclos – o chamado Ginásial tendo a duração de quatro anos e o Colegial com o período de três anos. Partindo para o Ensino Superior a iniciativa de Capanema aconteceu com o Decreto de lei nº 1.190, de 4 de Abril de 1939, estabelecendo em 4 anos o tempo da formação nos cursos de bacharelados, nos cursos de licenciatura definiu o esquema de 3+1. Visto que a estrutura educacional definida por Capanema perdurou mesmo com a aprovação e regulamentação da primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases Educacionais) de 1961. Sendo desenhado um novo modelo Educacional a partir do Regime Militar no Brasil, permanecendo em vigor e não sendo alterada pela nova LDB 9394/96.

Com essa linha de raciocínio, atualmente as mudanças executadas ainda são feitas de forma arbitrária no Sistema Educacional Brasileiro tendo como destaque através destas políticas públicas a manutenção do poder de mando de um grupo político, isso se observa no Brasil é a bandeira do Governo Temer que pela Medida Provisória nº746/2016 que destaca a reestruturação do Ensino Médio Brasileiro. Assim, ficando essa proposta a ser realizada pelo o Ministro da Educação Mendonça Filho e o grupo no qual é coordenado pelo o MEC (Ministério da Educação) que vem parafraseando nas redes sociais, e com uso das mídias sociais (radio, TV e jornal) a reformulação do Ensino Médio ou como se designa a Reforma do Ensino Médio Brasileiro, tendo como propostas, uma definida como ensino técnico voltado mais rápido ao mercado de trabalho; e outra vertente, ligado ao aprimoramento do estudo de acordo com a vocação de cada aluno. Todavia, mais uma vez busca se programar uma modificação no Ensino, nesta questão o Ensino Médio sem nenhuma discussão com a sociedade escolar, professores, pais e alunos. E ainda na mídia vem sendo usada para mostrar e oficializar a preocupação do Governo Federal com a Educação Pública assim definida por um grupo político atual como de qualidade. Nesta linha de raciocínio sobre a Reformulação do Ensino Médio é pertinente o destaque dos seguintes pontos contidos na MP 746/2016, que vem provendo questionamentos por parte de professores, alunos em relação a essa efetivação deste novo modelo de ensino no Brasil, tais como:

- Promove alterações na estrutura do ensino médio, última etapa da educação básica, por meio da criação da Política de Fomento à efetivação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
- Amplia a carga horária mínima anual do ensino médio, progressivamente, para 1.400 horas.
- Determina que o ensino de língua portuguesa e matemática serão obrigatórios nos três anos do ensino médio.
- Restringe a obrigatoriedade do ensino de arte e de educação física à educação infantil e ao ensino fundamental, tornando as facultativas no ensino médio.
- Torna obrigatório o ensino da língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental e nos currículos do ensino médio, facultando neste, o oferecimento de outros idiomas, preferencialmente o espanhol.
- Permite que conteúdos cursados no ensino médio sejam aproveitados no ensino superior.

- O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e por itinerários formativos específicos definidos em cada sistema de ensino e com ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional.
- Dá autonomia aos sistemas de ensino para definir a organização das áreas de conhecimento, as competências, habilidades e expectativas de aprendizagem definidas na BNCC.

Assim, diante das manifestações de estudantes, professores em relação à proposta de Reformulação do Ensino Médio, Maria Helena Guimarães, secretária-executiva do Ministério da Educação justifica a necessidade de urgência desta reforma diante de uma questão que ano vem sendo discutida em que o modelo atual do Ensino Médio é fadado ao fracasso, assim, é de suma importância as mudanças propostas pela MP. Contudo de acordo com a então secretária a MP 746/2016 é coroar um debate sobre o ensino médio no Brasil que se arrasta há anos. Sim, é necessária a formulação de uma política educacional para o Ensino Médio no Brasil, em que professores sejam remunerados com um salário digno, escolas com estruturas capazes de atender as necessidades de professores e alunos na busca pelo o conhecimento. No Brasil atualmente para que a lei do Piso Salarial dos Professores seja cumprida todos os anos os professores precisam buscar o diálogo e até o uso do Ministério Público ou paralisações como forma de pressão para que os governantes que compõem as esferas estaduais e municipais apenas cumprem o que está estabelecido na lei é uma peregrinação pelos direitos adquiridos.

De acordo com a proposta do MEC, o intitulado Novo Ensino Médio propõe uma via alternativa na questão técnica e profissional dos estudantes. Baseando essa proposta de formação é necessário que ela aconteça dentro das metodologias e o programa curricular da escola, lembrando-se da possibilidade devido às escolas de tempo integral. Nesse, sentido os jovens terão chances e capacidades de desenvolvimento das competências e habilidades do conhecimento que fazem parte da base nacional comum de ensino e ainda a possibilidade de dedicarem a competências específicas de cunho profissional, com isso sendo qualificados através de cursos técnicos para o mercado de trabalho e garantia de formação para o nível superior de acordo com a vocação de cada aluno.

Como observa segundo pesquisas no meio educacional, o Brasil vivencia gargalos gigantescos em relação ao número de permanência dos alunos após concluírem o ensino fundamental e o ingresso no ensino médio. Como uma política pública educacional essa proposta do Novo Ensino Médio mesmo que sendo feitas dentro das “casas grandes” do universo político tendo como finalidade atrair e garantir que esses alunos continuem o estudo, neste acaso a formação no Ensino Médio e que possam chegar também ao ensino superior. Portanto, de acordo com o Ministro da Educação Mendonça Filho o Novo Ensino Médio e a Escola de Tempo Integral são:

“Os dois projetos aqui apresentados se articulam perfeitamente com a iniciativa mais inovadora no campo da educação, que foi a edição da medida provisória que introduziu mudanças substanciais no ensino médio brasileiro”, destacou Mendonça Filho. Para ele, esta foi uma medida corajosa e sintonizada com os interesses dos jovens brasileiros. “O ensino médio infelizmente se encontra em uma posição vexatória, que compromete fortemente o futuro da nossa juventude.” (MEC)

Historicamente, o ensino público no Brasil, mesmo com a inserção de políticas públicas apresenta vários gargalos ainda a ser superados mesmo que no período de 2007 – 2013 o numero de matrículas do Ensino Médio manteve-se estável, tendo uma leve queda de 0,8% (64.037 matrículas) conforme o último, aqui questiona a eficiência da aprendizagem do ensino público brasileiro quando referindo a uma grande disparidade referente ao conhecimento dos alunos em relação às habilidades cognitivas do campo do saber e ainda o número de concluintes desta modalidade de ensino. Pois, a cada ano segundo pesquisas veem-se que os alunos não conquistaram ou não conseguiram atingir as competências específicas a cada área do conhecimento. Como mostra o gráfico abaixo, que faz uma comparação entre o número de alunos matriculados do Ensino Fundamental e Ensino Médio em que se tem um decréscimo significativo por vários fatores, tais como necessidade do trabalho, questão cultural, socioeconômica, violência, entrada no mundo das drogas ou ainda o que é ministrado em sala de aulas fogem em muitas vezes do anseio, desejo e realidade dos alunos, tendo como resultado o processo de abano e evasão escolar.

**Tabela 10 – Ensino Regular – Número de Matriculados no Ensino Médio e População Residente de 15 a 17 anos de idade Brasil – 2007 – 2013.**

Ano	Ensino Médio	População por idade – 15 a 17 anos
2007	8.369.369	10.262.468
2008	8.366.100	10.289.624
2009	8.337.160	10.399.385
2010	8.357.675	10.357.874
2011	8.400.689	10.580.060
2012	8.376.852	10.444.705
2013	8.312.815	.....
$\Delta$ % 2012/2013	-0,8%	.....

Fonte: MEC/Inep/Deed; IBGE/Pnads 2007<sup>a</sup> 2012 e Censo Demográfico 2010 (Dados do Universo)  
 Notas 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE) 2) Ensino Médio: Inclui matrículas no ensino integrado à educação profissional e ensino médio/magistério .

VEJA O ÍNDICE DE ESTUDANTES DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO COM APRENDIZADO ADEQUADO (EM %)				
Estado	Língua Portuguesa		Matemática	
	Pública	Total	Pública	Total
<b>BRASIL</b>	<b>21,5</b>	<b>27,2</b>	<b>4,9</b>	<b>9,3</b>
Acre	17,9	21,7	1,9	3,4
Alagoas	6,4	12,6	0,9	3,8
Amapá	12,2	17,4	1,8	4,1
Amazonas	11,0	14,6	1,6	2,9
Bahia	10,9	16,2	1,5	4,6
Ceará	15,8	21,2	3,1	6,6
Distrito Federal	27,2	40,2	6,3	17,0
Espírito Santo	20,8	28,6	6,3	13,1
Goiás	23,5	28,6	4,1	8,6
Maranhão	8,5	12,2	1,1	2,8
Mato Grosso	15,7	20,3	2,3	5,9
Mato Grosso do Sul	26,6	32,5	5,4	8,9
Minas Gerais	24,4	30,2	7,3	12,4
Pará	11,0	14,8	1,5	3,5
Paraíba	13,6	22,6	2,2	7,3
Paraná	20,0	27,3	5,2	11,0
Pernambuco	19,3	25,0	4,9	8,1
Piauí	10,6	18,9	2,0	7,6
Rio de Janeiro	30,6	36,0	7,5	13,1
Rio Grande do Norte	9,2	15,6	1,0	3,8
Rio Grande do Sul	31,6	37,9	8,4	13,8
Rondônia	21,0	24,2	3,5	5,0
Roraima	13,1	18,8	0,8	2,7
Santa Catarina	23,2	31,5	6,3	12,4
São Paulo	30,4	35,9	7,1	11,7
Sergipe	12,3	19,2	2,1	6,0
Tocantins	13,3	16,9	2,4	4,8

Fonte: MEC/Inep/Daeb - Saeb 2013.

A partir desta tabela têm-se como avaliação a proficiência alcançada pelos os estudantes concluintes do Ensino Médio onde a disparidade é um paradigma no que se refere à qualidade de leitura, escrita e interpretação de textos na disciplina de Língua Portuguesa, já em matemática a questão de cálculos o número é baixíssimo em relação aos resultados da proficiência de Língua Portuguesa. Assim, estamos de longe de atingir o ideal que é a capacidade de todos os estudantes conseguirem dominar as habilidades específicas de cada Modalidade Curricular. No entanto, como aqui não esta medida o rendimento das outras disciplinas, o que está no cotidiano escolar à dificuldade de aprendizagem destes alunos e ainda políticas públicas ineficazes para o sucesso do trabalho do docente em sala de aula tendo como resultado final o sucesso do ensino aprendizagem.

Agora olhando para o Estado de Goiás em que o Governo atual não cumpre a lei nº. 11.738 16 de julho de 2008, essa lei foi sancionada no governo Dilma Rousseff que instituiu o Piso Salarial dos Professores e ainda busca colocar nas mãos das Organizações Sociais a incumbência de regular e fazer acontecer as políticas educacionais no Estado Goiano. Por meio disso, o que se vê é a falácia do governo em administrar as quase 1.100 unidades Educacionais do Estado. Outra questão como não foge da regra Federal é forma autoritária em que o governo busca de qualquer jeito, sem a escuta dos professores, alunos e pais, a tal reforma educacional trazida de modelos norte-americanos que diante de pesquisas e reportagens são fadadas ao fracasso.

De acordo com o que vem descrito no site da Secretaria Estadual de Estado da Educação, Esporte e Cultura, as OS são:

Uma Organização Social (OS) é uma entidade sem fins lucrativos, uma associação, que, por cumprir determinados requisitos exigidos em Lei, é considerada apta para fazer parceria com o Estado nas áreas da Saúde, Cultura, Educação, Serviços Sociais, etc. Dentre os requisitos estão à finalidade **não** lucrativa e o comando da associação por um Conselho de Administração com membros do Estado e da Sociedade.

Parcerias entre entidades do chamado terceiro setor e os governos não são propriamente uma novidade: as Santas Casas são o exemplo mais tradicional no Brasil e remontam ao século XVI. (Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Cultura, 2016)

A matéria vinculada no Jornal OPOPULAR, referindo ao dia 16/11/2016, relata que vem crescendo em todo mundo as parcerias de entidades de organizações sócias que representam o terceiro setor da economia e o poder

público, representado pelos governos do Estado. Neste contexto de relação público privado alguns estudiosos denominam esse acordo ou sistema de parceria de Governança Pública Colaborativa, sendo que vem acontecendo a crescente participação de entidades sociais na busca de execução de ações de políticas públicas e sua aplicabilidade e avaliação de sua gestão. Com esse sistema de colaboração do terceiro setor o Estado vem atuando de forma mais efetiva e eficiente com a finalidade de garantir aos cidadãos serviços básicos, tais como saúde e educação.

O governo do Estado de Goiás, Governador Marconi Perillo, em suas colocações nas mídias e jornais defende que o modelo de parceria já foi amplamente testado e executado e avaliado em outros países, no Brasil e em Goiás, segundo a OS, que administra os principais Hospitais do Estado. Assim, o governo do Estado reafirma que o Estado por ter experiência com OS na área de saúde sendo bem efetiva no atendimento aos cidadãos e com garantias de qualidade e excelência. Devido essa questão o governo do Estado vem defendendo essa inovação no sistema público de ensino, em que a sociedade educacional (professores, pais e alunos), se sentem preocupados com a tal revolução educacional proposta pelo o chefe do executivo estadual.

Diante desta questão o que em Goiás se perpassa no atual cenário da Educação são momentos de incertezas por parte de professores, alunos, pais e acima de tudo a proposta trazida pela as OS e oficializada pelo o governo a contratação de professores pelo o regime da CLT, trazendo com tal medida o fim do concurso publico, o achatamento ainda mais do salário dos professores.

A titular da pasta Educacional de Goiás a Secretária de Estado de Educação, Esporte e Cultura, declara a necessidade e importância das Organizações Sociais, segunda ela um momento de inovação para o Ensino Público Goiano. Sendo que em entrevista gravada no dia 16/11/2015 no Jornal OPOPULAR, Raquel Teixeira apresenta as posições sobre as OS, em que afirma que: “os direitos dos professores efetivos terão os direitos respeitados e os professores novatos serão melhor que o dos atuais contratos temporários”.

Nesta, entrevista a secretária Raquel Teixeira fala que a parceria do Estado com as OS, que vão gerir em caráter de gestão as Unidades Educacionais de Goiás, funcionará como forma de “Fomento”, em que o Governo repassa verbas para as chamadas Organizações Sociais cabendo a elas a gestão do plano

pedagógico definido pela Secretaria de Educação apresentando assim os resultados determinados no ato de contrato desta parceria público privada.

Ainda, a titular da pasta da Educação de Goiás afirma que estão sendo qualificadas essas OS, e que não será no modelo que administram os Hospitais do Estado. Sendo que de acordo com ela já existe uma experiência semelhante em unidades educacionais do Rio Grande do Norte. Sendo que essa proposta de transferir a gestão das escolas estaduais e essas organizações sociais já vem sendo construída ao longo, mesmo observando outros modelos segundo a secretária o governo do Estado propõe algo inovador para o ensino goiano. Contudo, o governo do Estado de Goiás em várias entrevistas apresenta como slogan “que o filho do pobre estude numa escola com o padrão de escola do rico”. Segundo a reportagem vinculada no Jornal Opção 12/01/2015 (Jornalista Sarah Teófilo Ed.2062), em que o chefe do executivo traz como foco a busca pelo melhor ritmo de produtividade dos professores, sendo que para o governo o servidor em regime celetista tem maiores resultados, em relação ao de regime estatutário. Assim, com o crivo de uma gestão público privado os professores são levados à apresentação de resultados satisfatórios no processo de ensino aprendizagem dos alunos tendo como foco a proposta pedagógica da Secretaria Estadual de Educação.

Neste contexto de elaboração das agendas de políticas públicas, em Melo (apud Trevisan e Bellen 2008 p.532) destaca que a construção das políticas públicas no Brasil passa por etapas. Sendo assim, não nos prenderemos a análise aprofundada de cada uma, mas uma na sucinta decorrente aos seus aspectos dos últimos anos. Portanto, o estudo e análise das políticas públicas foram impulsionados na década de 1980, com o processo ocasionado de início da transição democrática. Para (Melo, 1999), existem três motivos desta expansão, o primeiro momento é visto a partir do deslocamento decorrente da agenda pública, em que na década de 1970 o caráter desta agenda está limitado ao modelo redistributivo com a visão de uma ação do governo que teve como um dos motivos o caminho do projeto ditatorial de modernização do país.

No segundo momento os obstáculos, já no caminho do fim do período ditatorial no Brasil, ainda continuaram a ser um entrave para o a execução e a criação de medidas de políticas públicas sociais, isso desencadeou um momento que fortaleceu o estudo sobre a organização e a eficácia destas políticas em que o

Estado se condicionou ao maior envolvimento sobre os mecanismos de eficiência da ação pública frente às demandas sociais.

Com o terceiro momento a agenda das políticas públicas nos anos de 1980-90, o Estado agente condutor das ações sociais ou ainda por onde parte a organização e a execução das políticas públicas, visto que nesse contexto permeia o ideal nos mecanismos internacionais de reforma do Estado.

O Governo Sarney (1985-1990), começa a partir de uma frustração na questão ideológico-político, devido à morte do então presidente eleito Tancredo Neves. Sendo, que o vice-presidente Sarney foi o primeiro presidente civil eleito a ter posse após os 21 anos de um período longo da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Em que a população brasileira via uma possibilidade em Tancredo Neves a consolidação da democracia que viveu um período de mordaza com o militares do poder. Sarney então assume a presidência com a dura missão que era a busca pela superação das várias crises, entre economia, social e a educacional.

Neste, sentido mesmo que alguns cientistas políticos definam a década de 1980, como “década perdida” para os brasileiros foi o período de luta pela a busca e efetivação da cidadania, com a criação de associações, sindicatos buscando com isso a consciência política e organização popular, com o anseio e desejo de melhores condições de vida, a luta por melhores salários e condições de trabalho, liderança de greves. Acontecendo também nesse momento o processo de eleições diretas para os governadores, ocorrendo com isso uma vibração social e popular diante das vitórias dos candidatos que cada grupo defendia e apoiava. Acontecendo, como fato marcante da primeira metade desta década a “Campanha pelas diretas já”, busca pela eleição direta para o representante do executivo federal, o presidente, mesmo que sendo ceifada neste momento. Diante da frustração pelas “Diretas Já” o povo organizado o máximo de êxito que foi galgado e alcançado foi à luta e apoiou a candidatura do governado mineiro Tancredo Neves, que conseguiu ser eleito, com os gritos nas ruas que naquele momento desejava a instauração da “Nova República”. Com sua morte ficando a cargo do seu Vice Jose Sarney realizar as demandas sociais, surgindo nesse período em 1986, a Constituinte, a política de congelamento de preços, renegociação da dívida externa e o processo do Sistema Educacional Universal e gratuito a todos os cidadãos brasileiros.

Em 1986, o Estado Brasileiro chamou a sociedade para um debate em relação às bases da educação em nível fundamental, acontecendo com isso mudanças importantes no ensino sendo referendado pelo o Ministério da Educação o dia D, pela a educação em que os setores sociais e órgãos públicos promoveram uma discussão sobre os caminhos e os descaminhos a serem superados na educação brasileira. Ficando em torno deste debate a busca pela reformulação da educação fundamental. Esse dia D, assim chamado mobilizou a sociedade num período de uma semana, sobre as questões inerentes ao processo educacional. Mesmo, o Estado ganhando força através deste debate diante do cenário nacional, não aconteceu a mudanças necessárias visto que era um caminho a longo prazo. Nesse, momento acontece outro fator para o aumento do repasse do financiamento educacional para o nível fundamental com a participação de setores públicos a da iniciativa privada que em torno da nova Constituição Federal de 1988, que trouxe ainda consigo metas que determinavam a criação de um novo Plano Educacional, Erradicação do Analfabetismo e a Universalização do atendimento escolar e a qualidade do ensino. Referentes ao financiamento da educação brasileira no Artigo 212 da Constituição Federal têm as seguintes afirmações que determinam a participação de cada ente federado em relação as suas receitas que precisam ser destinadas partes delas a melhoria e qualidade do ensino público.

**Art. 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos que dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

**§ 1º** A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

**§ 2º** Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

**§ 3º** A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006).

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

No Governo Sarney, ocorreu à instauração da Assembléia Constituinte, que assume como discussão da proposta de elaboração e implementação da nova Constituição do Brasil, a Constituição Cidadã de 1988, assim chamada pelo o presidente da Assembléia Federal, em que nesta Carta Magna foi definido pela primeira vez do período histórico das constituições do Brasil um capítulo dedicado à educação pública brasileira.

No campo educacional no Governo Sarney, ocorreu à proposta que pretendia universalizar a educação em que o Estado buscava até 1989, fazer a matrícula nas Unidades Educacional de 25 milhões de crianças com idade entre 7 a 14 anos. Para alcançar a meta ocorreu a criação de um programa chamado “Educação para Todos – Caminho de Mudança”, tendo como metas: o despertar a consciência nacional para a importância política e social da educação; aumentar a produtividade da

educação básica; melhorar a situação do professorado; regularizar a distribuição dos recursos financeiros e facilitar o acesso e o retorno à educação fundamental.

Outro fator importante deste período foi que como previa a Constituição Federal no ano de 1989, foi realizada a eleição direta e secreta para presidente e vice-presidente do Brasil. Então o que se destaca que para muitos cientistas sociais, sendo uma década perdida, é vista como um período de grande efervescência política e social na busca pela a luta de conquistas de todos os brasileiros e vamos colhendo os frutos a cada tempo, com suas mudanças necessárias de cada época no campo social, político, econômico e educacional.

Voltando agora o olhar para o campo educacional e as mudanças decorrentes no Sistema de Ensino brasileiro no Governo Collor que não tinha uma real preocupação com a questão da educação, mais sim com o seu projeto econômico, intitulado de Plano Collor, que tinha como finalidade o combate da crise econômica e elevar o Brasil que neste período está engessado no terceiro mundo para um país de primeiro mundo, fazendo com isso várias ações como a criação de uma nova unidade de valor o “cruzeiro”, o bloqueio dos valores de contas correntes e cadernetas de poupanças, pré-fixação de salários, preços tabelados, redução da máquina pública com demissão de funcionários e privatizações. Por meio desta aventura econômica e pela insatisfação popular nas ruas das principais capitais do Brasil começaram a surgir várias manifestações e com o “Movimento dos Caras Pintadas”, tendo como foco a pressionar a Câmara Legislativa e Senado Federal pelo o processo de Impeachment do presidente.

Assim, segundo (Valle, 2009), no mês de outubro de 1990, o presidente faz o anúncio a nação brasileira sobre a implementação do (PANAC) Plano Nacional de Educação, Alfabetização e Cidadania em que caberia a participação das três esferas públicas (municipal estadual e nacional), fazerem a sua realização em que o governo Collor assumiu o compromisso de universalizar a educação até 1995. Contudo, esse plano não apresentou os resultados necessários à educação do Brasil nem deu prioridade ao ensino público, as verbas foram distribuídas dando mais a entidades não educacionais que de fato ao ensino público regular. Logo, a versão preliminar deste plano foi divulgada nas universidades, em que Collor colocou sua preocupação com a valorização dos professores e meta pelo combate com a finalidade da erradicação do analfabetismo.

Portanto, os anos 1980 e 1990 foi um momento de complexidade no plano educacional com duas vertentes: uma das linhas socialistas com a prioridade pela universalização dos graus do saber com uma escola pública gratuita, e uma vertente que fazia defesa a partir do caráter liberal que propunha uma discussão sobre o ensino público e as verbas destinadas ao seu financiamento.

Assim, os problemas educacionais mais uma vez não foram solucionados e após o Impeachment de Collor, ficou a cargo do novo presidente Itamar Franco (1992-1994), com um mandato curto não delineou uma política educacional. Como herança deste período a construção de uma nova política econômica, com o Plano Real que tinha como objetivo o equilíbrio econômico com a busca de medidas que barrassem o crescimento da inflação no país. Esse, plano delineado por Fernando Henrique Cardoso Ministro da Fazenda, visto com o sucesso do Plano Real e com apoio do Governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso vence as eleições presidenciais de 1994.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, segundo (Pinto, 2002), como marco importante para Educação, tendo na frente do Ministério da Educação o economista e ex-reitor da (UNICAMP) Universidade Estadual de Campinas, Paulo Renato de Souza, tendo também no BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento) , assim o grande foco foi a aprovação da LDB (9394/96) e nesse momento foi aprovada a Emenda Constitucional nº 14, onde ocorreu a criação do (FUNDEF) Fundo de desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério, e ainda o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001).

Assim, de acordo com Pinto, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, popularmente conhecido como FHC, um dos grandes acontecimentos de maior impacto foi com Emenda Constitucional nº 14, foi o (FUNDEF) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério , que por meio da alteração da redação do Artigo 60, da Constituição Federal de 1988, no qual se estabelecia a ampliação dos recursos que o poder público deve aplicar na universalização do ensino fundamental como meta a erradicação do analfabetismo. Com a mudança, nesse artigo a União que não cumpria ou ainda não fazia a sua parte na questão educacional, a sua participação e responsabilidade foi reduzida a meta de erradicar o analfabetismo de cerca de 18 milhões de brasileiros e ainda assegurar aos que tiveram afastados do ensino com o de jovens e adultos.

Outra questão que aqui vejo como retrocesso foi o caminho precedente quando foi regulamentado o repasse de cerca de 1/3 por alunos matriculados isso abriu caminho para municipalização do ensino, em que os gestores municipais (prefeitos), preocupados em aumentar o caixa das prefeituras abriram caminhos de matrículas em suas redes de ensino, em muitos locais encaixotando os alunos e professores com péssimas condições para o ensino aprendizagem. Visto com esse acontecimento que a matrículas das redes municipais vem superando o número de alunos matriculados no sistema de ensino estadual. Diante, desta questão a cada ano que passa os alunos são promovidos para séries seguintes sem terem conquistados as habilidades da série anterior. Outro gargalo do FUNDEF, foi à falta de interesse do governo em investir na educação, nos níveis da educação infantil, fundamental e médio.

Assim, de acordo com relatórios (MEC, 1999), e divulgado pelo governo federal apenas os ganhos no que se refere o aumento de receitas dos municípios, ocultando as perdas das redes estaduais de ensino, pois esses recursos correspondem menos de 3% do fundo. Diante desta questão a propaganda do governo confunde a opinião pública, que não tem conhecimento da questão do financiamento público educacional, quando é noticiado pelos meios de comunicação, que o FUNDEF, proporcionou a ampliação dos recursos para a educação do Brasil.

De acordo com (Pinto, 2002), a única forma do FUNDEF garantir uma educação de qualidade, é provocar o governo ter um gasto mínimo por aluno que não poderia ser inferior (R\$ 1.800, 00 por aluno), assim seria o início para assegurar um ensino de qualidade. Portanto, de fato se o governo federal cumprisse de fato o seu papel com políticas públicas de grande impacto na área da educação, e que não sejam medidas paliativas, de cada partido político, mas sim de continuidade, investindo no profissional do magistério com salários que geram oportunidade de estudo e conhecimento e ainda com que sejam essas ações voltadas também que os alunos consigam de fato serem promovidos a cada ano com conhecimento suficiente de cursar a série seguinte. A educação do Brasil, não pode ser vista apenas como um processo e fabricação de números ou ainda como assistencialista, como foi no passado do período colonial a educação infantil, mas sim como promotora do futuro do país, em que teremos mentes pensantes, críticas, pesquisadoras que criam condições para a melhoria social, humana, política,

científica e econômica da sociedade. Ainda na questão educacional do governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), outra proposta de suma importância em relação ao financiamento da Educação foi à elaboração e aprovação do Plano Nacional da Educação, com a lei 10.172 de 19 de janeiro de 2001. Com essa lei é definida quais metas o país precisa alcançar e como serão os meios para que sejam executadas no período de vigência do (PNE) Plano Nacional da Educação, tendo como foco a melhoria da qualidade do ensino do país. Mas sabemos como no Brasil, vivenciamos a morosidade, o desinteresse do poder público na questão do ensino esse plano ainda vivencia de certa forma o mesmo itinerário com foi a luta pela a aprovação da LDB.

É de suma importância fazer memória trilhada pela educação pela a busca da qualidade e do ensino público brasileiro aqui se observa um projeto de iniciativa popular, a luta de associações de profissionais e acadêmicas, entidades estudantis como forma de aprovar o PNE, sendo uma proposta que aconteceu o II (CONED) Congresso Nacional de Educação, Belo Horizonte, no dia 09 de novembro de 1998. Essa proposta foi acompanhada pelo deputado Ivan Valente que levou a apreciação da Câmara Federal com a data do dia 10 de fevereiro de 1998, com a PL 4.155/98, com a finalidade de levar a discussão das metas a serem alcançadas. De forma paralela o governo federal encaminhava um projeto a partir de encontros e reuniões com distintas entidades sociais, onde o ficou a carga a relatoria do projeto o deputado Nelson Marchezam com a PL nº 4.173/98. Mesmo, com a mobilização popular do Fórum em Defesa da Escola Pública, e das discussões feitas no plenário por deputados que assumiram a bandeira da Educação, foi feito a apreciação do texto do final relator, sendo aprovado com algumas ressalvas e com avanço significativo referente ao financiamento a da educação, mas em contrapartida acontecendo um retrocesso com os vetos feito pelo presidente da República.

Os seguintes apontamentos decorrentes ao (PNE) Plano Nacional de Educação referem-se às metas a serem vivenciada pela a educação na próxima década. Vale ressaltar que caberão os estados e municípios a elaboração de seus próprios planos educacionais. Tem como principio básico norteador do PNE (PL nº 4.155/98), o parâmetro de planejamento com 295 metas tendo como finalidade a definição do custo básico aluno que assegure a qualidade da Educação, como define a Constituição Federal de 1998 e a LDB. nº 9304/96. Através das leis que regem a educação no Brasil define-se a aplicação de 10% do PIB (Produto Interno

Bruto) para o financiamento e manutenção do sistema de ensino público, no qual se aplica atualmente entre 6,5% a 7% .

Abaixo apresentaremos as metas principais do Plano Nacional de Educação e seu impacto financeiro para a manutenção segundo a Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001 aprovada e com os vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

### Quadro 1

#### PNE: Metas de maior impacto financeiro

EDUCAÇÃO INFANTIL (total de 26 metas)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar o atendimento de 30% das crianças na faixa de 0 a 3 anos e de 60% na faixa de 4 a 6 anos, em 5 anos, atingindo 50% e 80% nessas respectivas faixas etárias, em 10 anos, universalizando o atendimento na faixa de 6 anos e incorporando-a ao ensino fundamental que passaria a ter 9 anos de duração (não define a parcela que caberia ao sistema público de ensino). (meta 1)</li> <li>• Em 5 anos, prédios e instalações com padrões mínimos de infraestrutura. (meta 4)</li> <li>• Que, em 5 anos, 100% dos professores tenham formação de nível médio (normal) e, em 10anos, de nível superior. (meta 5)</li> <li>• Em 3 anos, 100% dos municípios com estrutura de supervisão da EI (pública e privada). (meta 10)</li> <li>• Alimentação escolar para todas as crianças matriculadas na EI (instituições públicas e conveniadas).(meta 12)</li> <li>• Adotar progressivamente o atendimento em tempo integral (não define prazo). (meta 18)</li> <li>• (VETADO) Atender, no Programa de Garantia de Renda Mínima, em 3 anos, 50% das crianças de 0 a 6 anos que se enquadram nos seus critérios, atingindo 100% em 6 anos. (meta 22)</li> </ul>
ENSINO FUNDAMENTAL (30 metas)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universalizar o atendimento. (meta 1)</li> <li>• Ampliar a sua duração para 9 anos, com início aos 6 anos. (meta 2)</li> <li>• Em 5 anos, prédios e instalações com padrões mínimos de infraestrutura. (meta 5)</li> <li>• Programa de Garantia de Renda Mínima para famílias carentes (não define %). (meta 10)</li> <li>• Escolas com, no máximo, dois turnos diurnos e um noturno. (meta 20)</li> <li>• Ampliar progressivamente a jornada escolar para, pelo menos, 7 horas/dia (sem prazo).</li> </ul>

<p>(meta 21)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Promover a eliminação gradual da necessidade de oferta do ensino noturno (sem prazo). (meta 23)</li> </ul>
<p><b>ENSINO MÉDIO (20 metas)</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Atendimento, em 2 anos, de todos os egressos do ensino fundamental, dos alunos com defasagem de idade e daqueles com necessidades especiais; em 5 anos, atendimento de 50% da demanda, atingindo 100% em 10 anos. (meta 1)</li> <li>· Em 5 anos, todos os professores com nível superior. (meta 5)</li> <li>· Em 5 anos, prédios e instalações com padrões mínimos de infraestrutura. (metas 8 e 9)</li> <li>· Programa emergencial para a formação de professores, especialmente nas áreas de ciências e matemática. (meta 17)</li> </ul>
<p><b>EDUCAÇÃO SUPERIOR (35 metas)</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Prover, em 10 anos, atendimento para 30% da faixa etária de 18-24 anos. (meta 1)</li> <li>· (VETADO) Ampliar a oferta do ensino público de forma que ela responda por, no mínimo, 40% do total de vagas oferecidas. (meta 2)</li> <li>· Dobrar, em 10 anos, o número de pesquisadores qualificados. (meta 15)</li> <li>· Aumento de 5% ao ano do número de mestres e doutores formados. (meta 16)</li> <li>· (VETADO) Criação, por meio de legislação, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, constituído, entre outras fontes, com, pelo menos, 75% dos recursos da União vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino para manutenção e expansão da rede federal. (meta 24)</li> <li>· (VETADO) Ampliar o programa de Crédito Educativo de modo a atender 30% da população matriculada no setor privado. (meta 26)</li> <li>· (VETADO) Ampliar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica de forma a triplicar, em 10 anos, os recursos do setor.</li> </ul>
<p><b>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (26 metas)</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Alfabetizar 10 milhões de adultos, em 5 anos, e erradicar o analfabetismo em 10 anos. (meta 1)</li> <li>· Assegurar, em 5 anos, a oferta da EJA equivalente às quatro primeiras séries do EF para 50% da população de 15 anos ou mais que não a possui. (meta 2)</li> <li>· Assegurar, em 10 anos, o equivalente às quatro séries finais do EF para toda a população de 15 anos ou mais que concluiu a 4ª série. (meta 3)</li> <li>· Dobrar, em 5 anos, e quadruplicar, em 10 anos, a capacidade de atendimento da EJA</li> </ul>

<p>de nível médio. (meta 16)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Implantar em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendem jovens e adolescentes infratores programas de EJA de níveis fundamental e médio, assim como de formação profissionalizante. (meta 17)</li> </ul>
<p><b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA e TECNOLOGIA EDUCACIONAL (22 metas)</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Capacitar, em 5 anos, pelo menos 500 mil professores para a utilização da TV Escola e de outras redes educacionais. (meta 16)</li> <li>· Instalar, em 10 anos, 2.000 núcleos de tecnologia educacional. (meta 17)</li> <li>· Instalar, em 5 anos, 500 mil computadores em 30 mil escolas de nível fundamental e médio, com acesso à internet. (meta 18)</li> </ul>
<p><b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA e TECNOLOGIA EDUCACIONAL (22 metas)</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Capacitar, em 10 anos, 120 mil professores multiplicadores em informática da educação. (meta 19)</li> <li>· Capacitar, em 5 anos, 150 mil professores e 34 mil técnicos em informática educativa. (meta 20)</li> <li>· Equipar, em 10 anos, com computadores e acesso à internet todas as escolas de nível médio e todas aquelas de nível fundamental que possuam mais de 100 alunos. (meta 21)</li> </ul>
<p><b>EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA e FORMAÇÃO PROFISSIONAL (15 metas)</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Triplicar, a cada 5 anos, a oferta de cursos básicos de educação profissional. (meta 3)</li> <li>· Triplicar, a cada 5 anos, a oferta de formação de nível técnico. (meta 5)</li> <li>· Triplicar, a cada 5 anos, a oferta de educação profissional permanente. (meta 6)</li> </ul>
<p><b>EDUCAÇÃO ESPECIAL (28 metas)</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Generalizar, em 10 anos, o atendimento dos alunos com necessidades especiais na educação infantil e no ensino fundamental. (meta 5)</li> <li>· Assegurar que, em 5 anos, todos os prédios escolares estejam adaptados com padrões mínimos de infraestrutura para o atendimento de alunos com necessidades especiais. (meta 12)</li> <li>· Aumentar os recursos financeiros destinados à educação especial de forma a atingir, em 10 anos, o mínimo de 5% dos recursos vinculados ao ensino. (meta 23)</li> </ul>
<p><b>EDUCAÇÃO INDÍGENA (21 metas)</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Universalizar, em 10 anos, a oferta das quatro séries iniciais do EF, em uma escola indígena própria que assegure uma educação diferencial e de qualidade. (meta 3)</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>· Dotar, em 5 anos, as escolas indígenas com equipamento didático-pedagógico básico, incluindo biblioteca, videoteca e outros materiais de apoio. (meta 10)</li> <li>· Implantar, dentro de 1 ano, cursos de educação profissional, especialmente nas regiões agrárias, visando à auto-sustentação e ao uso da terra de forma equilibrada. (meta 19)</li> </ul>
<b>MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (28 metas)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Garantir a implantação, já a partir do 1º ano, de planos de carreira de acordo com a Lei nº 9.424/96 e com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação. (meta 1)</li> <li>· Implantar gradualmente a jornada de trabalho em tempo integral. (meta 2)</li> <li>· Destinar entre 20 e 25% da carga horária dos professores para atividades extraclasse. (meta 3)</li> <li>· (VETADO) Implantar, em 1 ano, planos de carreira para os profissionais de educação que atuam nas áreas técnicas e administrativas e os respectivos níveis de remuneração. (meta 4)</li> <li>· Generalizar, nas instituições de ensino superior públicas, cursos regulares noturnos destinados à formação de professores.</li> <li>· Garantir que, em 5 anos, todos os professores da educação infantil e das quatro séries iniciais do EF, possuam, no mínimo, habilitação de nível médio na modalidade normal. (meta 17)</li> <li>· Garantir que, em 10 anos, 70% dos professores de educação infantil e EF tenham formação em nível superior, em cursos de licenciatura plena. (meta 18)</li> <li>· Garantir que, em 10 anos, todos os professores do EM possuam formação em licenciatura plena nas áreas de conhecimento em que atuam. (meta 19)</li> </ul>
<b>FINANCIAMENTO E GESTÃO (44 metas)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>· (VETADO) Elevação dos gastos públicos em educação até atingir 7% do PIB, ampliando-se à razão de 0,5% do PIB nos primeiros 4 anos e 0,6% do PIB no 5º ano. (meta 1)</li> <li>· Garantir, nos planos plurianuais, a previsão de suporte financeiro às metas do PNE. (meta 6)</li> <li>· (VETADO) Orientar os orçamentos de modo que se cumpram as vinculações e subvinculações constitucionais, e alocar, no prazo de 2 anos, em todos os níveis e modalidades de ensino, valores por aluno que correspondam a padrões mínimos de qualidade, definidos nacionalmente. (meta 7)</li> <li>· (VETADO) Garantir recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de aposentados e</li> </ul>

pensionistas do ensino público da esfera federal, excluindo-se estes gastos das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. (meta 13)
<b>FINANCIAMENTO E GESTÃO (44 metas)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Informatizar, em 10 anos, a administração de todas as escolas com mais de 100 alunos, conectando-as em rede com as secretarias de educação. (meta 33)</li> <li>· Assegurar que, em 5 anos, 50% dos diretores possuam formação específica de nível superior, atingindo a totalidade em 10 anos. (meta 35)</li> </ul>

**Fonte: PNE (Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001).**

Ao fazermos uma análise rápida das metas propostas pelo o Plano Nacional de Educação que vemos é a real postura do Poder Executivo com os vetos nos mecanismos que viabilizariam o financiamento público educacional, diante da lei aprovada pelo Congresso Nacional. O que se observa na postura adota pelo Poder Executivo é a falta de comprometimento com a qualidade do ensino público e a não adoção pelas metas por ele estabelecidas. Neste, sentido de forma geral os itens vetados implica diretamente nos adicionais de recursos do Governo Federal para a educação. Assim, de acordo com governo de (FHC) Fernando Henrique Cardoso, os recursos para o financiamento da educação são suficientes, o que falta é otimização dos gastos para esse setor. Dentro desta lógica neoliberal é preciso priorizar em quais setores educacionais receberiam maiores investimentos, neste caso a educação infantil receberia maiores recursos, em contrapartida o ensino superior ficaria com uma fatia menor recursos, ou ainda o ensino fundamental teria recursos superiores à educação de jovens e adultos.

A lógica aqui defendida por (FHC) Fernando Henrique Cardoso, que os recursos adicionais deveriam vir das parceiras com empresas privadas que ajudaria na melhoria a qualidade do ensino público brasileiros, surgindo com isso os chamados “amigos da escola” e o voluntariado dos pais, com o projeto da Rede Globo de Televisão. Em contra partida neste período se gastou apenas 4% do PIB, enquanto 8% do foi usado para o pagamento de juros da dívida pública.

Com o início da década de 1980, a partir do período de redemocratização que o Brasil, surgiu nesse cenário o campo das políticas públicas, no decorrer da história ocorreu o seu fortalecimento passando a ser um campo importante para a investigação e conhecimento sobre as ações sociais voltadas para a educação. Para (AZEVEDO; AGUIAR 2001), o poder das políticas neoliberais e junto com a

literatura de autores europeus oriundos do processo de globalização e transformação econômica mundial norteia formulação de uma política pública a (BNCC), Base Nacional Curricular Comum para a educação com o pressuposto de adequação do sistema de ensino ao cenário internacional, tais, ação que julgam a ser mudanças significativas no processo educacional com o aumento das disparidades e desigualdades sociais. (KRAWCZYK, 2005).

A Base Nacional Curricular Comum ainda passa por um momento de discussão e formulação é um documento que nele é contido os direitos e quais são os objetivos do processo do ensino aprendizagem e os eixos norteadores que vão orientar a elaboração dos Currículos da Educação Básica que precisam estar seguindo os preceitos do (PNE) Plano Nacional de Educação e a (CONAE) Conferência Nacional de Educação. O MEC considera esse documento com um avanço mensurável para o ensino brasileiro, visto que esse instrumento é um suporte para gestão pedagógica que vão auxiliar professores para a construção de o de ações e plano pedagógicos para o sucesso do processo de formação intelectual, humana e integral dos alunos nas redes públicas de ensino.

Esse documento é pautado nos elementos consecutivos nas habilidades, nas áreas fundamentais do conhecimento e seus componentes curriculares que são (Matemática, Linguagens, e Ciências da Natureza e Humanas). Portanto, a BNCC, faz parte da exigência definidas pelo MEC, no sistema de ensino brasileiro, pautado nas Leis de Diretrizes de Bases da Educação – LDB 9394/96, como também pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica e finalmente referendado pelo Plano Nacional de Educação.

A (BNCC) Base Nacional Comum Curricular, sendo uma ação das políticas públicas para o campo da educação esse documento que visa fazer a normatização dos conteúdos essenciais que precisam conter nos Currículos da Educação Básica do Brasil que se fundamenta nos seguintes princípios educacionais (princípios éticos, políticos e estéticos) com isso buscar fazer a correção das disparidades educacionais, em que um aluno que estiver em qual parte país em síntese terá as mesmas condições de aprendizagem. Já na segunda versão da BNCC, apresenta-se com propósito fundamental a garantia de melhoria e qualidade da educação brasileira por meio de ações articuladas com o foco de corrigir as mazelas educacionais que fazem parte do cotidiano escolar. Neste sentido, o documento traz a especificação de quatro componentes: Política Nacional de Formação de

Professores, Política Nacional de Materiais e Tecnologias Educacionais, Política Nacional de Avaliação da Educação Básica e Política Nacional de Infraestrutura Escolar. Assim, segundo com o que está descrito no artigo 6º da CF 88:

“São direitos sociais” “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

A partir desta leitura conclui-se que a educação é uma política social que precisa estar a serviço da sociedade para a formação integral do indivíduo, sendo seu direito e dever do Estado oferecer com qualidade as habilidades e competências que o aluno precisa aprender no seu processo formativo. Com essa perspectiva de que a construção de uma base curricular comum para a educação básica forneça subsídios pedagógicos pra o trabalho dos professores com a finalidade de garantir aos alunos o direito de aprender o conhecimento no seu processo de formação com qualidade em suas proficiências de acordo a sua idade série e conseguindo a sua promoção às series seguintes com eficiência intelectual.

Ao falarmos das políticas públicas no Brasil nos abtemos a ações que o governo precisa realizar com a finalidade de garantir melhorias na vida da população tendo como foco as áreas prioritárias tais como: saúde, segurança pública, habitação, educação.

Com olhar nas políticas públicas educacionais no Brasil, percebe-se que o acesso a educação é um direito de todos em que ela é essencial nos estágios da vida de cada indivíduo em que é dever do Estado a efetivação das políticas educacionais com qualidade para a formação dos alunos. Com essa perceptiva o ente federados governamentais precisam intensificar e ampliar as ações positivas do governo para o desenvolvimento pelo da sociedade. (STURZA; TERRA, 2009).

A partir da visão de Bucci; (2002, p.14), vemos que:

“A política pública é definida como um programa ou quadro de ação governamental, porque consiste num conjunto de medidas articuladas (coordenadas), cujo escopo é dar impulso, isto é, movimentar a máquina do governo, no sentido de realizar algum objetivo de ordem pública ou, na ótica dos juristas, concretizar um direito.”

Através desta leitura vê-se que a política pública educacional deve estar direcionada a promover ações reais à construção de uma vida humana, mas digna na conquista gradual, do desenvolvimento crítico e do aproveitamento das potencialidades do ser humano, sendo o caminho da maturação do conhecimento e

o sucesso do processo do ensino aprendizagem. Contudo, acredito que é através da educação é que acontece a reconstrução de uma sociedade com possibilidades igualitárias pautada em uma formação mais justa e fraterna.

Em decorrência do contexto de debate sobre a ação das políticas públicas no campo educacional e qual deve ser a sua ação com os olhos nas particularidades sociais, como ferramenta de promoção social garantindo as massas excluídas o conhecimento e a capacidade de formação que lhes garantam a inserção no mundo do trabalho com o objetivo de diminuir as desigualdades que tendem a se perpetuarem no Brasil. Assim no entendimento de Buarque (2011, p. 22) vemos a seguinte afirmação:

“Só a educação pode incorporar as massas excluídas e fazer do Brasil um centro gerador de capital, conhecimento e uma sociedade justa, pelo acesso igual ao instrumento que permitirá a ascensão social de todos os que se esforçarem. E o ponto de partida é a Educação de Base. O que transforma um operário em operador e o inclui na modernidade é seu grau de conhecimento para operar os modernos equipamentos produtivos, para falar a língua do mundo e das máquinas de hoje. O que exclui os operários forçados ao desemprego é a falta de acesso à educação.”

Em contra partida sabemos que existem “as políticas públicas”, e quando olhamos para o campo da ação partidária, vemos o seu fator corrosivo. Sendo assim, por muitas vezes as mudanças sociais não acontecem de maneira efetiva. Portanto, é de suma importância que sejamos vigilantes e insistentes na luta pela defesa das ações sociais que o Estado precisa realizar. Neste caso, no campo educacional que garanta à população a sua promoção intelectual, humana e social, formando com isso uma sociedade de iguais possibilidades entre os diferentes atores sociais, no que se refere o exercício da cidadania.

Assim, podemos definir políticas públicas a partir da visão dos seguintes autores: PNE (Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001).

- Mead – campo de estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. (1995)
- Lynn – conjunto específica de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. (1980)
- Peters – soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. (1986)
- Dye – o que o governo escolhe fazer ou não fazer. (1984)

- Laswell – responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (1958)
- Azevedo (2003, p.38) “política pública é tudo que o um governo faz ou deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e omissões.”

Neste, campo discussão apresenta-se os tipos de políticas públicas a serem definidas dentro do Estado Democrático.

### **Tipos de políticas públicas**

- Redistributivas: caracterizada pelo o financiamento.
- Distributivas: caracterizada pelas ações cotidianas.
- Regulatórias: caracterizada pelas as leis e ações do poder legislativo.

Outro fator primordial a ser mencionado é o tripé regulador da sociedade (família, educação e religião), visto como ponto essencial para a formação de uma sociedade em o que o cidadão consiga aprender apreciar seus direitos e seguir seus deveres. Cabe então, a essa formação reguladora o trabalho moral, ético e intelectual dos sujeitos sociais tendo como foco a transmissão dos valores humanos.

## **CAPÍTULO II.**

### **AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS DIRETRIZES CURRICULARES MUNICIPAIS NA CIDADE DE URUANA-GOIÁS-BRASIL**

O município de Uruana está situado no estado de Goiás, situado na região do Vale do São Patrício. O marco inicial da história do município é a partir de 1920, com a figura de José Alves Toledo o seu fundador que toma um trem na estação de Patrocínio, sua cidade natal, e vai até Anápolis, em Goiás, fazendo o caminho dos bandeirantes e caixeiros viajantes. O mesmo veio acompanhado de sua esposa, dona Ambrosina Moreira Conceição, chegam a Anápolis com seus sete filhos. Morando em Anápolis, e marcado pelo espírito do pioneirismo, no ano de 1924 compra uma boa gleba de terras no município de Jaraguá. Dois anos depois sua esposa veio a falecer, e ele se casa com Ana Machado Parreira, de dezesseis anos de idade. José Alves Toledo, dono de uma das mais organizadas fazendas da região, cuidou da construção de estradas para facilitar o escoamento da produção e o contato com os amigos. Com a preocupação de educar os filhos, pediu ao governo a construção de uma escola.

O governo negou o pedido, pois só poderia construir uma escola em povoados, vilas e cidades. Decidido a prover a região com escola, deslocou-se até as margens do rio Uru, para fundar o povoado de Capela de São Sebastião, primeiro nome do que depois viria a ser a cidade de Uruana. Em 18 de julho de 1937 foi rezado um terço em louvor à São Sebastião e levantada a cruz, esculpida por Joaquim Lopes, que até hoje se encontra em frente à Igreja Matriz. Nessa época, o governo de Getulio Vargas dá início a um movimento para ocupação dos rincões do interior do Brasil, que mais tarde fica conhecido como Marcha para o Oeste. De imediato, o senhor José Alves Toledo, escreveu cartas a parentes e amigos em Minas Gerais, Bahia e Goiás, convidando-os a virem explorar as terras férteis. Aos poucos os imigrantes foram construindo ranchos à beira da Capela de São Sebastião. Com o pedido de José Alves Toledo, o topógrafo e engenheiro Felicíssimo do Espírito Santo fez o traçado da cidade. Em 1940 havia cerca de trinta

casas, e em 1946 já contava com seiscentas e oitenta casas e uma população estimada de três mil pessoas.

O que proporcionou esse rápido crescimento foi a construção da rodovia federal, que está ligada à CANG – Colônia Agrícola de Goiás. Esses camponeses eram pessoas sem recursos, na maioria agregados de fazendas, meeiros e arrendatários – que saíam em busca de terra para plantar. Etimologia – É comum entre os mais velhos moradores da cidade contar-se que, certo dia, estavam reunidos José Alves Toledo, Brás Pereira da Silva e Felicíssimo do Espírito Santo, topógrafo residente em Jaraguá. O motivo da reunião era a definição para escolha de um nome para o lugar. Durante a reunião, José Alves Toledo relatou que em um passeio de canoa pelas águas do rio Uru com sua esposa Ana, a mesma lhe perguntou o nome do rio. José Alves teria respondido: “É Uru, Ana!”. Impressionado com a história do compadre e companheiro, Felicíssimo sugeriu que em homenagem ao rio e a esposa de José Alves de Toledo, deveriam unir os dois nomes, o do rio e da esposa, originando-se assim o nome Uruana.

O Médico e o Interior de Goiás – O primeiro prefeito de Uruana foi o médico e farmacêutico Jairo Ferreira de Castro. Convidado para exercer a profissão no Rio de Janeiro, ele não se adaptou, pois vinha de uma cidade pequena no interior de Minas Gerais, Barbacena. Depois de uns anos, resolveu tirar licença do Rio de Janeiro e ir conhecer o interior de Goiás, onde se tinha notícia do crescimento devido a Marcha para o Oeste. Ele se apaixonou pela ideia de encontrar o verdadeiro Brasil viajando pelos interiores. Ele quis então conhecer o Araguaia e, para tanto, veio a Goiás para pescar.

Dona Esmeralda, esposa do Dr. Jairo, conta que quando ele foi comprar a passagem de trem de ferro, pediu para a moça que vendia as passagens que queria ir para o fim da linha. Nessa época, o fim da linha era Anápolis, aonde ele chegou e de lá partiu para Goiânia. Essa marca de pioneiro desbravador, apaixonado pelo conhecimento, foi uma constante na vida desse cientista e educador. Em Goiânia ficou algum tempo no Grande Hotel, fez amizade com as pessoas da cidade, que o recomendaram a conhecer o rio Araguaia.

Em Itaberaí ele foi a uma caravana para o Araguaia, pela quantidade de peixes e pelo céu enfeitado por pássaros de várias espécies. Como ele gostava da natureza, foi um profundo incentivador do cultivo de orquídeas. Voltando do Araguaia, Jairo passou com uns companheiros por Uruana. Dona Esmeralda, diz:

“quando chegou à tardinha, na pensão da praça em Uruana, o assunto era uma mulher que estava muito mal para dar à luz, que a família já estava desesperada e sem esperança. Quando descobriram que ele era médico, pediram que ele tratasse a mulher. Foi então que ao tratar a mulher espalhou pela redondeza que havia um médico na cidade, e a partir daí nunca mais ficou um dia sem atender dezenas de pessoas”. Quando o convidaram para ir embora, ele disse aos companheiros que ficaria mais alguns dias, pois estava notando muitas doenças, e que o povo precisava que ele tratasse de suas febres, moléstias e infecções. O espetacular em Jairo Ferreira de Castro foi sua preocupação com as atividades educacionais, cívicas e esportivas. Fez uma série de colégios, organizou o movimento de escoteiros na cidade e principalmente, promoveu os esportes e as festas cívicas.

O município de Uruana era conhecido pela grande produção de grãos e leite. Entretanto a cidade encontrou uma atividade no campo que a tornou conhecida nacional e internacionalmente, a produção de melancias. Uruana tem mercados garantidos de melancias em Goiânia, São Paulo, Brasília, Paraná, Minas Gerais, Pará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul dentre outros estados, além de países do MERCOSUL, exportando a fruta para a Argentina, Paraguai e Uruguai. A qualidade, a organização da produção e a produtividade rentável de melancia em Uruana não encontram páreo em grande parte do Brasil e da América Latina.

A cidade tem vida econômica própria. Encontraram na exploração coletiva do campo, novas oportunidades de fortalecimento econômico. Conservou a produção tradicional de arroz e milho, mas concentrou suas atividades na exploração de melancias. Uruana serve aos mercados locais como leite, bovinos, aves e suínos, praticando, ao mesmo tempo, uma agricultura de ponta que envolve pequena, médias e grandes propriedades nos mais diversos segmentos agrícolas. A mais tradicional e famosa festa de Uruana é a da Melancia. É o momento em que se comemora o sucesso da colheita da fruta. A primeira festa foi em 1978. Desde 1993 se tornou um evento nacional. Acontecem todos os anos sempre em setembro, no mês de aniversário da cidade.

A cultura da melancia começou em Uruana em 1968. O engenheiro agrônomo Arsênio da Silveira, conversando com o senhor Álvaro Moreira Domingues, produtor da região, falou sobre plantar uma horta de melancia de forma irrigada. A produção foi tão grande que o povo de Uruana não conseguiu consumir tudo. A partir desse fato, começou-se a comercializar em Goiânia.

Foi no governo de José Mariano Costa que se incrementou a festa, passando a ser a grande realização do prefeito. Até próximo de sua morte, ele ainda se preocupava com a realização do evento, mesmo não sendo mais prefeito da cidade. Na primeira festa, várias datas comemorativas foram lembradas. Um grupo apresentou o hino, festejou-se o dia da alfabetização – na época, o dia do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Teve ainda a escolha da Rainha da Melancia, o desfile estudantil, com concentração na porta da prefeitura e distribuição de sessenta toneladas da fruta. Outro destaque da Festa da Melancia é o concurso do Chupa-Chupa, ou seja, o concurso do maior chupador de melancia, uma disputa para ver quem consegue comer mais melancia. O concorrente é pesado antes e depois do concurso, onde ele chupa a fruta até não aguentar mais. Aí conta-se o peso da diferença para mais. O campeão de Uruana, conhecido como Doca, devorava até sete quilos. A festa é um dos momentos para a promoção do turismo no Rio Uru, onde as pessoas ficam acampadas. Atualmente é realizada no Parque de Exposições José Rocha Borges, às margens do rio Uru.

A economia de Uruana tem seu forte na produção, armazenagem, transporte e exportação – inclusive para o MERCOSUL – de melancia. Dois mil e quinhentos hectares de melancia são plantados no município, tendo uma média de produção de quarenta e cinco toneladas por hectare, sendo esta a principal atividade econômica da cidade. Gera mais de três mil empregos diretos e indiretos, além de vários efeitos econômicos importantes. Em época de safra, os restaurantes, pensões e hotéis ficam lotados, os postos de gasolina faturam mais e o número de caminhões para transporte é grande, enchendo toda a cidade, onde os agenciadores de cargas captam pedidos de frete para todo país. A média de colheita é de trinta toneladas por hectare. A melancia, com apurada tecnologia de Uruana, pode ser colhida noventa dias após o plantio. O ingresso de outros países da América do Sul no MERCOSUL, como Peru e Colômbia e a queda de barreiras comerciais, irá favorecer as exportações de melancia e a cidade obterá novos mercados para suas vendas.

O entrelaçamento comercial de Uruana com a Argentina tem sido crescente. Tanto que, atualmente, o município cultiva cada vez mais abóboras para exportação aos argentinos. Outros Aspectos – Outras atividades urbanas têm caracterizado a economia de Uruana, com ótimas oportunidades de crescimento. A cerâmica

artesanal vem crescendo, embora ainda necessite de aprimoramento na sua produção, pois o trabalho é todo manual.

Existe na questão industrial um pólo de pequenas confecções também têm peso na economia do município. Com uma produção de aproximadamente a quarenta mil peças por mês e gera mais de mil empregos diretos e indiretos. Segundo empresários do setor, a maior dificuldade continua sendo a falta de mão-de-obra especializada. A comercialização das confecções é feita por representantes espalhados em Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Tocantins, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A produção de leite no município merece destaque. Tendo, um rebanho de aproximadamente cinquenta e três mil cabeças, aproximadamente, estima-se que a produção anual seja de vinte milhões de litros. A maior exploração por hectare em Uruana são as plantações de melancia. No entanto, o município ainda conserva o plantio de arroz de sequeiro, embora ele esteja, pouco a pouco, dando lugar à produção de milho.

Na questão cultural e religiosa temos como fator de destaque a festa em homenagem ao padroeiro da cidade que é São Sebastião, um momento em que se reaviva a fé católica e o reencontro das famílias com seus parentes que não moram mais na cidade e retornam neste festejo. Embora que se comemore o dia de São Sebastião em 20 de janeiro, neste período ocorre o tempo chuvoso, o evento passou a ser realizado em julho. A fé e crença no padroeiro São Sebastião está impregnado à imaginação dos produtores rurais e pecuaristas da região. O Santo é o principal protetor contra pestes, fomes e as misérias a que camponeses estavam vulneráveis, como as doenças nas lavouras e nos animais. Nas quermesses e nos encontros de rezas e orações comuns a São Sebastião, sempre acompanha a seguinte expressão: “Enfim, glorioso mártir São Sebastião, proteja-nos contra a peste, a fome e a guerra; defendei nossas plantações e nossos rebanhos, que são dons de Deus para o nosso bem, para o bem de todos”.

O município de Uruana – Goiás tem uma população de aproximadamente 14 mil habitantes, morando em diversas partes deste território, conseguindo manter suas famílias principalmente com o trabalho no plantio e comercialização da melancia. Assim, as famílias desprovidas de riquezas, vão à busca de trabalho nas lavouras de melancias, onde trabalham desde a preparação do solo, ao plantio, até

fazerem as cargas (cargueiros), em caminhões que vão levando os frutos para varias partes do Brasil.

Na questão educacional atualmente, esse município tem Unidades Educacionais Municipais, como os CMEIS (Centro Educacional de Educação Infantil) que atende crianças de 5 a 9 anos, e a Escola Municipal Jose Morais de Freitas, tem um público 10 aos 15 anos, atendendo a 1ª e 2ª Fase do Ensino Fundamental. Já na questão Estadual, têm-se duas Escolas Estaduais, Escola Estadual Diógenes de Castro Ribeiro (2ª Fase do Ensino Fundamental), Escola de tempo Integral – Escola Estadual Euclides Serafim de Lima (2ª Fase do Ensino Fundamental), Colégio Estadual Zico Monteiro (1ª, 2ª Fase do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA) e Colégio Estadual José Alves Toledo – oferta-se o Ensino Médio.

Os componentes curriculares que norteiam o ensino aprendizagem dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino do município de Uruana – Goiás baseia-se na Base Nacional Comum Curricular, mas as Instituições de Ensino Estaduais tem o Currículo Referência da Secretaria de Estado de Educação de Goiás (em anexo), dividido em eixo temático, expectativas de aprendizagem e conteúdos de acordo com os níveis de ensino. Esse Currículo Referência contempla a formação gradual dos educando, em que os professores em sala aplicam os seus planejamentos com supervisão e orientação da equipe de coordenação pedagógica de cada Unidade Escolar.

O fator principal da Educação de Goiás, é que o aluno aprenda com qualidade, conseguindo ser protagonista do conhecimento. Assim, os alunos são avaliados a cada ciclo de ensino por avaliações externas tais como (ADA, SAEGO), como sendo políticas públicas com a finalidade de elevar o índice de aprendizagem dos alunos e melhores resultados nos rankings nos sistemas de avaliações nacionais, neste caso o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em que são avaliados por meio da Prova Brasil, os anos finais do Ensino Fundamental 1ª e 2ª Fase, tendo como meta alcançar as metas do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Já a Unidades Escolares que fazem do Sistema de Ensino Municipal, mesmo com eixo norteador da Base Nacional Comum Curricular, com a nova Administração Escolar – Secretaria de Educação Municipal buscou um novo método de ensino denominado “Sistema Etapa do Ensino Público Municipal”, é direcionado aos alunos

da 1ª Fase do Ensino Fundamental, são apostilas bimestrais, em que os professores recebem esse material de ensino com a finalidade elevar o índice do conhecimento dos alunos ao do ensino privado. Esse método de ensino não está de acordo com a Referência Curricular da Secretaria de Estado de Educação de Goiás.

## **2.1 DIRETRIZES CURRICULARES**

A partir, da década de 1990, foram instituídas várias propostas e iniciativas para a formação curricular da Educação Básica Brasileira. Através destas propostas surgiu dos debates em torno do currículo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para atender os anseios do primeiro e segundo ciclo do Ensino Fundamental, foram eles os primeiros a serem determinados pelo o Ministério da Educação (MEC). Foi só no final de 1995, que a versão preliminar surgiu e foi encaminhada para o debate para a consulta e avaliação de professores e acadêmicos de várias instituições do ensino do Brasil.

No campo acadêmico, os estudos, debates, discussões sobre a versão preliminar do currículo educacional brasileiro, ocorreu à promoção de um acervo importante para o conhecimento dos caminhos percorridos no na questão curricular da educação básica, serviram assim como fator de referência, para o surgimento de análises, pareceres, e apontamentos conclusivos de propostas curriculares. (Saviani, 1994; Moreira & Silva, 1994; Silva & Moreira, 1995; Moreira, 1999).

Através da consulta proposta pelo MEC, da versão preliminar do documento curricular nas Secretarias de Ensino Fundamental das Unidades Federativas surgiu vários pareceres à proposta curricular. Assim, a partir desses pareceres encaminhados, com suas propostas e também de posse das atas de reuniões dos especialistas, encontros acadêmicos e professores foram reelaborados pelo MEC, a versão preliminar dos PCNs com consideração as análise, observações e críticas que lhe foram encaminhadas. Foi apresentada a nova versão do PCNs, para o Conselho Nacional de Educação (CNE), no mês de setembro de 1996, para que esse colegiado fizesse a deliberação. Com esse ato e sua explicitação da perspectiva mostraria a colaboração entre o MEC e CNE diante da questão curricular de ensino, promovendo os espaços de atuação e competências destes dois órgãos em torno da construção de um documento norteador para o

direcionamento da educação no Brasil, a ser implementado pelos Estados e Municípios, tendo com eixo principal o professor em sala de aula direcionando o conhecimento aos alunos.

Portanto, os (PCNs) Parâmetros Nacionais Curriculares, são uma coleção de documentos determinados pelo Ministério da Educação, que compõem a grade curricular comum de ensino educação básica, que devem ser executados nas Unidades de Ensino do país, como garantia de um ensino de qualidade a todos. As Unidades Escolares precisam fazer a organização do seu Projeto Político Pedagógico, sua proposta pedagógica de ensino fazendo adaptações a partir desses conteúdos, tendo como princípio as realidades sociais da localidade em que se encontrar inseridas. Nesse, momento é primordial que as escolas promovam debates, discussões com forma de organizar qual a melhor forma ou didática a ser oferecida e ainda como devem ser aplicados os conteúdos em sala de aula. Por fim, a escola precisa assumir sua responsabilidade social de ensino no ambiente em que se encontra, tendo como princípio a oferta de uma educação plena e efetiva a sua clientela escolar, em que faça a organização “didáticas fundamentais”, entre os temas do conhecimento e a prática diária do trabalho do docente. Em que, a aprendizagem possa acontecer, com a promoção do desenvolvimento das habilidades necessárias, como por exemplo, a formação para a pesquisa, a interpretação crítica das vertentes do conhecimento.

Por meio desta temática da construção curricular a partir da República Nova, apresentam-se neste debate duas perspectivas no que se refere à questão curricular como também o plano institucional, o que se estabelece entre o MEC e CNE, em torno dos PCNs para a educação do Ensino Fundamental. Já a outra análise esta entre as noções gerais para o Ensino Fundamental das (DCNs) Diretrizes Curriculares Nacionais que foram elaboradas e determinadas pelo CNE e por meio do PCNs definidos pelo MEC.

Com o artigo 210, da Constituição Federal de 1988 serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, (*Constituição Federal, 1988*), pelo o qual as diretrizes educacionais definidas pelo (CNE) Conselho Nacional de Educação, como linhas gerais de ação, para a proposição a caminhos abertos para os diferentes programas de ensino na educação do Brasil.

Portanto, a Resolução nº 2, de abril de 1998, da Câmara de Educação Básica, apresenta as DCNs:

O conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica, (...) que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas. (p. 1)

Neste sentido, o parecer da CEB (Câmara de Educação Básica), nº 4/98 e a Resolução nº 2 de 1998 apresenta sete diretrizes como referência para a organização do currículo escolar. Por meio, destes documentos, são imprescindíveis que em primeiro lugar as Unidades Escolares precisam estar fundamentadas suas ações pedagógicas através de princípios éticos, políticos e estéticos. Esses princípios devem ser relacionados à autonomia, responsabilidade e solidariedade, com a cidadania e a vida democrática. Através destes documentos observa-se também a existência de princípios estéticos da sensibilidade, que devem conduzir as ações pedagógicas escolares ao reconhecimento da sensibilidade e criatividade do comportamento humano e à valorização da diversidade de manifestações artísticas e culturais da realidade brasileira (Brasil, 1998, p. 1). Neste, sentido é de suma importância que o ensino contemple a formação do individual de forma gradual, intelectual, humana e solidária para a vivência participativa no meio do grupo social.

A segunda diretriz está relacionada ao reconhecimento da identidade pessoal dos agentes educacionais que são os alunos, professores e demais profissionais que atuam na educação escolar, bem como da identidade institucional das escolas e dos sistemas de ensino. Na dimensão pessoal, a diretriz aponta para a necessidade de acolhida democrática pela escola das diversidades e peculiaridades de gênero, étnicas, etárias, regionais, socioeconômicas, culturais, psicológicas e físicas das pessoas implicadas diretamente com a educação escolar. Essa diretriz vai ao encontro do Programa Nacional de Direitos Humanos nos artigos (1º, 2º e 3º da CF 88), que determina a igualdade perante a lei, no (artigo 5º da CF 88), afirma a necessidade de repúdio a quaisquer forma de discriminação, (artigo 3º da CF 88) e que refere-se a promoção dos direitos humanos (PNDH) – Plano Nacional de Direitos Humanos.

De acordo com a terceira diretriz o processo educacional é considerado uma relação indissociável entre os conhecimentos, linguagem e afetos, partes integrantes preponderantes nos atos de ensinar e aprender. Essa perspectiva se

afirma nos DCNs, em que a valorização do diálogo com interações múltiplas entre professor/aluno, alunos/alunos, alunos/livros, uso de mídias com tecnologias de informação, materiais didáticos diversificados, para que os alunos sejam motivados a compreensão em níveis diferenciados do conhecimento com valores éticos, políticos e estéticos. Essa diretriz tem eixos de ensino claramente pedagógicos em que com a interação professor e alunos consigam produzir os caminhos que vão ao encontro da aprendizagem.

No artigo 9º da LDB 9394/96, apoia-se a quarta diretriz da aprendizagem, que estabelece conteúdos curriculares mínimos para a formação educacional do aluno a chamada Base Nacional Comum, que se destinam a legitimação da unidade e a qualidade da ação pedagógica de ensino na sua diversidade nacional. Em que se descreve no parecer:

- A instituição de uma Base Nacional Comum com uma Parte Diversificada, a partir da LDB, supõe um novo paradigma curricular que articule a Educação Fundamental com a Vida Cidadã.

O significado que atribuímos à Vida Cidadã é do exercício de direitos e deveres de pessoas, grupos e instituições na sociedade, que em sinergia, em movimento cheio de energias que se trocam e se articulam, influem sobre múltiplos aspectos, podendo assim viver bem e transformar a convivência para melhor. (Brasil, 1998b, p. 9)

É uma perspectiva integradora o que propõem a Base Nacional Comum e sua parte diversificada, que propõem nos níveis de conhecimento articular a cidadania com o conhecimento que abrange os currículos da educação fundamental. Aqui se trata de uma dupla integração que precisa movimentar-se no interior e nos temas de cidadania e o conhecimento escolar. Perpetua nessa diretriz a “vida cidadã” na questão do ensino aprendizagem em que os temas propostos ao conhecimento baseiam-se nos aspectos que se relacionam saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura e linguagens. Neste sentido, as áreas de conhecimento” se referem à Língua Portuguesa, Língua Materna (para populações indígenas e migrantes), Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Física e Educação Religiosa (Brasil, 1998b, p. 7).

Em concordância com o artigo 27 da LDB 9394/96 a quinta diretriz, traz orientação as Unidades de Ensino, no que se determina ao segmento e condução

das propostas curriculares e de processos de ensino capazes de articular os conhecimentos e valores da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada ao contexto social (Brasil, 1998b, p 11).

Na sexta diretriz do ensino público brasileiro tem-se a busca pela autonomia escolar em que é pautada pela LDB 9394/96 com a finalidade de promover orientação as escolar sobre a parte Diversificada do Currículo Escolar para a elaboração de projetos pedagógicos que atendem o interesse do ensino aprendizagem. (Brasil, 1998b, p 11). Nessa linha de pensamento a diretriz fundamenta-se no artigo 9º, IV da LDB, em que se reafirma qual deve ser a participação dos Estados e Municípios e unidades de ensinos para buscarem a complementação dos currículos com uma parte diversificada com recursos pedagógicos que melhorem a qualidade do trabalho do professor e o conhecimento dos alunos.

Por fim na sétima diretriz de ensino, traz como fator determinante as propostas pedagógicas de ensino que tendem a criar um espaço de zelo para que haja um clima escolar que se fundamenta na cooperação em os atores de conhecimento, criando um ambiente de ensino com o fornecimento de condições que garantam o planejamento, a comprometimento para o bom uso do tempo escolar tão necessário ao sucesso do ensino.

Com essa diretriz afirmam-se as possibilidades e condições para o trabalho pedagógico com interdisciplinaridades e a transdisciplinariedade para o sistema seriado o de clico, tendo princípio o currículo, relação da unidade escolar com o meio social em que si encontra inserida e qual deve ser o planejamento de ensino, avaliação e proposta pedagógica a ser direciona a sua clientela escolar. (Brasil, 1998b, p. 11).

## **2.2. A PRÁTICA: AS DIRETRIZES NA SALA DE AULA**

Nesse modelo de ensino, Paulo Freire, propôs o desenvolvimento da criticidade dos alunos, sendo eles sujeito de conhecimento em que a educação deve orientar na formação de cidadãos conscientes, como forma de inquietação na busca da sabedoria que liberta e não por muita vezes opressora, como se observa na maioria da instituições de ensino em que o aluno é um mero receptor do

conhecimento. É de suma importância proporcionar nos alunos o espírito de investigação e pesquisa. Os “professores” tendem no processo atual do Sistema de Ensino, ser apenas repetidores de uma política educacional alienante que se perpassa no âmbito político de controle social. Portanto, qual o papel da educação no Brasil do século XXI? Educar para vida plena e libertadora? Ou em buscas de atingir melhores resultados nas Avaliações Externas – (IDEB) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, (ENEM) Exame Nacional do Ensino Médio, VESTIBULAR? Nesse modelo que passa a educação, os alunos são treinados e condicionados a obterem tais resultados, que para a questão midiática e políticas são tais formas que declaram o sucesso da educação.

Contudo, diante destas questões é preciso que a educação seja libertadora e que leve a promoção, intelectual, humana e social dos indivíduos. Por disso, é preciso que o professor faça um diagnóstico do que os alunos já trazem como bagagem do conhecimento, seja cultural, religioso, social e político, com o uso do senso comum. Certo, que com os momentos de estudos professor e alunos vão tecendo juntos o caminho pela busca do conhecimento que desencadeie uma visão crítica da realidade. É preciso que aconteça a problematização, dos conteúdos a serem explorados no ambiente de ensino, não que deve ser repassado como uma reprodução pura e acabada.

Assim, sabe-se que no Brasil a educação ainda é vista a partir de fundamentação de leis que são meros pacotes de uma política de um partido de governo que buscaram a fabricação de números para medir a qualidade do Sistema Educacional. Diante desta questão, os professores e alunos são amarrados a uma educação mensurada e mascarada sua evolução com gráficos exorbitantes que estão fora do contexto social, moral e de valores da sala de aula.

Neste contexto de leis, foi com a Constituição de 1988, que a Educação Brasileira, partir para o caráter da legalidade, em que ficou definido a participação da União, Estados e Municípios na promoção de uma formação de qualidade e humana a todos os brasileiros. Assim, com CF 88, a educação passou a ser um direito de todos em que caberia o Estado garantir de forma obrigatória, o ensino para crianças de sete a quatorze anos. Com a construção e promulgação da LDB (Leis de Diretrizes de Bases Educacionais), nos anos seguintes o sistema educacional brasileiro começou a passar por um ciclo de mudanças lembrando que o Brasil desde a independência não trazia questão da educação para o debate na

agenda pública. Diante, dos desafios a serem superados, mesmo que tardio começa a serem mensuradas as mudanças neste caso a ampliação no modelo de ensino no que se refere, a educação básica uma conquista e um direito, ficando a cargo do Estado o seu financiamento.

Assim, vemos o quanto a Educação no Brasil vem evoluindo dando melhores oportunidades a todos brasileiros de conseguir uma formação intelectual e humana para conquistarem um espaço no mercado de trabalho que a cada dia se torna mais exigente precisando de pessoas mais qualificadas para ocuparem as vagas que vão surgindo em varias áreas do conhecimento e industriais.

Ainda precisamos avançar muito no que se refere à remuneração e valorização dos professores, neste caso da Educação Básica, se quisermos ser um país de primeiro mundo é necessário que os políticos deixem de pensar a educação apenas como gasto, mas, sim como investimento para a construção de um país melhor, competitivo em relação aos outros países.

É necessário que busquemos para o Brasil exemplos para a construção de um Sistema de Educação que valorize o professor e dê aos alunos melhores chances de aprender com o uso de recursos tecnológicos a favor da aprendizagem, neste caso temos a Finlândia visto como em 1º Lugar no Ranking da Educação em esfera global, pois a educação pública de qualidade neste país funciona para todos. Precisamos além de ensinar para o mundo do trabalho na Globalização que busca profissionais melhores qualificados. Temos também que educar para vida formando cidadãos humanizados com o objetivo na construção de um mundo melhor e igualitário. Enfim se queremos um país mais competitivo e desenvolvido o caminho é a educação de qualidade e eficiente a todos.

O contexto educacional brasileiro vem passando por transformações importantes quando se fala da prática do docente em sala de aula, fator preponderante para o sucesso do ensino aprendizagem, é preciso que se organizem nos planejamentos anuais, quinzenas e no plano de aula práticas exitosas que busquem aguçar nos alunos o desejo de aprender, de pesquisar, de buscar respostas às suas dúvidas no decorrer do processo formação. Nesta linha de raciocínio o planejamento escolar é um dos métodos pedagógicos preponderantes para que se alcance melhores resultados no ensino público brasileiro.

Assim ao referir-se ao planejamento:

“Hoje vivemos a segunda grande onda do planejamento. A primeira entra em crise na década de 70. A década de 80, embora, na prática, se apresente como uma grande resistência ao planejamento contém os mais efetivos anos em termos da compreensão da necessidade, do estudo, do esclarecimento e da confirmação desta ferramenta.” (Gandin, 2008, p.05)

A citação faz referência à necessidade de planejarmos sempre, e compreender a importância deste ato para que se haja sucesso no aprender dos alunos e no trabalho dos professores.

Segundo (Moretto, 2007) o ato de planejar é organizar ações. Mesmo sendo uma visão simplícia sobre o planejamento, ela deve existir para dar suporte e facilitar a ação diária do professor, pois é através dele que esse profissional terá a dimensão de organização do seu fazer pedagógico, tendo um caminho a ser seguido e quais os resultados a serem almejados e alcançados no decorrer do processo formativo de suas aulas.

Através de Gandin (2008, p.01), tem-se uma reflexão sobre as eficiências do ato de planejar, pois é uma ferramenta valiosa no processo humano, isto é, essa prática nos dá condições para a tomada de decisões, qual o melhor caminho a ser percorrido para chegar a um determinado resultado. Neste contexto do planejamento como fonte de garantir resultados a prática pedagógica do professor em sala de aula é viável a apresentação de conceitos básicos, tais como: planejar, planejamento e planos que segundo Menegolla & Sant’Anna (2001, p.38) “são palavras sofisticadamente pedagógicas e que “rolam” de boca em boca, no dia-a-dia da vida escolar.” Porém, para Padilha (2003, p. 29), estes termos têm sido compreendidos de muitas maneiras. Dentre elas destaca-se:

#### Planejamento:

“É um instrumento direcional de todo o processo educacional, pois estabelece e determina as grandes urgências, indica as prioridades básicas, ordena e determina todos os recursos e meios necessários para a consecução de grandes finalidades, metas e objetivos da educação.” (MENEGOLLA & SANT’ANNA, 2001, p.40)

#### Plano Nacional de Educação:

“Nele se reflete a política educacional de um povo, num determinado momento histórico do país. É o de maior abrangência porque interfere nos planejamentos feitos no nível nacional, estadual e municipal.” (MEC, 2006, p. 31)

#### Plano de Curso:

“O plano de curso é a sistematização da proposta geral de trabalho do professor naquela determinada disciplina ou área de estudo, numa dada realidade. Pode ser anual ou semestral, dependendo da modalidade em que a disciplina é oferecida.” (VASCONCELLOS, 1995, p.117 in Padilha, 2003, p.41)

#### Plano de Aula:

“É a sequência de tudo o que vai ser desenvolvido em um dia letivo. (...) É a sistematização de todas as atividades que se desenvolvem no período de tempo em que o professor e o aluno interagem, numa dinâmica de ensino-aprendizagem.” (PILETTI, 2001, p.73)

#### Plano de Ensino:

“É a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um ano ou um semestre; é um documento mais elaborado, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológico.” (LIBÂNEO, 1994, p.222) ATHENA • Revista Científica de Educação, v. 10, n. 10, jan./jun. 2008 55

#### Projeto Político Pedagógico:

“É o planejamento geral que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. É um processo de organização e coordenação da ação dos professores. Ele articula a atividade escolar e o contexto social da escola. É o planejamento que define os fins do trabalho pedagógico.” (MEC, 2006, p.42)

Neste contexto de ensino sobre a prática pedagógica do professor em sala alinhada a um projeto político pedagógico tendo como foco a aprendizagem com qualidade e com o princípio de equidade e os caminhos a serem percorridos para que se tenha sucesso na aprendizagem dos alunos com melhoria em sua proficiência nas habilidades específicas de acordo com sua idade série, apresenta-se um modelo de ensino público da rede estadual do município de Uruana – GO.

A Instituição de Ensino – Colégio Estadual Zico Monteiro, fundado em dezembro de 1960 e ano, situada na Avenida Brasil número 1.315, bairro centro no município de Uruana do Estado de Goiás, email: [52020002@educ.go.gov.br](mailto:52020002@educ.go.gov.br), jurisdicionado a Subsecretaria Regional de Educação, Cultura e Esporte. Assume como objetivo a atendimento na formação integral, humana, política e social dos alunos da comunidade local. Nesta, via de discussão o lema de ensino desta Instituição Escolar é a “orientação na formação para uma ”Educação para cidadania, valorizando as iniciativas individuais e coletivas”. Assim, oferecem-se serviços educacionais de qualidade, assegurando as expectativas de nossos alunos e comunidade escolar, com garantia aos educandos de um ambiente propício de cooperação respeito ao próximo, criatividade, e colaboração para a construção de um mundo mais justo possível em que todos possam ter consciência de seus deveres e direitos dentro da sociedade que se encontram inseridos. Contudo, no processo do ensino aprendizagem destacam-se os seguintes aspectos norteadores de acordo com uma concepção pedagógica a tendência Crítico Social, libertadora,

com questionamentos dos conteúdos a partir de uma visão macro e micro dinâmica no caminho de maturação do conhecimento, tendo o em vista os anseios de cada sujeito do conhecimento.

Têm-se como vertentes de valores sociais humanos como proposta de transmissão do conhecimento moral, os termos abaixo destacados:

- a) Autonomia pessoal e coletiva
- b) Discernimento
- c) Respeito às diferenças
- d) Solidariedade
- f) Responsabilidade
- g) Cooperação
- h) Cordialidade
- i) Fé e Justiça

Diante, da sua missão educacional a Unidade Escolar Colégio Estadual Zico Monteiro tendo o foco na aprendizagem com fator essencial na promoção humana busca ser reconhecida a partir dos seguintes pontos:

- Ser referência em educação, assegurando a formação intelectual do nosso aluno.
- Ser uma comunidade de investigação e aprendizagem permanentes que desenvolva nos alunos autonomia, criatividade, responsabilidade e compromisso social.
- Ser referência para as famílias que priorizam a educação e o conhecimento, desenvolvendo o espírito científico-critico, aliado à cultura, a nossa tradição e valores humanos.

É visto, que para a construção de uma Unidade Educacional forte, com foco e excelência no processo ensino aprendizagem é preponderante a participação de todos os atores educacionais, neste caso a família sendo ela a primeira forma de contato social do ser humano tem papel fundamental na educação moral e humana na vida de cada pessoa. Isso, não foge do processo escolar, é preciso que seja ela a primeira incentivadora e que acredite, valorize acompanhando os desafios e conquistas do conhecimento de cada filho. Nesta linha, de discussão para que haja

harmonia no trabalho conjunto da família e da escola, é importante que os pais conheçam a identidade e os propósitos da instituição escolar.

Tendo, em seu caminho vários desafios educacionais e sociais a Escola precisa estabelecer metas que garantam aos alunos a aprendizagem e promovam aos professores a capacidade de alcançar sucesso em seu fazer pedagógico. Portanto, é preciso educar com a visão no presente e no futuro. É necessário que a escola busque cada vez mais reconhecida pelo ensino forte aliado à formação para a vida e à vivência da ética respeitando as diferenças sociais e religiosas, em favor da emancipação humana e da defesa da cidadania. Assim, na busca pela qualidade da educação é de suma importância que todos os envolvidos na educação vislumbrem a necessidade e o sonho de darmos aos alunos condições reais de se tornarem cidadãos críticos, interativos, capazes de contribuir para o progresso da sociedade, opondo-se às injustiças sociais.

A Instituição Escolar que oferece as seguintes fases da educação básica – 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental 1ª Fase, com uma clientela de alunos com a faixa etária de 7 a 11 anos, 6º ao 9º do Ensino Fundamental 2ª Fase neste período nossos alunos estão com idade de 11 a 16 anos. Também oferta-se a Educação de Jovens e Adultos com o público alvo são alunos que deixaram de completar sua vida escolar por vários motivos, trabalho, dificuldade na família, sendo nesta fase escolar a oportunidade de concluírem o nível básico de sua formação humana. Atualmente nossa clientela dos três turnos de ensino é 300 alunos. Com esse trabalho apresenta-se uma síntese do acompanhamento, avaliação sobre nível de aprendizagem de 27 alunos matriculados na turma do 5º ano do Ensino Fundamental do turno vespertino que estão na faixa etária de 10 – 11 anos. Foram realizadas observações sobre as dificuldades e potencialidades cognitivas de cada um. Com isso, foram propostas as intervenções necessárias no caminho da apreensão do conhecimento e mantendo as práticas pedagógicas exitosas. É suma importância o trabalho contínuo com a leitura, escrita, interpretação textuais, o domínio das quatro operações básicas da matemática. Essas são habilidades do conhecimento primordiais para o sucesso do ensino aprendizagem e na busca pelo protagonismo dos educandos, que aqui os denomino de sujeitos iniciais do conhecimento.

Essa Unidade Educacional está direcionada na questão do ensino aprendizagem a partir das políticas públicas Educacionais vigentes, tendo a LDB nº

9394/96, e esta de acordo com as leis educacionais da Secretaria Estadual de Educação, Esporte e Cultura do Estado de Goiás. O fazer pedagógico dos professores se alinha com as orientações e propostas educacionais que estão direcionadas com a política educacional de ensino do Estado de Goiás. Portanto, os professores, com o apoio constante de Gestão Escolar, fomentam a orientação formativa dos alunos, na questão crítica-cidadã, humana, política e social, com a finalidade de garantir a formação de cidadãos conscientes, que estejam preparados para o mercado de trabalhos e que consigam a sua própria transformação social e do espaço em que se encontram inseridos.

Apresento o diagnóstico inicial dos alunos matriculados no 5º do Ensino Fundamental 1ª Fase, que será o objeto de análise com o foco nas habilidades de conhecimento nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa:

- 5% dos alunos não dominam completamente a habilidade de leitura e escrita adequada;
- 5% dos alunos são leitores, mas não conseguem fazer a interpretação de textos e escrevem com certa dificuldade;
- 15% dos alunos são leitores e conseguem fazer a interpretação e produção de pequenos textos;
- 40% são leitores, já conseguem interpretar textos e produzem com menor grau de dificuldade textos narrativo;
- 55% dos alunos apresentam dificuldades nas quatro operações básicas da matemática e resolução de situações-problema;
- 45% dos alunos conseguem interpretar e resolver situações-problemas com as quatro operações básicas da matemática;

Com os resultados acima mensurados, é feito um planejamento com a equipe pedagógica escolar com a finalidade de construir e direcionar de ações pedagógicas tendo como foco a busca de solucionar as mazelas elencadas nesta análise inicial. Assim, com os seguintes questionamentos. Por que uns alunos aprendem outros não? É preciso o apoio familiar e acompanhamento psicológico? Que intervenções precisam ser realizadas?

Contudo, com os dados estáticos, o planejamento foi realizado com o grupo de professores e coordenação, com a definição de quais são as melhores ações para cada dificuldade mensuradas, tais como: - Oficinas de leitura e produção de texto, reuniões com pais, formação de grupos de estudos com professores para trocar experiências exitosas, direcionamento psicológico, torneios de tabuada, alunos monitores, atendimento no contraturno. As intervenções aqui mencionadas têm como objetivo dar respostas aos gargalos que os alunos apresentaram. Nesse sentido o professor e a equipe pedagógica da escola fazem um acompanhamento contínuo de acordo com o anseio e a necessidade de aprendizagem dos alunos. É feito um trabalho conjunto entre professor, família, equipe gestora com o foco na aprendizagem plena de todos os alunos.

Após, as aplicações das ações pedagógicas, durante o período de três meses, com o envolvimento de pais, alunos, professores com o objetivo comum que os alunos aprendem com qualidade. Os resultados começam a serem colhidos, como por exemplo, a elevação do nível de leitura, interpretação de textos, o a ampliação do conhecimento em matemática dos alunos. Assim, a educação é feita com a participação de todos, quando um sonho é sonhado com toda a comunidade escolar, que promove a formação do conhecimento dos alunos, ocorre o envolvimento para superar as dificuldades aqui elencadas e acima de tudo celebrar as vitórias que é ver o aluno aprendendo com eficácia e a conquista das habilidades necessárias para sua vida.

Portanto, a proposta pedagógica de ensino da Unidade Escolar – Colégio Estadual Zico Monteiro, acompanha os descritores de aprendizagem oriundos da Secretaria de Estado da Educação e feito o trabalho pedagógico voltando as avaliações externas, que neste caso é o da Prova Brasil, que busca avaliar e medir o índice do ensino aprendizagem das escolas públicas do Brasil – o (IDEB) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Sendo, direcionados pelos professores no ambiente escolar de ensino com uso de métodos que partem a partir do conhecimento prévio dos alunos, com uso de problematizações, questionamentos, o incentivo a pesquisa, com a finalidade de provocar neles a sabedoria crítica em relação aos conteúdos proposto ao ensino aprendizagem. Em que o foco do trabalho pedagógico baseia-se no conhecimento empírico não como puro acabado, mas sim que deve ser sempre construído com a participação ativa dos alunos. A LDB 9.394/96 reforça a necessidade de dar condições a todos de uma formação

básica comum, traz consigo a um conjunto formado por diretrizes com a finalidade de nortear currículos e seus conteúdos mínimos a ser direcionada a aprendizagem dos alunos. Aqui referendado nos termos da lei no artigo 9º, inciso IV da União. Assim, é feita a organização curricular como forma de garantir a flexibilidade do princípio da base nacional comum do ensino – aqui os Parâmetros Curriculares Nacionais, como o início de mudanças no trabalho do professor sendo o objetivo final a aprendizagem plena dos alunos.

Nesta linha de raciocínio o Ensino Fundamental a partir da referida LDB 9.394/96 tendo como finalidade direcionar uma educação que oriente pela a formação para cidadania, a criação e reestruturação de escolas de gestem a aprendizagem nos seguintes termos:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (art. 32).

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares é documento que fornece subsídios que orienta o trabalho pedagógico dos professores no cotidiano escolar. Onde traz os conteúdos norteadores das diferentes áreas do conhecimento, a fim de garantir melhor qualidade do ensino aprendizagem. Pois, nesse documento já estão definidos as habilidades de ensino a ser conduzida à formação dos alunos. Através dos PCNs, o processo avaliativo da aprendizagem precisa ter vínculos com o ensino que é ofertado, em que a atuação do professor no processo de formação, o sucesso do desempenho do aluno, a estrutura escolar, a metodologia utilizada, são mecanismos de fundamental importância para que o aluno aprenda. Todavia, a avaliação não deve ser pensada e voltada como necessidade e forma de mediar os conteúdos repassados ao conhecimento do aluno em sala de aula, mas precisa nela existir características com contextualização no que se referem aos temas transversais, tais como: meio ambiente, ética, trabalho e consumo, pluralidade cultural, saúde e educação sexual. O uso da interdisciplinaridade não contexto do

ensino aprendizagem é um caminho para ampliação do ensino. Visto que se podem criar situações problemas na avaliação do conhecimento da disciplina de Matemática que se relacionem com Biologia, Física, Química por exemplo.

No contexto educacional, quando se olha, para o processo avaliativo, em (Santos, 1998), percebe-se que a avaliação na questão qualitativa precisa ser delineada como um fator relevante na formação humana e intelectual dos alunos, em que esses tenham condições e caminhos que garantem a aprendizagem plena com superação de suas dificuldades na busca pelo conhecimento. Assim, no seu livro *“Teoria e Prática de Avaliação Qualitativa das Escolas”*, traz ao professor uma reflexão sobre sua prática pedagógica em relação aos processos avaliativos, com propostas teóricas e com estratégias pedagógicas e metodológicas em que a avaliação seja uma feita a partir de pesquisas no contexto social dos vários atores educacionais – os alunos e professores, para que o avaliar não seja apenas gestado na fabricação de números, mas sim, vista na qualidade na obtenção do conhecimento por parte dos alunos.

A educação vem passando por várias transformações no contexto atual, com o pressuposto de propiciar o resgate da individualidade de cada aluno, levando-o ao ser protagonista de sua formação humana, intelectual e humana, com uma visão crítica do mundo em que faz parte e que um agente transformador das várias realidades que estão presentes na sociedade. O processo de avaliação do ensino aprendizagem deve ser visto a partir dos seguintes princípios no que se vincula a elaboração das avaliações:

- Seja uma ferramenta capaz de permitir com que o aluno saiba analisar os avanços e dificuldades envolvendo o conteúdo;
- Promova a integralização entre o ensino e a aprendizagem;
- Seja uma verificadora do nível de conhecimento que o estudante detém;
- Possua questões que possam ser respondidas através da relação entre os conteúdos estudados e acontecimentos cotidianos;
- Apresente questões discursivas capazes de permitir ao aluno dispor suas ideias em prol do tema apresentado;
- Envolver questões de múltipla escolha, pois permitem ao aluno comparar afirmações na busca pelo acerto.



### **CAPÍTULO III.**

#### **ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA**

Após as pesquisas apresentam-se a seguir a tabulação dos dados por meio de gráficos em que serão analisados através do olhar dos professores quais são os desafios da inserção das políticas públicas no município de Uruana – Goiás, situado no Estado de Goiás Brasil. Visto que, as políticas públicas educacionais são um dos fatores primordiais para o sucesso da educação no Brasil, neste caso no município de Uruana – GÓIAS-BRASIL.

O encaminhamento desta pesquisa será feita observações através de pesquisas, com questionários (sobre a inserção das políticas públicas educacionais onde os professores serão questionados sobre o tema desta pesquisa, em que apresentarão suas colocações no decorrer do trabalho. Será feita a comparação e análise do perfil da clientela educacional no que se refere a questão social, cultural, econômica e familiar do município de Uruana – Goiás . É de suma importância sabermos qual é a situação social e familiar destes alunos, que são fatores determinando para a aprendizagem, lógico que o professor bem formado e atualizado é primordial para que o aluno aprenda qual qualidade. Mas diante, da situação educacional do Brasil, é preciso que se analise os fatores essenciais que interferem na formação intelectual dos alunos, neste caso o fator familiar, social e econômico.

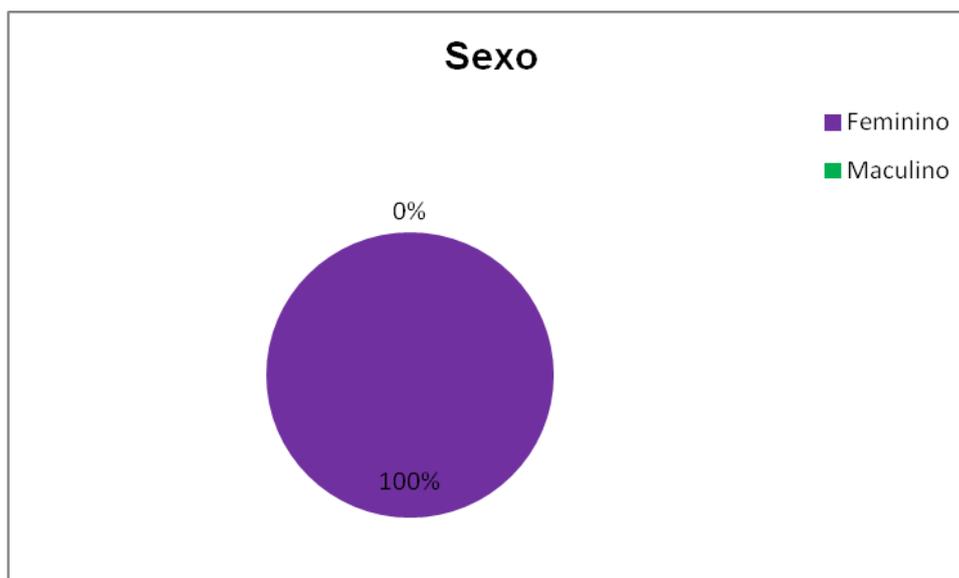
Esta pesquisa visa não somente a melhoria a compreensão e análise dos dados sobre a função das políticas públicas educacionais na vida formativa dos educandos, mas também investigar e compreender os avanços do processo de ensino aprendizagem e a frustração de professores que a cada ano vigente detectam o fracasso gritante na Educação Brasileira. A clientela escolar das Unidades de Ensino pesquisadas é oriunda em sua maioria de famílias de classe média baixa, com pais poucos ou não participativos da vida acadêmica de seus filhos, alunos que por falta de estímulos ou por não acreditar no processo formativo são levados ao fracasso escolar, em alguns casos a evasão escolar ou por não dominarem as habilidades específicas de cada etapa da idade – séries diante dessa lacuna não preenchida na sua formação cognitiva acabam abandonando a escola já no final do ciclo do Ensino Fundamental 2ª Fase ou não conseguem concluir o Ensino Médio, por fatores aqui elencados, como a necessidade do trabalho, por falta

das habilidades de conhecimento nas adquiridas não séries anteriores ou ainda por se perderem no caminho para as drogas ou por outro tipo de violência. Diante, dos fatos narrados, questiona-se porque as políticas educacionais brasileiras não tem o impacto necessário para mudar a mazelas em que se encontra o sistema educacional do Brasil? Portanto, será aqui mencionado o contexto histórico, pedagógico das Unidades Escolares, sua missão e qual é o tipo de sua clientela educacional.

### 3.1 ANÁLISE DE DADOS DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ ALVES TOLEDO.

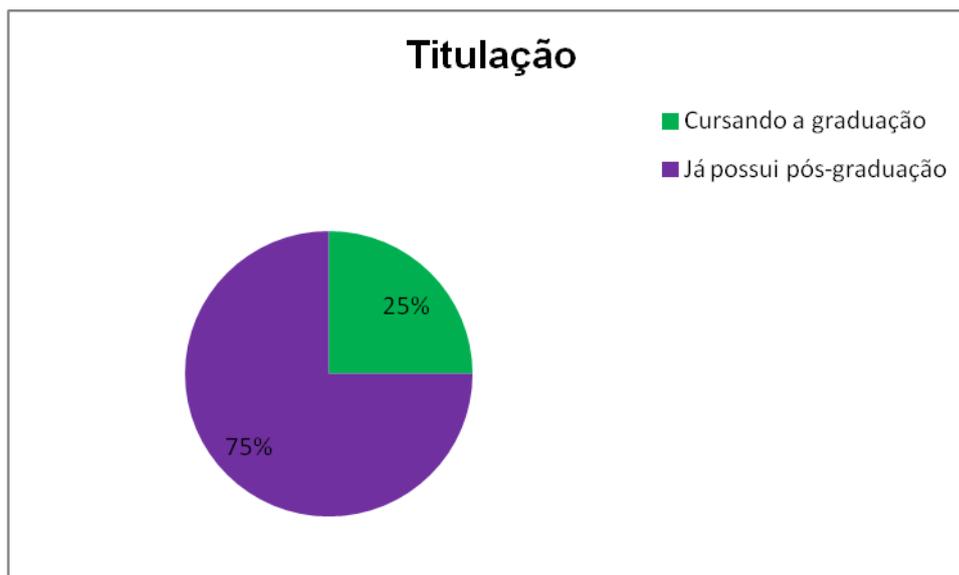
A Unidade Escolar, Colégio Estadual José Alves Toledo é uma instituição da rede de ensino público estadual que atua na educação do ensino médio funciona em dois turnos (matutino e noturno) é situada, na Rua Manoel Ferreira Pires, bairro centro, Uruana - GO. Nesta unidade de ensino atuam vinte e oito professores e, nesta pesquisa, a amostra é composta de, aproximadamente, 14% dos educadores (4 professores).

#### Informações segundo o sexo:



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

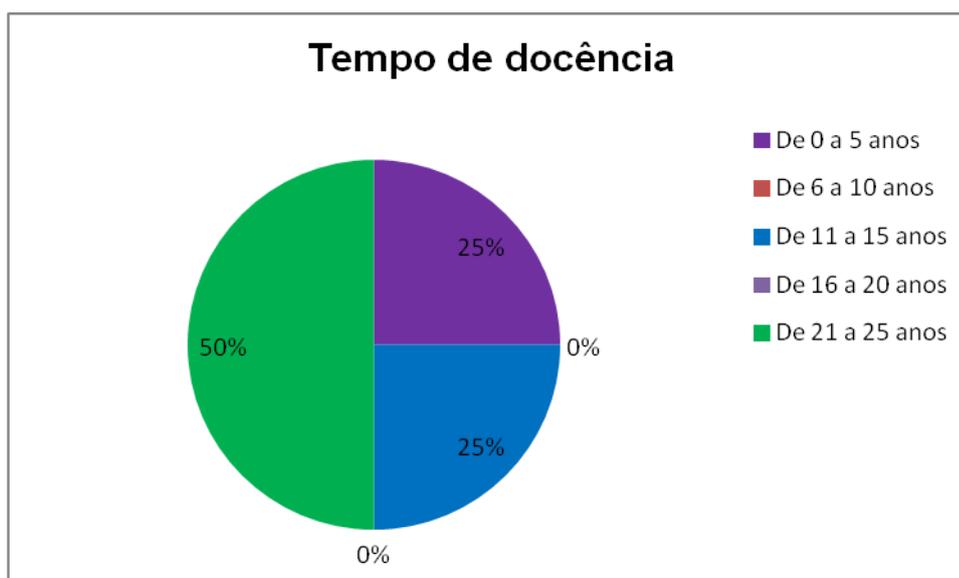
Segundo os dados analisados, todos os educadores que participaram da pesquisa, ou seja, 100% são do sexo feminino.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

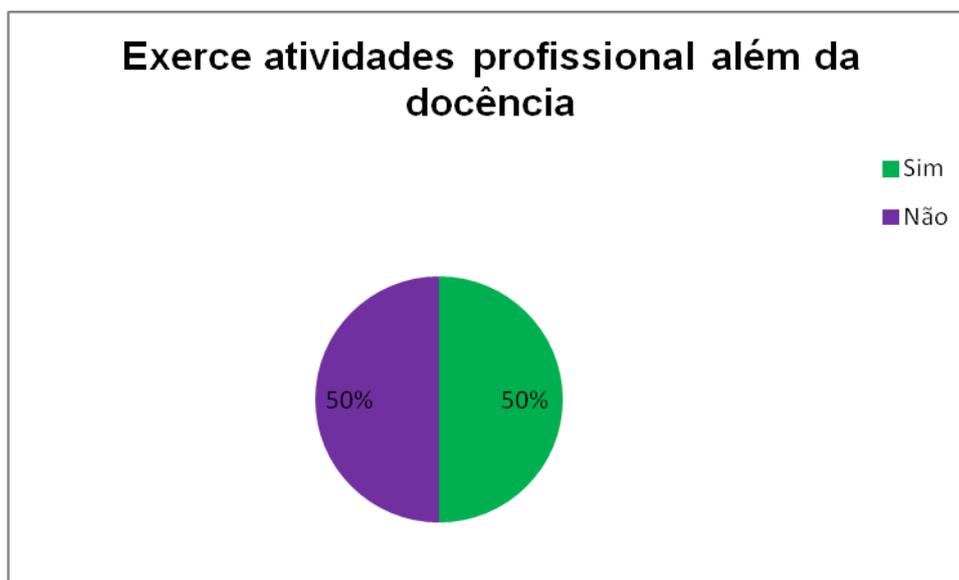
Ao analisar os dados é possível verificar que, 25% dos educadores, um professor, está cursando a graduação e 75% já possuem pós-graduação, ou seja, três professores.

Os educadores que já possuem pós-graduação citaram formação nas seguintes áreas: Língua Inglesa; Métodos e Técnicas de Ensino; Docência do Ensino Superior; Especialização em Educação Especial e Metodologia de Ensino da Matemática.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

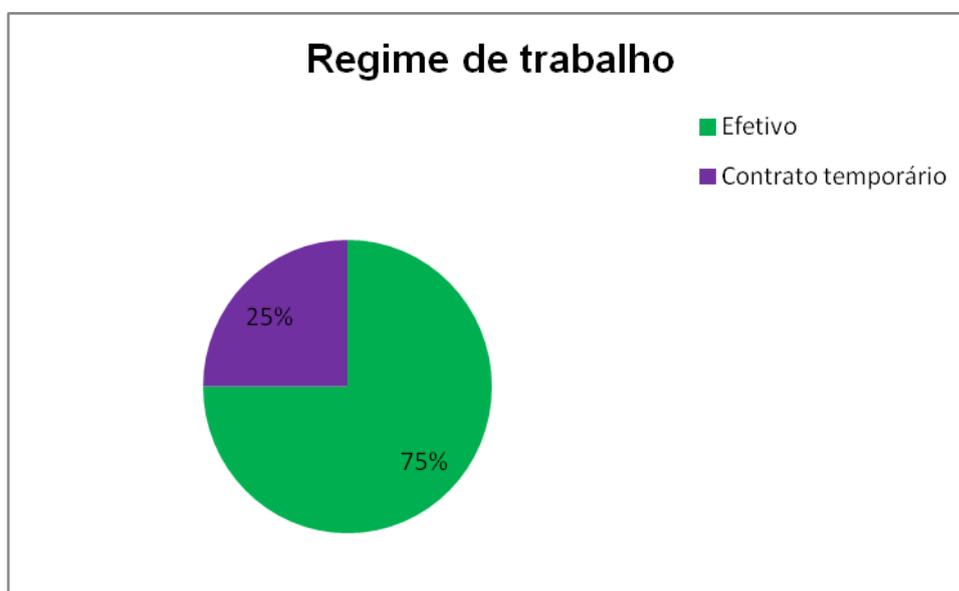
A partir da pesquisa observa que 50% dos professores estão na docência entre 21 25 anos, ou seja, um total de 2 professores, já 25% dos que se totaliza 1 professor esta entre a 11 a 15 anos e os outros 25% sendo 1 professor já está no exercício do magistério de 0 a 5 ano, totalizando os 100% .



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

A partir dos dados apresentados no gráfico 50% dos professores entrevistados não exercem outra função além da docência. E 50% dos educadores exercem outra função remunerada além do magistério.

Fonte: dados da pesquisa.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

São três professores no regime de trabalho efetivo (concursados) que totaliza 75% e apenas 25%, um professor sendo temporário cumprindo um período de 3 anos no magistério estadual.

### **Análise da questão número 1 do questionário.**

Os professores foram questionados com a seguinte pergunta: “Sabemos que o Sistema Educacional Brasileiro vem passando por transformações desde o processo de redemocratização do Brasil, com a Constituição de 1988. Assim, na sua Unidade Escolar quais os impactos no processo de ensino aprendizagem das políticas públicas abaixo mencionadas” Como cada professor apresentou uma conclusão não foi possível mensurar no gráfico. Assim, será feita uma discussão e análise das colocações dos 4 professores que representam 100% da pesquisa.

Através dos apontamentos dos professores diante das políticas públicas será mensurada a discussão de cada uma delas abaixo de acordo com o ponto de análise de cada professor que se chegar à conclusão de seu impacto na aprendizagem dos alunos e o sucesso do trabalho do educador.

No “Programa de Alfabetização na Idade Certa” um professor que representa 25%” afirma deveria ser fortalecido e trabalhado nas séries iniciais, pois há alunos que não passaram por um bom processo de alfabetização durante o ensino fundamental. A partir deste raciocínio considera-se que se o aluno não recebeu uma boa alfabetização o mesmo viverá o insucesso em sua aprendizagem nas etapas posteriores de ensino. Já quatro professores entrevistados que representa 75%, desconhecem tal política pública ou não se aplica a modalidade de ensino da instituição ensino do qual fazem parte.

Já o Livro Aprender +, que é uma coletânea de atividades bimestrais, que atende o 5º ano da 1ª do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano da 2ª Fase do Ensino Fundamental e 1ª, 2ª e 3ª série do Ensino Médio, é uma política pública a nível Estadual do Estado de Goiás, um reforço escolar nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática, o 100% dos professores que esse material é utilizado constantemente em seus planejamentos sendo um suporte pedagógico eficaz, pois

apresenta questões contextualizadas que ajudam os alunos na leitura, interpretação e resoluções dos questionamentos e atividades propostas.

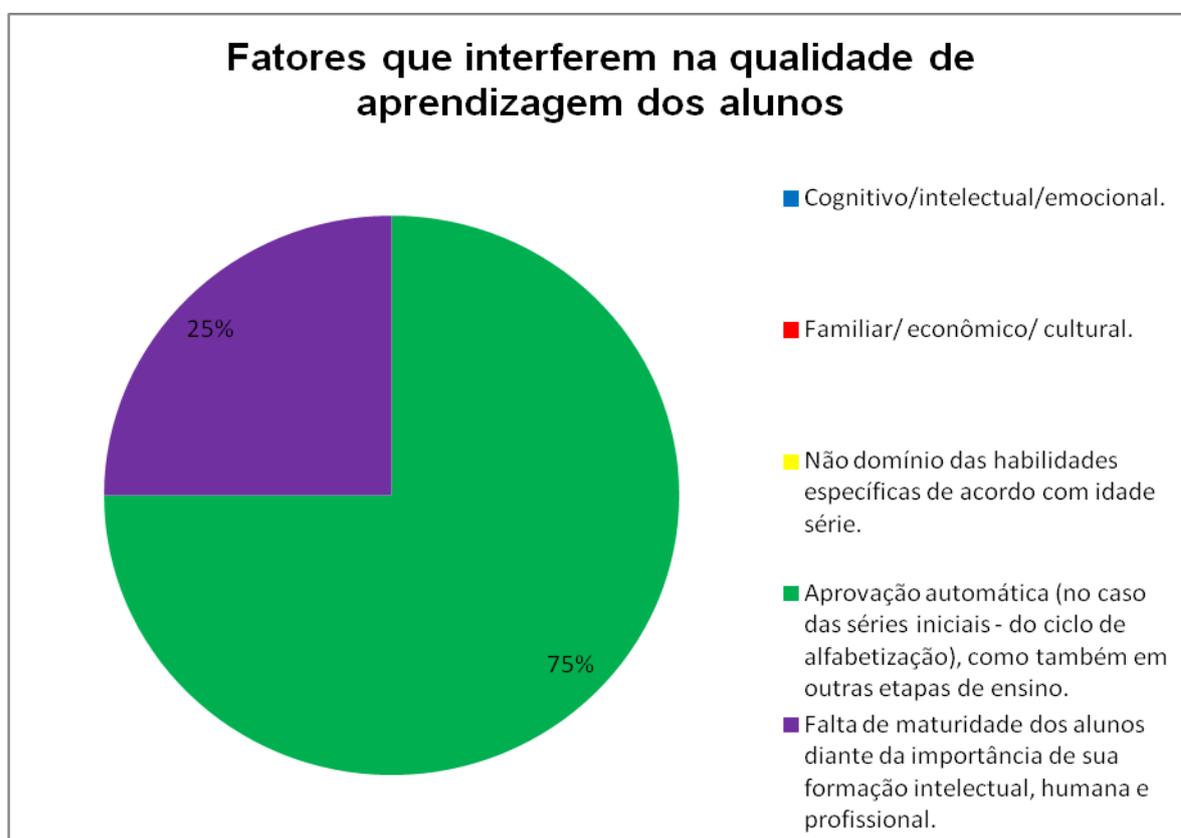
A ADA (Avaliação Dirigida Amostral) faz parte da política pública educacional do Estado de Goiás é uma avaliação diagnóstica com questionamentos contextualizados a partir dos conteúdos do Referencial Curricular de Goiás e é aplicada a cada bimestre tem a finalidade de análise os conteúdos estudados pelos alunos ao longo do ano, mas é feita de forma bimestral, sendo uma ferramenta pedagógica que visa auxiliar o trabalho do professor em sala de aula. Assim, De acordo com 75% (três professores) acreditam que esta avaliação é um suporte pedagógico para avaliar a assimilação dos conteúdos por parte dos alunos a cada bimestre, mas 25% (um professor) apresenta uma ressalva em que diz que são questões mal elaboradas e que alguns conteúdos não são contemplados por essa avaliação. Em que e também é um diagnóstico para o replanejamento de ações pedagógicas que possam melhorar a aprendizagem dos alunos. Já os outros 25% (um professor) diz que a avaliação causa pouco impacto e nem sempre mostra um mapa da realidade educacional da Unidade Escolar.

Ao serem questionados sobre a Prova Brasil que avalia o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), é aplicada a cada ano ímpar, para 5º e 9º Ano da 1ª e 2ª Fase do Ensino Fundamental, acreditam essa avaliação externa busca fazer o mapeamento da educação básica no país, com um formato de questões contextualizadas simples, em que os alunos e ensino são avaliados a partir desta avaliação. Os 100% dos professores não acredita na eficácia desta política de avaliação externa, pois segundo eles não é um retrato verdadeiro da educação básica a educação brasileira, na sua elaboração deveria obedecer aos critérios também regionais, como também atender os alunos portadores de necessidades especiais, porém os alunos que não dominam todas as habilidades de leitura, interpretação de acordo com a idade série não são levados em consideração na realização do exame nacional, já nas avaliações internas os professores avaliam os alunos de várias formas e esta avaliação não olha isso na hora de avaliar o ensino aprendizagem. Diante desta questão os resultados o IDEB, podem causar impactos positivos ou negativos nas instituições educacionais ou mascarar a realidade educacional brasileira.

Para os 100% dos professores a “Olimpíada de Matemática e de Língua Portuguesa” é um instrumento educacional que visa incentivar o estudo das

disciplinas no que se refere à leitura, interpretação, reescrita e produção de textos em língua portuguesa, em matemática ao raciocínio lógico, o gosto pelos cálculos e o confronto com situações do cotidiano que envolvam noções matemáticas.

O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é uma avaliação externa e classificatória aplicada anualmente que visa avaliação a qualidade do ensino médio no Brasil e também é a porta de entrada para várias Universidades públicas. Os 100% dos professores vêem como aspecto positivo esse tipo de avaliação, mas 75% (3 professores) apresentam ressalva quanto a elaboração, referindo-se a tamanho da questões e da avaliação que é extensa que dificuldade a sua compreensão.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Os dados da pesquisa mostram que 25%, aqui um professor acredita que a falta de maturidade dos alunos diante da importância de sua formação intelectual, humana e profissional afeta a qualidade do ensino, já três professores, 75%, define que o fracasso da aprendizagem dos alunos, que leva o abandono e a

evasão escolar é a “aprovação automática” (no caso das séries iniciais), como também em outras etapas de ensino.

Esses dados revelam que a aprovação dos alunos sem o domínio das habilidades necessárias de acordo com sua idade série provoca um efeito cascata em que o professores das séries seguintes em que o aluno foi promovido não conseguiram sanar as lacunas de aprendizagem e com isso o educando não conseguirá sucesso no ensino aprendizagem na etapa de ensino em que se encontra, ocasionando com isso o fracasso do trabalho do professor e educacional do aluno.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Ao analisar os dados, é possível verificar que, dentre as opções apresentadas como políticas públicas, as que mais causam impacto no processo de aprendizagem, de acordo com os dados coletados, são o ENEM, com 50% de escolha, dois professores, e o livro de atividades Aprender +, com 25 %, um professor. Outros 25% da pesquisa, um professor, declara que nenhuma das políticas apresentadas interfere no processo de aprendizagem.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Os professores 4 (quatro) que responderam a pesquisa, totalizando 100%, acreditam que a política de valorização dos profissionais da educação, na questão da sua importância como agentes de transformação, social, humana, o fator respeito, moral e a questão salarial são fatores que vem desestimulando os atuais professores e o ingresso de futuros na carreira do magistério no Brasil.

### **Análise da questão número 5.**

Na questão número 5 (cinco), os professores responderam o seguinte questionamento: “A participação da família no acompanhamento no processo formativo dos alunos é um fator preponderante para o sucesso do ensino aprendizagem dos alunos? E não participação familiar?”

Diante, do questionamento, os quatro (4) professores que representam os 100%, definem a participação familiar é de suma importância na vida formativa dos alunos nos aspectos de transmissão de valores, ética, moral, o respeito que propicia a convivência fraterna entre os indivíduos é primordial para a formação humana e intelectual do educandos. É nítido o desenvolvimento na aprendizagem dos alunos em que os pais são participativos na sua vida acadêmica. Já em contrapartida a ausência familiar na vida dos filhos é notória na vida escolar dos alunos, pois gera outros fatores como agressividade, problemas de aprendizagem, violência e distúrbios emocionais e afetivos que afetam o ambiente de ensino aprendizagem.

### **Análise da questão número 6.**

A partir do seguinte questionamento: “Como você professor percebe os investimentos em anos de IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), dos governos estaduais e municipais, como fato de impacto e relevante para que os alunos aprendam com qualidade os conteúdos proposto nos componentes curriculares?”

Com esse questionamento 50% que representa 2 professores, vêem os investimentos como positivos no que se refere a infraestrutura das unidades escolares promovendo um ambiente acolhedor aos alunos e professores. Porém esses investimentos ainda não geram o impacto necessário para o sucesso da aprendizagem dos alunos. E apresentam que a falta de valorização profissional e salário, o interesse dos alunos e a falta de recursos pedagógicos são fatores que agravantes para a aprendizagem com qualidade. Já para os 2 (dois) professores restantes que são os outros 50% não percebem os investimentos na educação em anos em as alunos Unidades de Ensino são avaliadas no IDEB na Prova Brasil. O que percebem é a pressão por parte das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação nos diretores, professores e alunos por busca de melhores colocações nas avaliações do exames nacionais que avaliam em números a qualidade do sistema de ensino.

### **Análise da questão número 7.**

Na questão número 7 os professores responderam o seguinte questionamento: “Em sua opinião qual o maior resultado das políticas públicas educacionais para o ensino aprendizagem dos alunos e o sucesso do trabalho do professor no contexto educacional atual?”

Para dois professores que correspondem 50% dos entrevistados é o (IDEB) Índice do Desenvolvimento da Educação Básica que se refere ao sucesso ou fracasso da educação no contexto atual, é nesses números que é medido o trabalho do professor em sala de aula, isto é, alcançou as metas propostas pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) a educação está melhorando e se não alcançar essas metas, em muitos casos o professor é responsabilizado. Para 25% dos entrevistados que totaliza 1 professor: “o resultado tem sido o adoecimento dos

professores. Porque as políticas públicas em sua maioria não envolvem o aprendizado, mas sim a aprovação do aluno. Os 25 % que representa 1 professor não respondeu o questionamento.

### **Análise da questão número 8.**

A questão número 8 refere-se ao seguinte questionamento: “Observando o ano de 2018, qual o maior desafio do seu trabalho como professor para que o aluno aprenda com qualidade?”.

Dos quatro professores entrevistados 50% acredita que o maior desafio no seu trabalho em sala de aula são os alunos desmotivados e a falta de interesse pelo o estudo, pois segundo eles, os educandos acreditam em uma “visão reducionista” da educação, em que afirmam que não precisam de tanto empenho nos estudos, porque será aprovado se estudarem ou não. Com as respostas de grupo de professores questionados é nítido que a educação neste caso no Brasil, perdeu a sua função notória que é a formação plena e gradual do indivíduo nos aspectos, morais, éticos, intelectuais e humanos, a partir do ponto de vista dos entrevistados. Para um professor que retrata 25% o desafio para que os alunos aprendam com qualidade é a “falta de tempo”, ou seja, a quantidade de aulas em sua disciplina que é apenas duas e os recursos didáticos insuficientes.

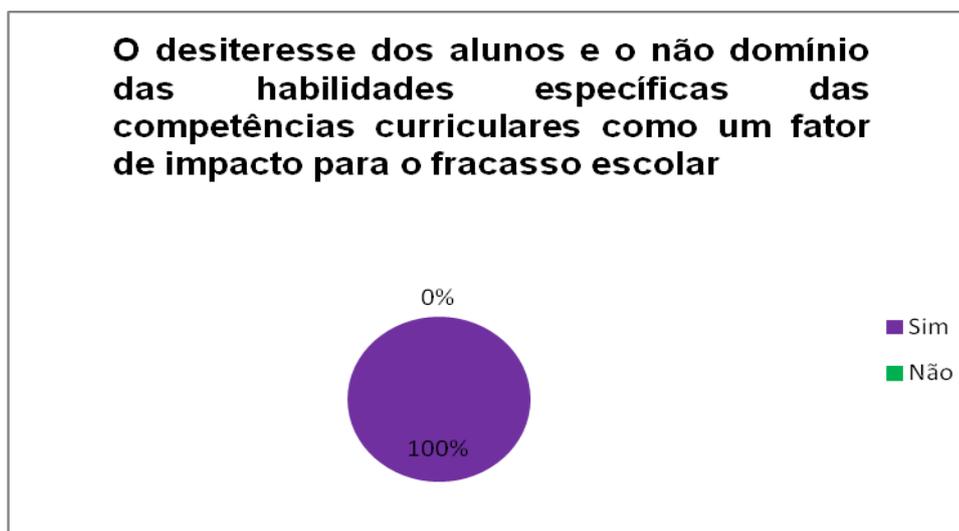
Já o outro professor que configura os 25% finais define como desafio “a era da Pedagogia dos índices educacionais, (ADA) Avaliação Dirigida Amostral e (IDEB) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, ou seja, o que importa não é aprender com qualidade e sim o crescimento nos índices de avaliações externas”. Porém o que se vivencia segundo o professor no contexto educacional é a pedagogia anti-reprovação e não a da qualidade do ensino.

### **Análise da questão número 9.**

A seguinte questão apresenta a indagação aos professores: “Qual o impacto do Programa Nacional do Livro Didático, na aprendizagem dos alunos ao longo do ano letivo?”

Os quatro professores que traduzem o 100% dos entrevistados concordam que o Programa Nacional do Livro Didático é de grande relevância para o sucesso do

ensino aprendizagem, mesmo que os livros não contemplem todos os conteúdos que fazem parte do Referencial Curricular do Estado de Goiás. Mas, cabem ao professor a busca e pesquisa de outros recursos didáticos para dar suporte pedagógico em sala de aula.



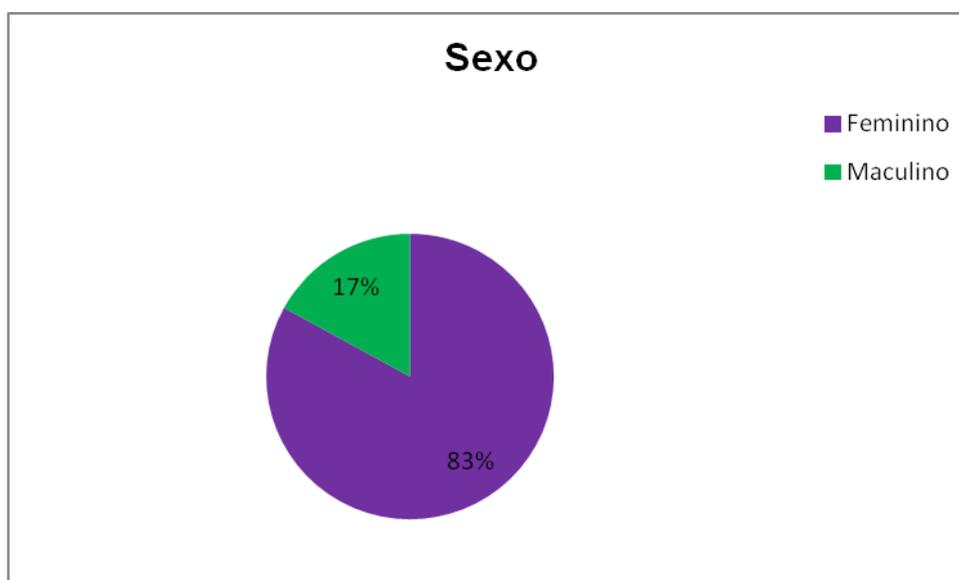
Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Os dados revelam que 100%, dos professores (quatro), que o desinteresse dos alunos e o não domínio das habilidades específicas das competências curriculares de acordo com a idade série, são fatores agravantes para o fracasso escolar, tendo com resultado educandos que terminam o ensino fundamental ou médio sem interpretarem textos e sem condições de realizarem soluções de situações problemas que envolvam as quatro operações básicas da matemática.

### **3.2 ANÁLISE DE DADOS DO COLÉGIO ESTADUAL ZICO MONTEIRO.**

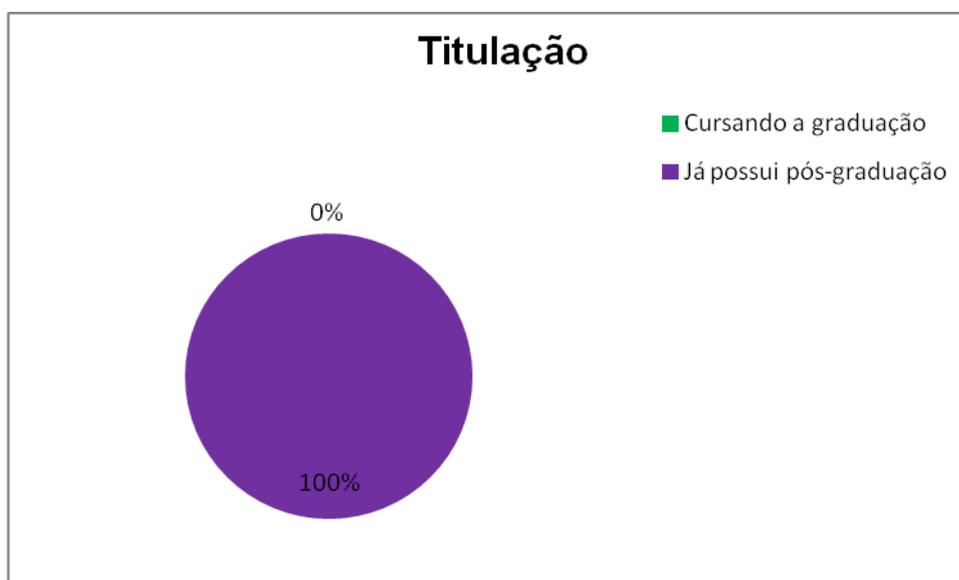
A instituição de ensino Colégio Estadual Zico Monteiro é uma escola que atua na educação do ensino fundamental 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> da rede de ensino público estadual, funciona em três turnos, situada na Avenida Brasil, nº 1.315, bairro centro, Uruana - GO. NA unidade de ensino atuam vinte e seis educadores e, nesta pesquisa, a amostra é composta de, aproximadamente, 23% dos professores (6 professores).

### Informações segundo o sexo:



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Segundo os dados analisados, 17%, ou seja, um professor é do sexo masculino e, 83% do sexo feminino, assim, cinco professoras.

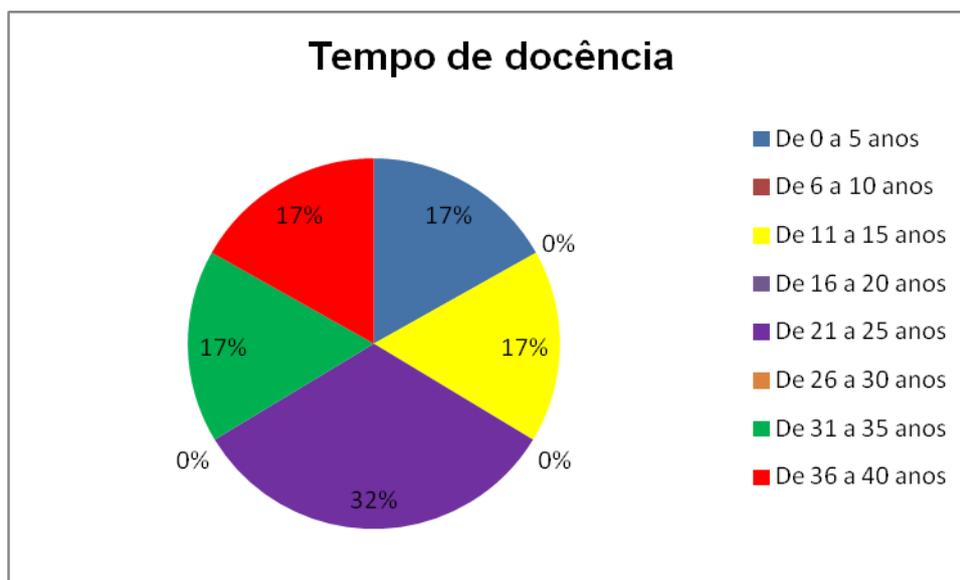


Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Ao analisar os dados é possível verificar que 100% dos professores são graduados e pós-graduados.

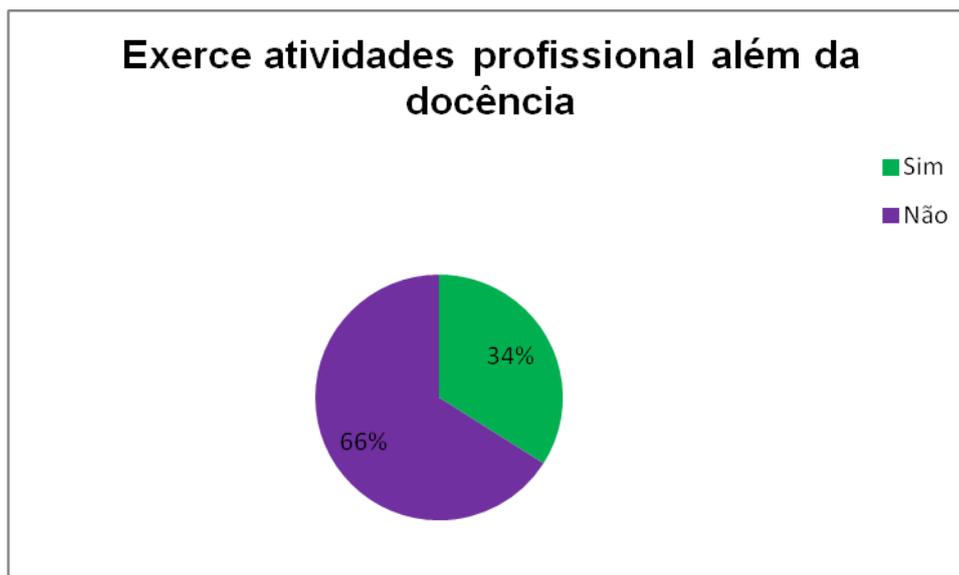
Os educadores possuem especializações nas seguintes áreas de formação: Psicopedagogia Institucional representa três professores somando 51%, um

professor com Psicopedagogia Clínica e Institucionais sendo 17%, um professor 17% com especializações em Administração Escolar e História Socioeconômica, e 17% que constitui um professor com Mestrado em Ciências da Religião e Doutorando em Ciências da Religião – cursando.



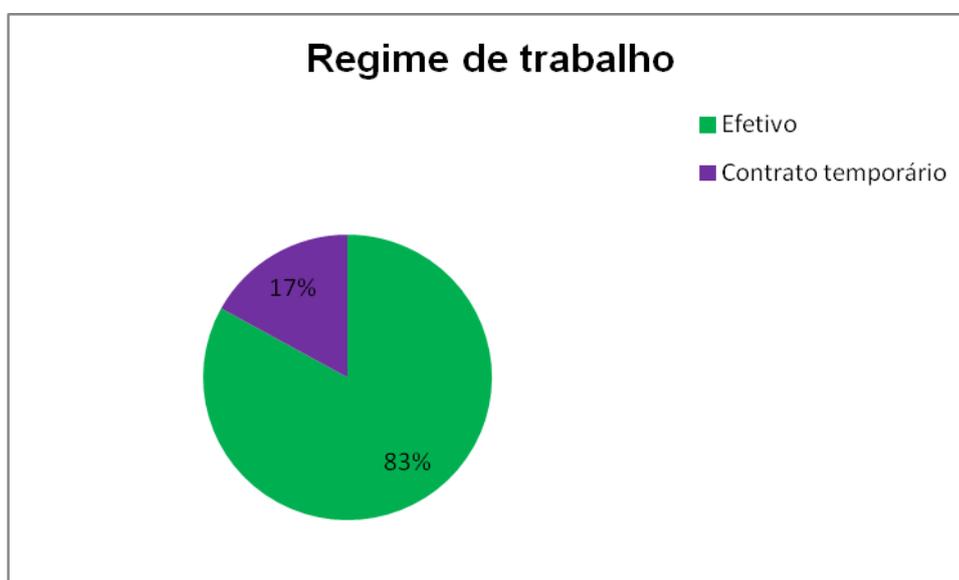
Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Através deste gráfico constata que 17% dos professores esta na docência entre 0a 5 anos, ou seja, um total de 1 professor, 17% dos professores 1 professor leciona de 6 a 10 anos ,17% dos professores 1 professor está exercício do magistério 31 a 35 anos e 32% dos professore 2 professores 21 a 25 anos, totalizando os 100%



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

A partir dos dados apresentados no gráfico 66% dos professores entrevistados não exercem outra função além da docência. E 34% dos educadores exercem outra função remunerada além do magistério.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

São 5 professores no regime de trabalho efetivo (concursados) que totaliza 83 e apenas 17%, um professor sendo temporário cumprindo um período de 3 anos no magistério estadual.

### **Análise da questão número 1.**

Na Unidade de Ensino Colégio Estadual Zico Monteiro os educadores foram questionados com a seguinte pergunta: “Sabemos que o Sistema Educacional Brasileiro vem passando por transformações desde o processo de redemocratização do Brasil, com a Constituição de 1988. Assim, na sua Unidade Escolar quais os impactos no processo de ensino aprendizagem das políticas públicas abaixo mencionadas?” Como cada professor apresentou uma conclusão não foi possível mensurar no gráfico. Diante desta questão, será feita uma discussão e análise das colocações dos 6 professores que retratam 100% da amostragem.

Para dois professores que representa 34%, o Programa de Alfabetização na Idade Certa, visa garantir o direito a alfabetização das crianças que fazem parte do primeiro ciclo de ensino até os oito anos, ou seja, os alunos precisam sair do 3º ano com domínio da leitura, interpretação de pequenos textos, cálculos matemáticos de acordo com idade série. Porém, mas um professor que condiz 17%, afirma “que o programa tinha tudo para dar certo”, mas não tem a eficácia, pois os alunos são aprovados de forma automática “não sendo alfabetizado”, sem o preenchimento desta lacuna na aprendizagem não alcançam as habilidades necessárias para a série seguinte. Um professor que retrata 17%, afirma que nesta unidade de ensino não atende alunos que se enquadram neste programa, mas recebe alunos que não são alfabetizados conforme determina as diretrizes educacionais. Outro professor que representa 17%, não respondeu o questionamento.

Por fim, mais um professor que configura os 17%, declara que é um programa para a formação do professor, para que o mesmo neste processo formativo obtenha melhores práticas pedagógicas para alfabetizar as crianças até a idade de 8 anos. Segundo, o professor não aconteceu à continuidade deste programa e nem aconteceu investimentos para subsidiar os recursos didáticos para o sucesso do trabalho do professor e alfabetização dos alunos.

O Programa Etapa do Ensino público da educação da 1ª Fase do Ensino Fundamental em caráter Municipal é uma coletânea de atividades que se adéqua ao Currículo definido pela Secretaria de Educação Municipal do Município de Uruana – GO, por isso que 68% dos professores não opinaram nesta política pública. E os 32% que mencionaram colocações a esse respeito não condiz à realidade.

Sobre a (ADA) Avaliação Dirigida Amostral, 100%, que representa 6 professores acredita na eficácia desta avaliação diagnóstica que norteia o aprendizagem dos alunos e oferece subsídios para o planejamento e o replanejamento da aula dos professores tendo com foco a aprendizagem dos alunos.

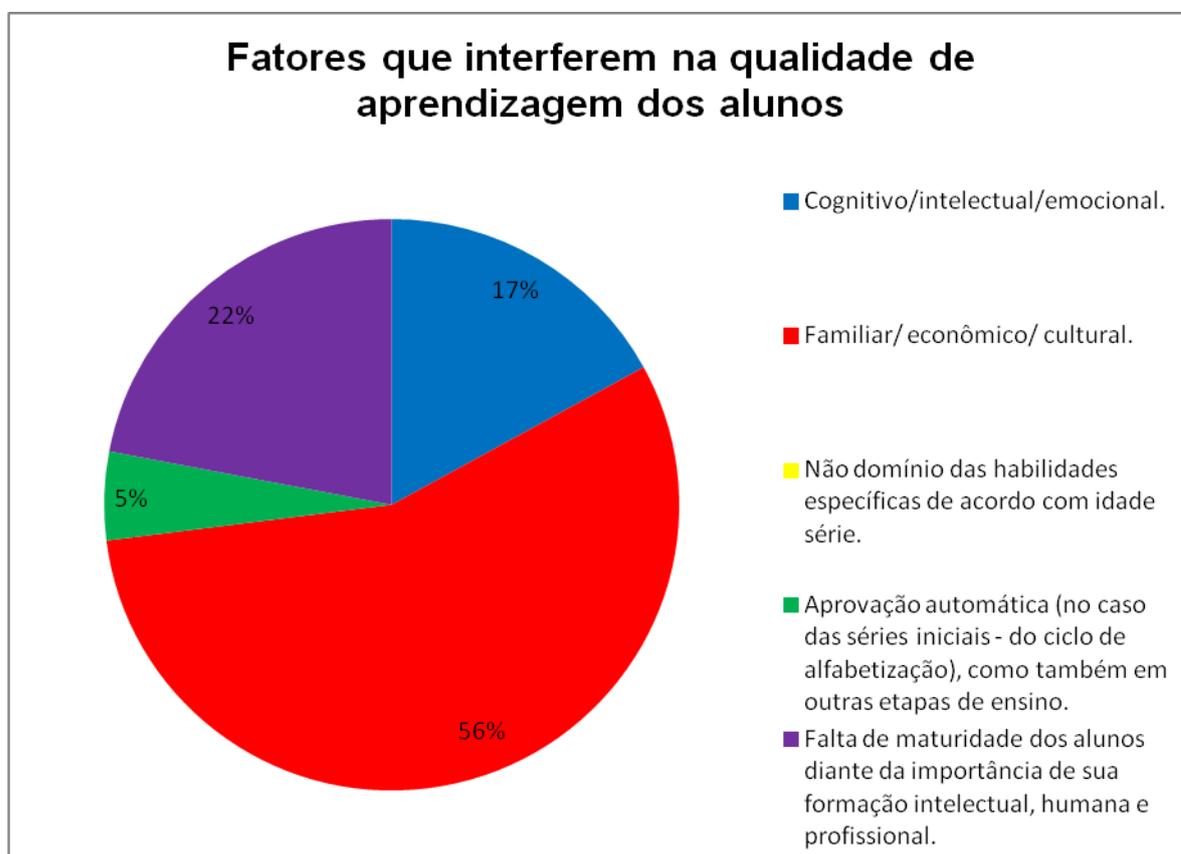
A Prova Brasil, que tem como proposta medir o nível de qualidade das escolas públicas brasileiras é realizado a cada dois anos de acordo a matriz curricular do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica). De acordo com INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), esta é uma avaliação externa de larga escala que permite fazer o diagnóstico da educação básica brasileira. Os 100% dos professores acreditam que é um instrumento avaliativo válido e aproxima os estudantes com exames classificatórios no contexto Educacional. Mas, eles apresentam ressalvas diante desta avaliação, em que se menciona que a qualidade de ensino das unidades educacionais não ser apenas mensurada por uma avaliação externa a cada dois anos.

De acordo com 68% dos professores a Olimpíada de Matemática promovida a nível nacional oportuniza aos alunos e professores a identificar os talentos na área de cálculos e raciocínio lógico, uma oportunidade para os alunos de concorrer prêmios e serem reconhecidos pelo seu desempenho. Já 17%, um professor afirma que é uma política pública educacional injusta, pois não condizem aos conteúdos curriculares ministrados aos alunos. E um professor que retrata mais 17%, mesmo acreditando na finalidade desta olimpíada, mas afirma “que é um momento de acúmulo de tarefas para professores e cobranças excessivas aos alunos”

Na Olimpíada de Língua Portuguesa, que tem o objetivo na leitura, interpretação, escrita, reescrita e produção de textos de vários gêneros textuais, os 100% dos professores definem esse projeto educacional com eficaz, pois incentiva a leitura, interpretação textual e produção escrita um dos fatores primordiais no processo formativo.

Quando os professores foram questionados sobre o (ENEM) Exame Nacional do Ensino Médio, uma avaliação em larga escala que visa mensurar a qualidade desta etapa de ensino no Brasil, e ainda uma oportunidade para ingresso do concluinte do ensino médio nas universidades públicas no Brasil. Nesta via de raciocínio 85% dos professores definem como uma via de acesso dos estudantes de baixa renda pleitear uma vaga nessas instituições de nível superior. Um professor

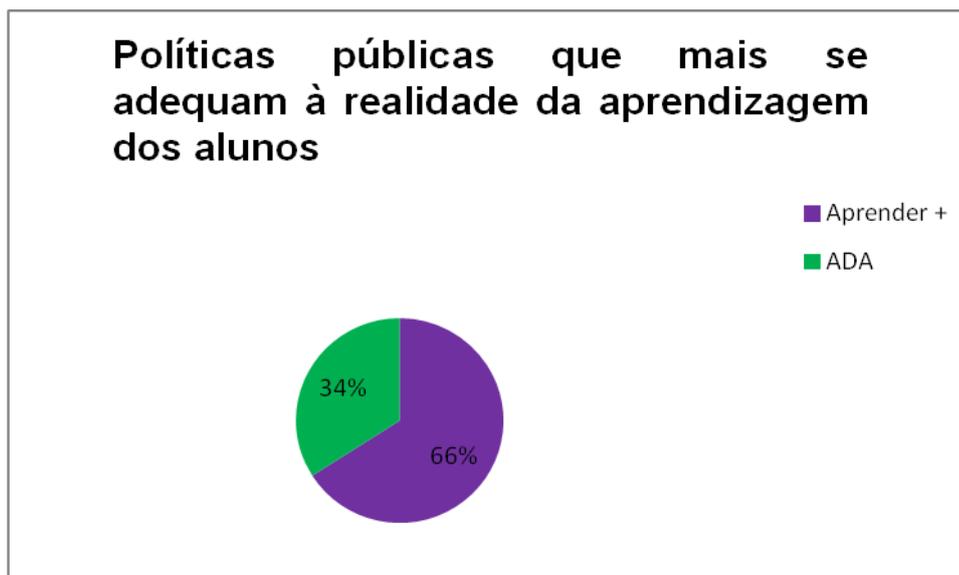
que representa 15% afirma que “por lecionar no Ensino Fundamental e o ENEM não fazer parte desta etapa de ensino não há o posicionamento por parte dos professores e alunos sobre meio de avaliação do Ensino Médio”.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Através do gráfico é possível perceber que a maioria dos professores, 56%, atribuem a fatores familiares, econômicos e culturais a responsabilidade de interferirem na qualidade de aprendizagem dos alunos, outros 22% acreditam que a falta de maturidade dos alunos diante da importância de sua formação intelectual, humana e profissional é que interfere na qualidade de aprendizagem. Um professor, ou seja, 17% da amostra da pesquisa acreditam que a qualidade de aprendizagem dos alunos sofre influência de fatores cognitivos, intelectuais e emocionais.

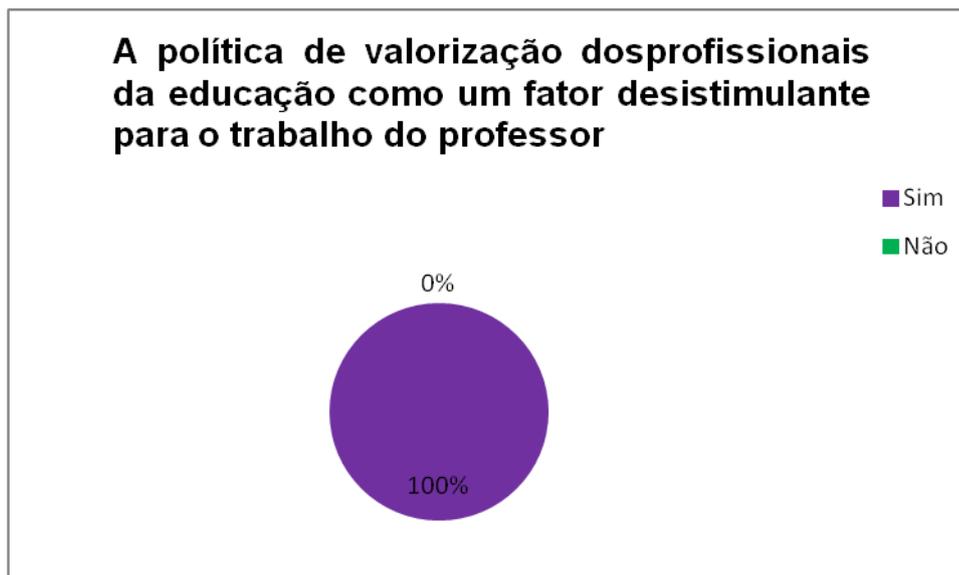
Ao analisar os dados, verificou-se que um professor acredita que vários fatores mencionados como alternativas são responsáveis por interferirem na qualidade de aprendizagem, logo, os valores percentuais foram divididos aos fatores selecionados pelo mesmo.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Com os dados descritos no gráfico acima, é perceptível que, dentre as opções apresentadas como políticas públicas, as que mais causam impacto no processo de aprendizagem que mais adequam a realidade educacional dos alunos são o Livro Aprender +, que é formulado de acordo com Referencial Curricular do Estado de Goiás, com atividades que contemplam as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática dos três bimestres do ano letivo. E a (ADA) Avaliação Dirigida Amostral, uma forma de diagnosticar a aprendizagem dos alunos e uma ferramenta para o planejamento e replanejamento do professor com o objetivo de dar as soluções às diferenças educacionais entre os alunos.

Através dos dados 34% dos professores acreditam que a (ADA) Avaliação Dirigida Amostral é um suporte pedagógico e avaliativo que traz um diagnóstico da aprendizagem dos alunos. E 66% dos professores afirmam que o Caderno Aprender +, é um recurso didático eficaz, no processo formativo dos alunos, sendo um suporte pedagógico que norteia o trabalho dos professores, tendo como resultado o sucesso do ensino aprendizagem.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Os professores 6 (seis) que condiz 100% desta amostragem, definem a política de valorização dos profissionais da educação primordial para o melhor exercício da docência com qualidade e eficiência. Aqui deve ser descrito que não só a questão salarial é fator da qualidade educacional, mas os educadores considerados transformação da sociedade na questão social e humana, precisam ser valorizados pelo Estado, pela a sociedade, respeitados pelos alunos, a necessidade de terem alunos estimulados à aprendizagem, os recursos pedagógicos necessários a sua profissão. Com o desrespeito a política salarial, neste caso o Piso Salarial que não é respeita por Estados e Municípios, a não valorização do profissional do professor é o fator de abandono da carreira do magistério pelos atuais educadores e não ingresso dos futuros para dar continuidade da docência no magistério no Brasil.

#### **Análise da questão número 5.**

Ao serem questionados sobre a participação familiar na vida educacional dos filhos, 100% dos professores consideram o fator decisivo para o sucesso da aprendizagem dos alunos, pois os pais frequentes são de suma importância para a formação humana e intelectual dos educandos, pois através do incentivo dos pais os alunos tornam-se mais interessados na busca do conhecimento. Em contra

partida a não participação da família no cotidiano da escola são fatores negativos que levam o fracasso educacional dos alunos.

### **Análise da questão número 6.**

Na sexta questão os professores responderam o seguinte questionamento: Como você professor percebe os investimentos em ano de (IDEB) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, dos governos Estaduais e Municipais, como fator relevante para que os alunos aprendam com qualidade os conteúdos proposto nos componentes curriculares?

Segundo 68% dos professores o investimento são importantes, mas não de forma eficaz para que o aluno aprenda com qualidade, não em busca de melhorar as posições no ranking que medem a qualidade da educação básica. De acordo com 16% um professor, afirma que “não percebo esses investimentos de forma pratica e real”. Pois segundo o professor o que ocorre na realidade é que a Unidade Escolar se organiza juntos com professores e equipe pedagógica para que o aluno aprenda com qualidade e alcance os resultados almejados. Outro professor que configura os 16%, declara “não saber se existem mais investimentos satisfatórios para a melhoria da educação”. Mas, percebe é a busca de ações pedagógicas por parte da equipe gestora, pedagógica e professores em busca de melhorias nas habilidades do conhecimento e a busca por resultados satisfatórios nas avaliações internas e externas.

### **Análise da questão número 7.**

A sétima questão faz a seguinte indagação os professores: “Em sua opinião qual é o maior resultado das políticas públicas educacionais para o ensino aprendizagem dos alunos e o sucesso do trabalho do professor no contexto educacional atual?”.

Na visão de 85% dos professores as políticas educacionais são necessárias para o desenvolvimento do trabalho do professor, com o foco na aprendizagem dos alunos. Essas políticas públicas, que visam diagnosticar e avaliar a aprendizagem com o uso de avaliações externas de larga escala (ADA) Avaliação Dirigida Amostral, Prova Brasil, (ENEM) Exame Nacional do Ensino Médio livros didáticos

são recursos didáticos eficientes que vão direcionar os planejamentos e o replanejamento dos educadores a partir do diagnóstico sobre a aprendizagem dos alunos. Para 15% dos professores “não adianta políticas educacionais se não acontecer o envolvimento e interação dos professores na sua execução”.

### **Análise da questão número 8.**

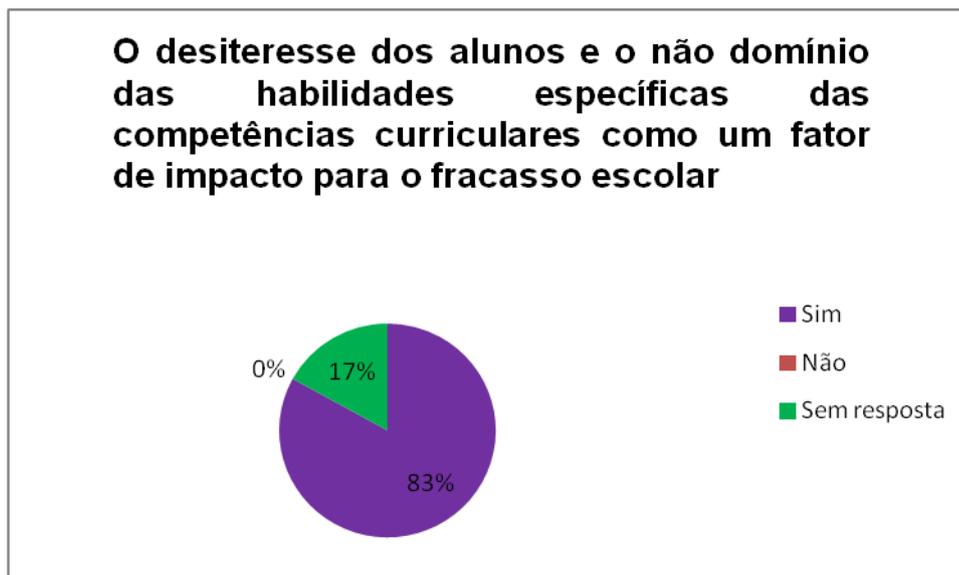
Já oitava questão apresenta a seguinte pergunta: “Observando o ano anterior (2018), qual o maior desafio do seu trabalho como professor para que o aluno aprenda com qualidade?”

Com esse questionamento 68% dos professores acreditam a falta de interesse por parte dos alunos é um fator decisivo para que desencadeie o fracasso no processo do ensino aprendizagem. Mas, apresentam outros fatores como à falta de materiais pedagógicos, estratégias de ensino, o não domínio das habilidades específicas de acordo com idade série são o entreva que geram as mazelas educacionais. Para um professor 16%, o descaso familiar é imprescindível para o insucesso dos alunos. E outro professor, 16% não se manifestou.

### **Análise da questão número 9.**

Qual impacto do Programa Nacional do Livro Didático, na aprendizagem dos alunos ao longo do ano letivo?

Conforme 85% dos professores o livro didático são necessários e importantes para o trabalho pedagógico, pois neles estão contidos grandes partes dos conteúdos de acordo com o Referencial Curricular do Estado de Goiás. Mas, para 15% dos professores afirma que é um programa fraco “pois boa parte dos livros não contemplam as matrizes de habilidades, isso vira um investimento sem objetivo”.



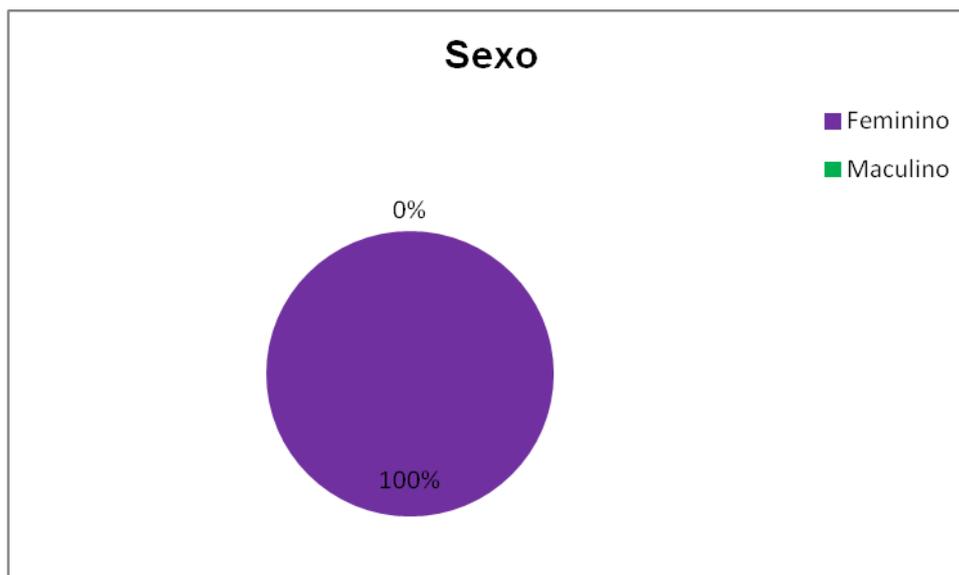
Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Os dados descrevem que segundo 83% dos professores consideram que o desinteresse dos alunos e o não domínio das habilidades específicas sejam elas nas disciplinas (Matemática, Língua Portuguesa, geografia, etc) de acordo com sua idade serie é um fator preponderante para o fracasso escolar. Já 17% dos professores optaram por não analisar e responder o questionamento.

### **3.3 ANÁLISE DE DADOS DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DE MORAES FREITAS.**

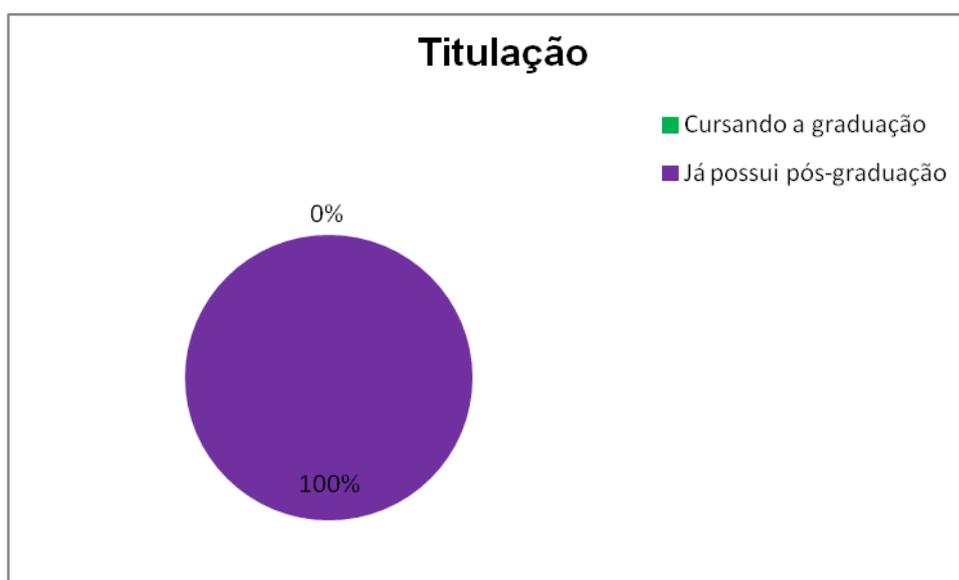
A unidade de ensino Escola Municipal José de Moraes Freitas é uma escola que atua na educação infantil e do ensino fundamental 1ª e 2ª Fase, da rede pública municipal, situada na Rua José Pereira de Amorim s/nº, bairro centro, Uruana - GO. Nesta unidade de ensino atuam trinta educadores e, nesta pesquisa, a amostra é composta de, aproximadamente, 17% dos professores (5 professores).

Informações segundo o sexo:



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018

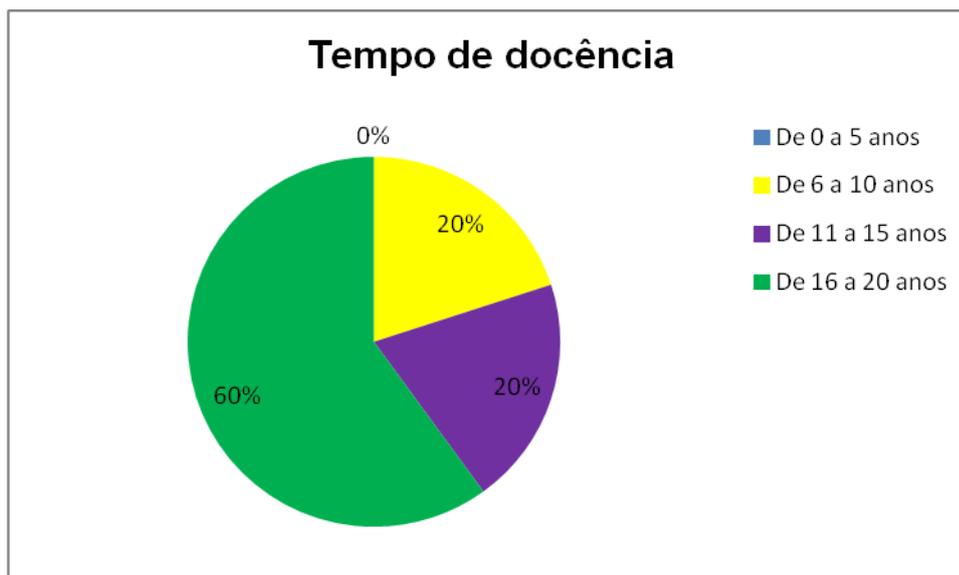
Segundo os dados analisados, todos os educadores que participaram da pesquisa, ou seja, 100% são do sexo feminino.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

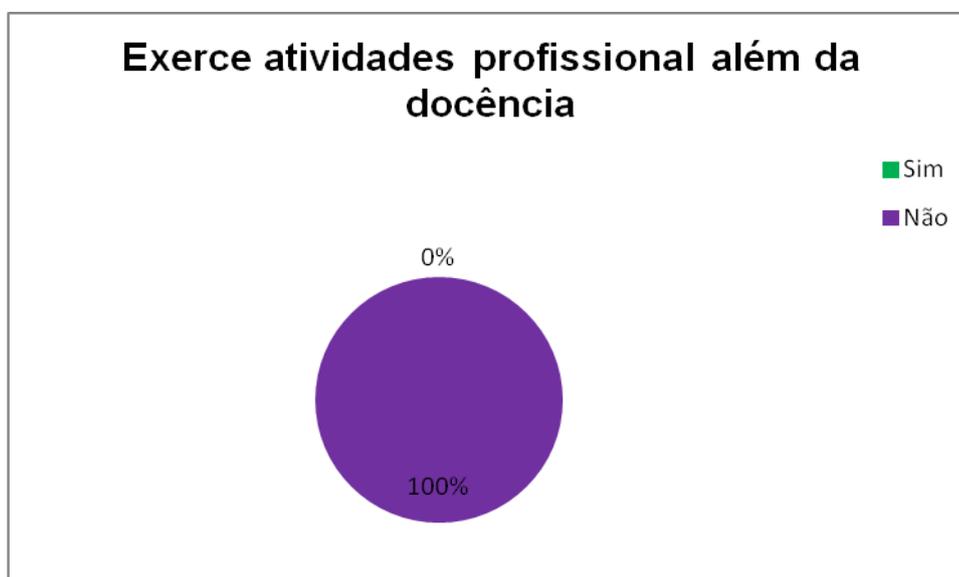
Os dados revelam que 100% dos professores são graduados e pós-graduados.

Os professores possuem especializações nas seguintes áreas de formação: História Regional 40%, Gênero e Diversidade na Escola 20%, Psicopedagogia 20% e História Socioeconômica do Brasil 20%, totalizando 100%.



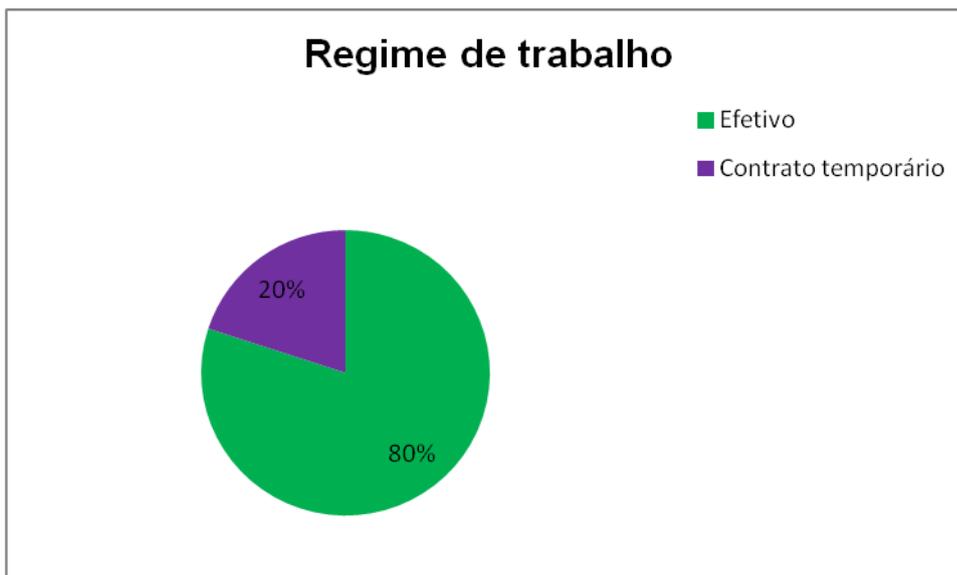
Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

De acordo com o gráfico que se refere ao tempo de docência dos professores entrevistados estão descrito da seguinte forma 20% está entre 6 a 10 anos, 20% de 11 a 14 anos e 40% entre 16 a 20 anos, contabilizando 100% dos educadores pesquisados.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Através dos dados do gráfico conclui que 100% dos professores exerce apenas docência com atividade profissional, não tendo outra atividade remunerada.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

A partir do gráfico sobre o tema regime de trabalho, 80% dos professores são concursados, ou seja, 4 professores, enquanto apenas 1 professor está em regime de contrato temporário.

### **Análise da questão número 1.**

Na questão número 1 os professores colocaram suas posições sobre o seguinte tema: “Sabemos que o Sistema Público Educacional Brasileiro vem passando por transformações desde o processo de redemocratização do Brasil, com a Constituição de 1988. Assim, na sua unidade escolar, quais são os impactos no processo de ensino aprendizagem das políticas públicas abaixo mencionadas?”

Sobre o Programa de Alfabetização da Idade Certa, 80% dos professores afirma que o mesmo tem como base alfabetizar crianças que estão no primeiro ciclo do ensino fundamental 1ª fase (1º e 2º), mas ficou apenas na teoria com formações, os materiais didáticos não foram fornecidos e não surtiu o efeito necessário no contexto de sala de aula. Um professor que representa 20% referiu-se sobre o cuidado com a família, dependentes químicos, isso fora do contexto do questionamento, mostrou-se desconhecer o tema.

Quando os professores da rede municipal de ensino foram questionados sobre o Programa Etapa do Ensino, uma política pública da esfera municipal, que tem como objetivo ser um material de apoio pedagógico aos professores com o foco

na aceleração da aprendizagem dos alunos, com uma coletânea de atividades de acordo com a base curricular do município de Uruana - GO. Um professor, 20%, não respondeu o questionamento. Outro professor, 20%, diz que não trabalha com esse sistema, referindo – se que apenas para o ensino fundamental. Mais, 20% dos professores diz “estar aguardando a chegada do material desde o ano letivo e não chegou”. E os 40% dos professores destacam que o programa não é ruim, contém muitos erros, e não condiz com a realidade dos alunos e com a matriz curricular, não e pode confiar.

Sobre o Livro Aprender + ou Caderno Aprender +, 60% dos professores por fazer parte do ensino público municipal e esta é uma política pública estadual para educação as suas respostas não condizem com a realidade. Já 40% dos professores por lecionar nas duas esferas educacionais (Municipal e Estadual), diz que é um programa de reforço escolar que vem somar com o trabalho do professor com o foco na aprendizagem dos alunos.

De acordo com 20% dos professores a (ADA) Avaliação Dirigida Amostral tem como proposta avaliar os conteúdos essenciais do 5º ano do Ensino Fundamental e que através dela podem-se avaliar os pontos fortes e fracos da aprendizagem. Já 80% por não ser uma da educação municipal o teor das suas respostas não condizem com a realidade da proposta da avaliação.

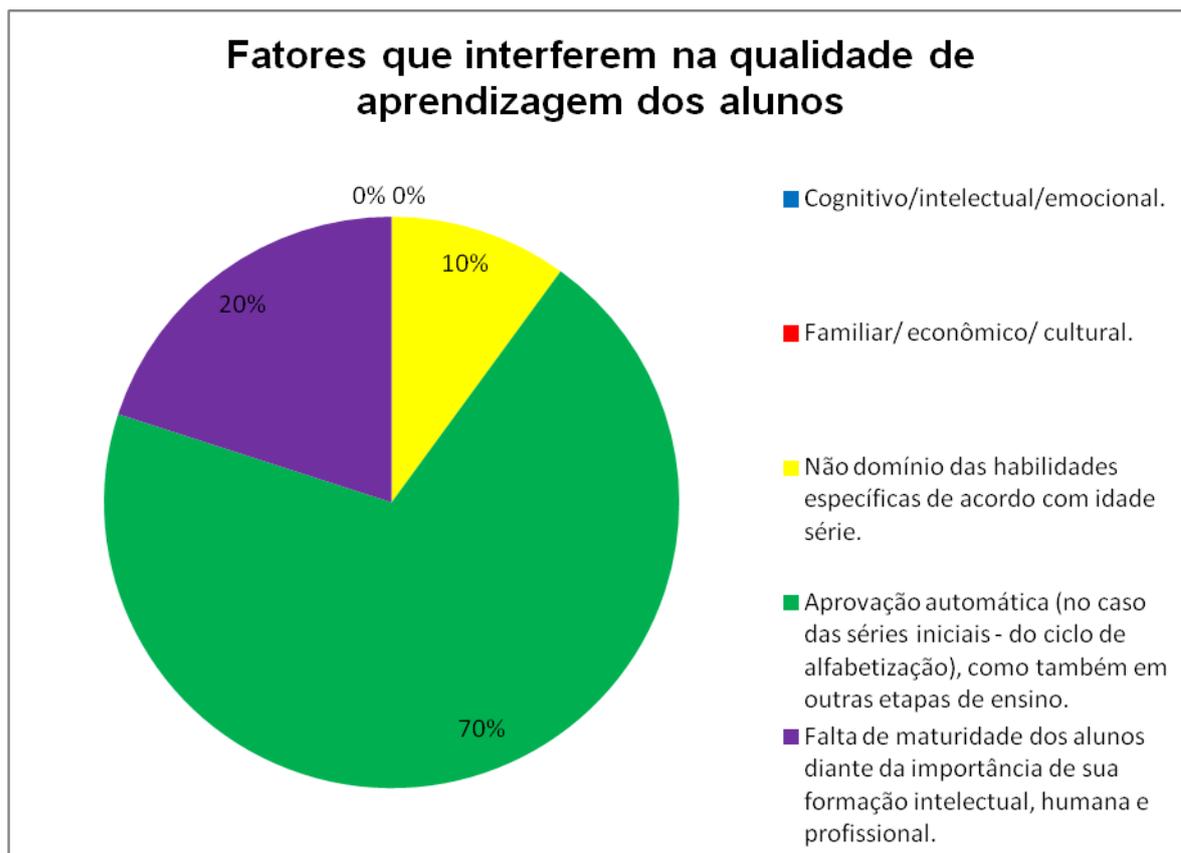
Sobre a Prova Brasil (IDEB) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de acordo com 80% dos professores essa avaliação externa nacional e de larga escola tem como finalidade a tradução em números a qualidade do ensino. Mas, ao mesmo tempo provoca uma competição entre as unidades educacionais em busca de resultados até certo ponto positivos sobre aprendizagem dos alunos. Só que, em outra vertente não leva em consideração a estrutura, a participação dos pais e as condições de estudos dos estudantes e ainda a falta de investimentos necessários para a melhoria da qualidade do ensino público. Esse resultado tem como objetivo o marketing de busca de resultados que mostra o índice, neste caso números e posições que escola precisa atingir e das ações do governo no sistema de ensino, isso que não transmite a realidade da educação pública. Um professor que configura 20% desta amostragem não mencionou sua resposta.

Para 40% dos professores a Olimpíada de Matemática auxilia no processo de ensino da matemática, pois “estimula a competitividade individual dos alunos” em busca do conhecimento e com novas estratégias para o ensino o professore tem

condições de melhor o rendimento escolar dos alunos. Um professor que representa 20% afirmou que não trabalha nesta área e outro 20% optou em responder a questão. Para outro professor que configura mais 20%, declara que “na 1ª e 2ª do Ensino Fundamental em avaliação externa de larga escala e a nível nacional esta fora da realidade de grande maioria dos alunos”.

Segundo 60% dos educadores acreditam que a Olimpíada de Língua Portuguesa é primordial, pois estimula a leitura, compreensão de textos, escrita, produções textuais e a possibilidade do aluno aprimorar a habilidade literária. Um professor sendo 20% optou em não responder a questão e o outro 20%, declarou não trabalhar nessa área do conhecimento.

Para os professores que responderam a pesquisa 40% consideram que o (ENEM) Exame Nacional do Ensino Médio, é um sistema de avaliação que procura quantificar a qualidade de Ensino Médio a nível nacional e também é uma possibilidade dos alunos ingressarem no ensino superior, visto que universidades públicas usa a nota do exame. Um professor que 20%, diz que é uma forma de avaliar o ensino médio, mas é alvo de erros nas questões, vazamentos das avaliações sendo cansativo apenas dois pela a quantidade de disciplinas. Por não ter a modalidade do ensino médio nesta unidade educacional 40% optou por não apresentar seu parecer sobre o questionamento.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Segundo a pesquisa é possível computar que 70% dos educadores, quatro professores, ou seja, a maioria acreditam que a aprovação automática (no caso das séries iniciais - do ciclo de alfabetização), como também em outras etapas de ensino são aspectos que interferem na qualidade de aprendizagem dos alunos, outros 20%, um professor, atribui à falta de maturidade dos alunos diante da importância de sua formação intelectual, humana e profissional a responsabilidade em interferir na qualidade da aprendizagem dos alunos, por fim, 10%, um professor, acredita que a interferência na qualidade de aprendizagem se deve ao não domínio das habilidades específicas de acordo com idade série.

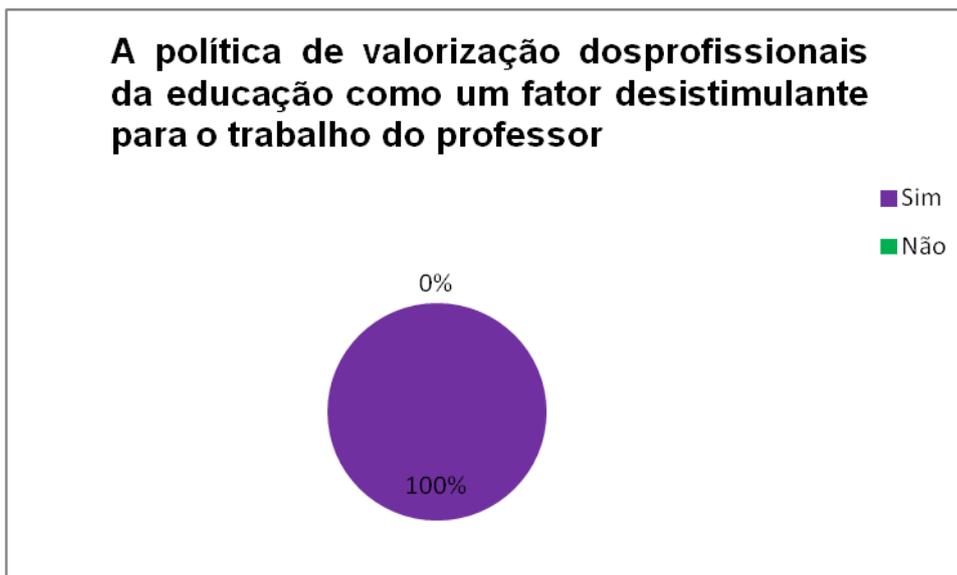
Ao interpretar os dados, mensurou-se que um professor acredita que dois fatores mencionados como alternativas são responsáveis por interferirem na qualidade de aprendizagem, logo, os valores percentuais foram divididos entre os dois fatores selecionados pelo mesmo, assim, 10% dos 70% citado acima e 10% que acreditam que a interferência se deve ao não domínio das habilidades se referem a um mesmo professor.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Segundo os dados analisados, pode-se interpretar que, dentre as políticas públicas apresentadas, 20% dos professores, um professor, acredita que o (ENEM) – Exame Nacional do Ensino Médio é a política pública que mais se adequa à realidade de aprendizagem dos alunos. Outra porcentagem apresentada, 20% dos educadores, um professor, atribui ao (PNAIC) – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, o título de política pública que mais se adequa à realidade da aprendizagem. Um professor, 20% da pesquisa, não respondeu à pergunta. A maioria dos pesquisados, 30%, dois professores defende que o livro Aprender + é a política pública que mais se adequa ao que foi questionado. Por fim, um professor, 10%, escolheu como política pública favorecedora da aprendizagem adequada à realidade o livro aprender +.

Como foi permitido que os professores escolhessem dentre as políticas públicas apresentadas, um dos professores escolheu mais que uma alternativa, assim, os valores percentuais de um professor, ou seja, 20% foram divididos entre os programas Aprender + e (PNDL) Programa Nacional do Livro Didático.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Para os 100% dos professores pesquisados a política de valorização salarial, neste caso o Piso Salarial não ser respeitado pelos governantes nas esferas (municipais, estadual e federal) e ainda a falta de respeito dos alunos e não recebimento do devido valor pela sociedade desestimula os atuais educadores e o ingresso de novos candidatos à docência.

#### **Análise da questão número 5.**

Para 100% dos professores a participação familiar na vida educacional dos alunos é imprescindível para o sucesso da aprendizagem dos alunos. Quando escola e família caminham num mesmo objetivo que é fazer com que os estudantes aprendam não só os conteúdos curriculares, mas sim valorizar o respeito, a moral, a ética, esse ser humano será um cidadão crítico e transformador no meio social e que convive. Ao contrário a não participação da família na educação dos filhos provocam conflitos sociais e educacionais muitas vezes irreversíveis em curto prazo.

#### **Análise da questão número 6.**

Segundo 80% dos professores quando os incentivos financeiros são insuficientes nos anos de (IDEB) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

que são capazes de elevar o índice de qualidade educacional. Mas consideram, que na educação brasileira os recursos vêm em forma de cobranças e burocracias. Ainda, não tem políticas públicas suficientes eficazes para solucionar as mazelas educacionais, nos pontos da valorização salarial dos professores, suportes pedagógicos para o ensino aprendizagem dos alunos e para que o educador realize seu trabalho em sala de aula de forma satisfatória. Um professor 20% afirma “que enquanto não houver investimentos nos salários dos professores e infraestrutura das escolas continuará com índices educacionais mentirosos que não refletem a realidade intelectual dos alunos”.

### **Análise da questão número 7.**

De acordo com um professor 20% “afirma que as políticas públicas educacionais não resolvem as disparidades educacionais, mas pelo contrario busca aumentá-las no espaço escolar”. Um professor 20% ao colocar seu ponto de vista diante do questionamento não conseguiu retratar a realidade do questionamento. Já 20%, diz que o (FUNDEB) Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica, é primordial, pois têm recursos específicos para o financiamento da educação básica no Brasil. Para 20% dos professores o que existe realmente é a competitividade entre as unidades educacionais o que fomenta a necessidade de estratégias pedagógicas em busca de resultados na aprendizagem dos alunos. Já um professor 20% “não consegue visualizar algo de destaque de grande impacto”, mas o (ENEM) Exame Nacional do Ensino Médio é positivo para o contexto educacional atual.

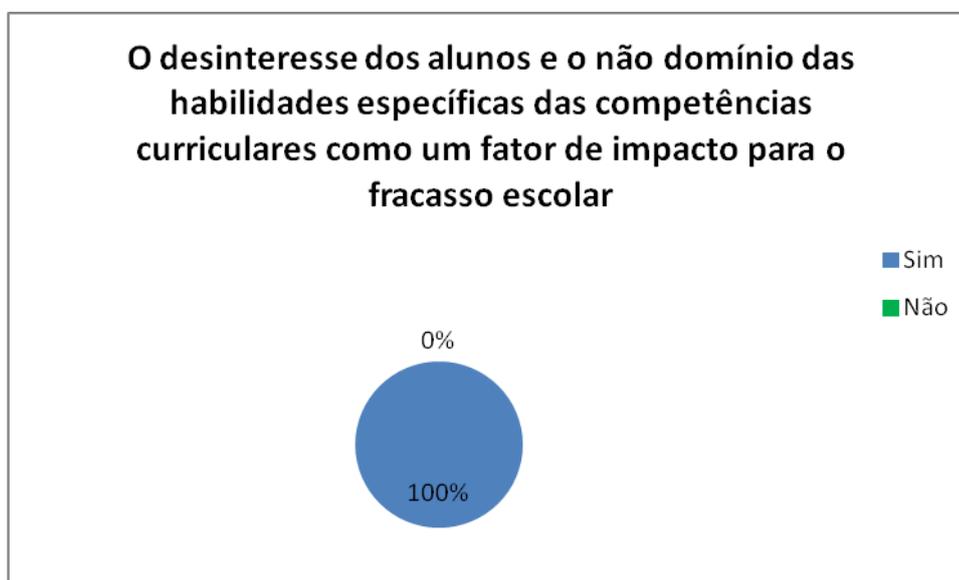
### **Análise da questão número 8.**

A partir do seguinte questionamento: “Observando o ano anterior (2018), qual o maior desafio do seu trabalho com professor para que ao aluno aprenda com qualidade?” Cada professor apresentou um ponto de vista, contabilizando o 100% da amostragem. Um professor 20% acredita que o maior desafio de seu trabalho é chamar atenção do aluno para o processo de ensino aprendizagem. Outro professor 20% o que dificulta o seu trabalho para que o estudante aprenda com qualidade é a falta da participação familiar na vida educacional de seus filhos. Para outro

educador 20% a maior dificuldade é o trabalho com turmas heterogêneas ao extremo, a falta e autonomia gerada pelo sistema educacional que visa resultados numéricos e não a aprendizagem. E por fim 20% um professor reconhece que sua dificuldade é lidar com as pressões no que se refere quantificar os resultados das avaliações para as aprovações, já que as políticas públicas educacionais visam apenas a aprovação e a elevação dos índices numéricos que qualifica a melhoria do sistema de ensino.

### **Análise da questão número 9.**

Quando questionados sobre o Programa Nacional do Livro Didático e seu impacto na aprendizagem dos alunos 80% dos professores confirmam que os livros não estão de acordo com a Matriz Curricular da Educação Municipal. Já 20% um professor diz que os livros são de boa qualidade, mas nem sempre é respeitada a escolha dos livros feita pelos professores e outro fator negativo é que ao contabilizar a quantidade enviada para unidades escolares não chega à quantidade suficiente para atender a demanda dos alunos.



Fonte: mestrando Alex Batista de Andrade-Goiás-2018.

Conforme os dados do gráfico 100% dos professores afirmam que o desinteresse e o não domínio das habilidades específicas das competências curriculares de acordo com a idade série em que se encontra o aluno é fator de

impacto tendo como resultado o fracasso escolar e a desilusão dos educadores quanto o papel da educação na vida do educandos que é a formação de cidadãos conscientes, críticos e sendo agentes transformadores do espaço social no qual estes indivíduos se encontram inseridos.

Segundo 100% dos professores a educação no Brasil vivencia na atualidade um grande paradigma no contexto formativo em que a escola vem perdendo sua função social, pois vivencia uma competição no que se refere à perda de uma parcela dos alunos para o mundo virtual das redes sociais, jogos online, as drogas, a violência que esta inserida no meio da sociedade. Outro fator a necessidade dos jovens de se ingressarem no mundo do trabalho, pois as clientela educacionais das unidades de ensino estadual e municipal são em sua maioria de baixa renda. Todavia, o não domínio das habilidades específicas do conhecimento geram fatores catastróficos no processo formativo dos alunos. Por fim a crescente desvalorização social do professor e da educação vem promovendo a evasão escolar dos alunos em dados alarmantes quando olhamos para o ensino médio brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do nosso objeto central da pesquisa que é a interferência das políticas públicas no processo de ensino aprendizagem nas Unidades Educacionais no município de Uruana – Goiás é de suma importância que além das ações e propostas do governo na questão educacional é imprescindível para o sucesso do ensino nas Unidades Educacionais o regaste e o fortalecimento das relações da escola, com os atores centrais e promotores de mudanças sociais e de valores que são a família, os professores, os alunos e comunidade escolar. É preciso que todos percebam, pensem, busquem e acreditem nas mudanças e qual é o verdadeiro papel da educação na vida de cada ser humano que chega a nossas escolas, com suas histórias com marcas sofridas ou não e a educação é o último caminho que tem diante dos fracassos e mazelas por eles vivenciadas.

Pensando nesses fatores mencionados acima, que comecei a busca por compreender os fatores (sociais, políticos, culturais, familiares, econômicos) que descrevem o fracasso e o sucesso educacional nas Instituições de Ensino do município de Uruana – Goiás, tecendo nos questionários de pesquisa minhas inquietações de pesquisador buscando perceber nas respostas dos professores entrevistados quais as políticas públicas educacionais provoca o impacto na aprendizagem dos alunos.

O que se percebe no decorrer da construção deste estudo sobre a ação das políticas públicas no processo de ensino das escolas, é que os professores questionados sobre a sua eficiência dentro do seu fazer pedagógico diário em sala de aula, eles fazem apontamentos sobre a sua real eficácia na aprendizagem dos alunos, considerando-as apenas como uma ação do Governo que não dão garantias para a real necessidade que vivência o sistema educacional brasileiro.

Quando voltamos nosso olhar para o processo histórico da educação no Brasil, desde o período Imperial, Republicano, o que se percebe é que ainda se permeia na educação o sistema de ensino tradicional elitista, em que a elite educacional no Brasil é que impõem, decide de cima para baixo, quais devem ser as ações que segundo essa elite traz melhoria a educação no nosso país, mas sem escutar os anseios quem esta na ponta e que é base de conhecimento – os professores.

Compreendemos através da literatura histórica da educação brasileira que existe em sua longa trajetória arraigado a exclusão e uma educação que é delineada pela elite dominante em que por muito tempo estava no processo escolar que a escola é lugar de filho dos ricos e os pobres não tinham esse direito realmente garantido. Com a Constituição de 1988, temos um marco primordial para o caminho de mudanças legais na educação, inclusive desdobramentos, lutas e debates sobre o sistema de ensino que maturam e originam avanços constitucionais significativos como a Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9495/96, entre outras. Nessa trajetória de transformações tem-se a universalização e a obrigatoriedade, associada aos dispositivos legais que corresponsabilizam família e Estado na educação das crianças e adolescentes, relacionando, portanto, questões como o direito, a qualidade e a atuação do Estado na garantia da educação pública.

Assim, sabemos que foi a partir da década de 90, um período marcado por uma maior reflexão sobre a ação das políticas públicas educacionais como fator melhorias para o sistema de ensino nas diferentes modalidades, como por exemplo, o financiamento de educação, programas como os PCNs, e formação de professores. Essas preocupações são um conjunto de medidas que fazem parte dos objetivos contemplados na LDB nº 9394/96, que trouxe consigo a implantação de fundos específicos e voltados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Através deste panorama, focamos nas Unidades Educacionais do município pesquisado e percebermos através das respostas dos professores ao serem questionados sobre as políticas educacionais e o seu grau de impacto na aprendizagem dos alunos deparamos com um paradigma em relação a sua eficiência. Sendo que, alguns professores consideram que as políticas educacionais não promovem a mudança necessária que eles almejam na qualidade do processo de ensino aprendizagem.

Ao serem questionados sobre o que é um fator preponderante para o sucesso ou fracasso educacional foram categóricos em suas colocações sobre a participação da familiar na vida dos alunos é primordial para incentivá-los a superar suas dificuldades do conhecimento tendo como resultado avanços significativos em sua aprendizagem. Em contrapartida a não participação dos pais na vida escolar dos filhos geram efeitos negativos e em muitos casos difíceis de soluções em curto prazo. Outros fatores destacados pelos professores foram à falta de interesse dos alunos, o não domínio de habilidades específicas de conhecimento de acordo com a

idade e a aprovação automática, sendo pontos significativos para a defasagem escolar os estudantes e sentimento de fracasso da educação de acordo com os educadores pesquisados.

Vale aqui lembrar que para os 100% dos professores pesquisados consideram que a falta de valorização profissional, social e financeira são uns dos pontos que vem crescendo no Brasil o distanciamento da carreira do magistério. Pois, os educadores no processo de ensino em sala de aula passam por diversas mazelas no que se refere o interesse dos alunos, problemas de aprendizagem, falta de material de didático de acordo com o currículo escola e realidade do aluno, violência escolar e por último a falta de valorização financeira que permeia a vida dos professores no Brasil.

Portanto, trabalhar em defesa de uma instituição escolar de qualidade é desejar, entre diversos fatores, investimentos reais do governo em prol da melhoria e eficiência do ensino aprendizagem, a participação familiar, dos alunos, ter professores respeitados, valorizados na questão social, profissional e salarial, uma escola com principio da ética, valorizando as iniciativas de cada aluno com o único e imprescindível objetivo o ensino a busca diária pela a excelência na educação. Tendo com isso políticas públicas educacionais que funcionem que provoquem as mudanças e profundas na carreira do magistério, com metodologias que incentivem o desejo dos alunos em aprender e eles sejam acolhidos de acordo com suas potencialidades do conhecimento, amados e principalmente acreditar que cada ser humano é um diamante a ser lapidado no decorrer da sua vida de formação intelectual e humana.

Aqui não podemos somente criar agentes (professores, alunos, família, sociedade) nós iremos determinar a sua cupabilização pelo fracasso vigente dentro do sistema educacional do brasileiro, ou fixamos o nosso olhar apenas em questões que determinam a promoção da qualidade do ensino. É preciso que observemos as figurações sociais que estão no cerne do conhecimento, tais como a escola, secretaria de educação, famílias, alunos, professores e equipes do governo. É imprescindível que todos os atores educacionais se evolvam e acreditem que mudanças já ocorrem no processo de ensino, é preciso que haja mais, mas todos podem dar sua contribuição para sairmos dos marasmos ou abismos que ainda podemos vivenciar no cenário escolar.

Com essa pesquisa percebemos apontamentos importantes no que se refere o papel das políticas públicas educacionais, diante deste contexto é preciso gerenciar e focar nas ações educacionais mais abrangentes na de formas individualizadas e fragmentadas, não pode pensar em política social no campo da educação de forma partidária, ou ainda querer propor soluções para o ensino em épocas das eleições. Neste sentido, tem-se que organizar uma política de Estado para a educação, para que quando assumirem novos grupos de poder possam dar a continuidade das propostas educacionais que derem certo e não querer propor ações inalcançáveis como vemos atualmente.

Ao olharmos o Estado (brasileiro/atual), como uma representação/figuração política não podemos ser entender e compreender sua ação fora do contexto social. Através do pensamento do autor Elias (1994), não é visto como algo desligado que se encontra externo à sociedade ou aos indivíduos. “Nesta linha de pensamento e analisarmos as causas que levam o insucesso “escolar” chegamos a uma conclusão que sua formação é um processo proveniente de inúmeros meios que aqui não se pode ser atribuídos como fator de preponderância ao indivíduo e ao meio social em que está inserido fazendo com isso a estigmatização social das camadas mais carentes, como também não disseminarmos a culpa exclusivamente na instituição estadual, como a figuração que representa a sociedade.

Nesta questão quando percebemos as questões das desigualdades sociais que interferem na trajetória da educação pública brasileira e aqui não sendo o município de Uruana – Goiás, não sendo as suas Instituições de Ensino desmembradas como algo particular, mas como parte de todo conjunto educacional do Brasil que passa que vivência as forças de interesses ligadas ao capital das elites que se encontram no jogo do poder econômico e político que não tem o interesse de propor as mudanças necessárias para o solto de qualidade no sistema de ensino brasileiro. Pois, o que é notório na educação pública é luta de professores, alunos, que buscam organizar movimentos em favor de um ensino de qualidade e contra ações políticas que asseguram o aumento do abismo social.

Contudo, trabalho pedagógico realizado pelos professores visa proporcionar ao aluno a completa integração com a Escola, tanto no âmbito educacional quanto no social. Por isso, que os professores tem um papel muito importante nessa mudança na vida dos alunos, no que se refere às questões de aprendizagem com o uso de métodos de ensino que integre o educando no contexto de sala aula e com

sua realidade. Todavia, o objetivo maior dos recursos metodológicos deve ser enfatizar o crescimento individual, ajudando o aluno a construir e assumir sua personalidade, encontrando uma forma de expressá-la socialmente, e possibilitar-lhe um clima propício ao seu desenvolvimento humano. Devemos criar condições para que o aluno assimile profundamente todas as informações – considerando-se a necessidade de receber o ensinamento de forma significativa – levando-o à especulação, ao confronto.

Esses alunos muitas vezes perderam a vontade de sonhar, mas os professores precisam ser vendedores de sonhos, como nos diz o escritor, Augusto Cury em seu livro Pais Brilhantes – Professores Fascinantes, em que se faz referência de “quem sustenta, quem é o alicerce de toda a sociedade são os professores”. Portanto, ser professor a vivenciar várias realidades, com medo, anseios, mas acima de tudo com o desejo de mudança, alegria ao ver que os alunos conquistaram o seu espaço no meio social, com uma visão pautada na criticidade a partir dos acontecimentos do mundo que os cerca.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando de. **O Sentido da Educação Colonial**. In: **A Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943. p.289-320.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. V. 56. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. INEP SAEB. Objetivos. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acessado em 10 de outubro de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelecem Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 23 de dezembro, 1996.

BUARQUE, Cristovam. **A Revolução Republicana na Educação**: Ensino de qualidade para todos. Editora Moderna, São Paulo, 2011.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública**. São Paulo: Saraiva: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação como desafio na ordem jurídica**. In. LOPES, Eliane M; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cynthia G. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

FRANCA, Leonel. **O Método Pedagógico dos Jesuítas**: o "Ratio Studiorum". Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

GERMANO, José Willington. ***Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)***. São Paulo: Cortez, 1994.

GÓES, José Roberto de & FLORENTINO, Manolo. “Crianças escravas, crianças dos escravos” In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. Op. Cit., p.177-191.

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. ***O ensino secundário no Império brasileiro***. São Paulo, EDUSP, 1972.

IANNI, Octavio. ***O colapso do populismo no Brasil***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

KRAWCZYK, N.R.; VIEIRA, V.L. Um estudo sobre o estado da arte da reforma educacional na década de 90 na América Latina: Brasil, Argentina, Chile e México. Relatório de pesquisa, FAPESP, maio 2005.

LIBÄNEO, José Carlos. Didática. 21ª. São Paulo: Cortez, 1994.

LOMBARDI, J. C. e SAVIANI, D. ***Marxismo e Educação***: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

LOMBARDI, J. et al. (Orgs.) ***Capitalismo, Trabalho e Educação***. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

LOMBARDI, José Claudinei. ***Globalização, pós-modernidade e educação***. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Globalização, pós-modernidade e educação*: história, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2001. p. I-XXVIII.

MATTOS, Luiz Alves. ***Primórdios da Educação no Brasil: O Período Heróico (1549-1570)***. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1958.

MAUAD, Ana Maria. “**A vida das crianças de elite durante o Império**” In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. Op. Cit., p.137-176.

MEC – Ministério da Educação e Cultura. Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos – Avaliação e Planejamento – Caderno 4 – SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – 2006

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? 10ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MÉSZÁROS, István. **Marx: a Teoria da Alienação**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.\_\_\_\_\_. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo; Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

MINTO, Lalo W. . Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Estadual **O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro: do Golpe de 1964 aos anos 90** de Campinas, 2005.

MORETTO, Vasco Pedro. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NEVES, Lúcia M. W. (Org.) **Empresariamento da educação**. São Paulo: Xamã, 2002.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **Ajuda Externa para a Educação Brasileira: da usaid ao banco mundial**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 1999.

NORONHA, Olinda M. **Ideologia, trabalho e educação**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2004.\_\_\_\_\_. *Políticas neoliberais, conhecimento e educação*. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2002.

OLIVEIRA, Romualdo e ADRIÃO, Theresa. (Orgs.) **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2002.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003. (p. 29 a 71).

PILETTI, Cláudio. Didática geral. 23ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

PINTO, J.M.R. *Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas*. Brasília, DF: Plano, 2000.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. ***História da Educação: a organização escolar***. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. ***O Fantasma da Revolução Brasileira***. São Paulo: Unesp, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. ***História da Educação no Brasil***. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 13ª Ed. 1991.

SADER, Emir. ***Público versus mercantil***. *Folha de S. Paulo*, 19/06/2003, Opinião, p. A3.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. ***Franciscanos na Educação Brasileira***. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. ***Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. I – Séculos XVI-XVIII***. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p.93-107.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. São Paulo, Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. ***Educação e Colonização: as ideias pedagógicas no Brasil***. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. ***Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. I – Séculos XVI-XVIII***. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.p.121-130.

SILVA JR., João dos Reis. ***Reforma do estado e da educação no Brasil de FHC***. São Paulo: Xamã, 2002.

SOUZA, Maria Inês Salgado de. ***Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964***. Petrópolis: Vozes, 1981.

STURZA, Janaína Machado; TERRA, Rosane B. Mariano da Rocha. **Direito & políticas públicas III**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2009

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

VENANCIO, Renato Pinto. **“Os aprendizes da guerra”** DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. Op. Cit., p.84-106.

WEREBE, Maria José Garcia. 30 Anos Depois - **Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**. São Paulo, Ática, 1994.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. **Poder político e educação de elite**. 3.ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luísa Santos & NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

## **Anexos**

Professor (a),

O questionário a seguir refere-se à pesquisa de campo integrada ao projeto de estudo sobre a interferência e os impactos das políticas públicas educacionais no processo de ensino aprendizagem nas Unidades de Ensino estaduais e municipais de Uruana - Goiás: este estudo, que será à base da tese de Mestrado em Educação a ser apresentada Universidade **FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES**.

As informações aqui recolhidas e analisadas não conterá identificação de seus autores.

Sem mais, agradecemos sua participação.

### QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.

UNIDADE DE ENSINO: \_\_\_\_\_

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSOR (A): \_\_\_\_\_

DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

NOME: \_\_\_\_\_

TITULAÇÃO ( ) Graduação: curso \_\_\_\_\_

( ) Pós-graduação (completo)

\_\_\_\_\_  
( ) Pós-graduação (cursando)

REGIME DE TRABALHO \_\_\_\_\_

TEMPO DE DOCÊNCIA \_\_\_\_\_

DISCIPLINA(S) \_\_\_\_\_

SÉRIE(S) QUE LECIONA \_\_\_\_\_

TEM OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL ALÉM DA DOCÊNCIA?

( ) Não ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

Tema da pesquisa do Mestrado:

**“A INTERFERÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DOS INDIVIDUOS NO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO E OS GARGALOS DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNÍCIPIO DE URUANA – GO”**

1. Sabemos que o Sistema Público Educacional Brasileiro vem passando por transformações desde o processo de redemocratização do Brasil, com a

Constituição de 1988. Assim, na sua Unidade Escolar quais são os impactos no processo de ensino aprendizagem das políticas públicas abaixo mencionadas.

Programa de Alfabetização na Idade Certa

---

---

---

---

---

Programa Etapa do Ensino Público

---

---

---

---

---

Livro Aprender Mais

---

---

---

---

---

(ADA) Avaliação Dirigida Amostral

---

---

---

---

---

Prova Brasil (IDEB) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

---

---

---

---

---

### Olimpíada de Matemática

---

---

---

---

---

### Olimpíada de Língua Portuguesa

---

---

---

---

---

### (ENEM) Exame Nacional do Ensino Médio

---

---

---

---

---

2. Dos fatores abaixo marque o que mais interferem na qualidade da aprendizagem dos alunos em sua opinião.

- a) cognitivo/intelectual/emocional.
- b) familiar/ econômico/cultural.
- c) não domínio das habilidades específicas de acordo com idade série.
- d) aprovação automática (no caso das séries iniciais – do ciclo de alfabetização), como também em outras etapas do ensino.
- e) a falta de maturidade dos alunos diante da importância de sua formação intelectual, humana e profissional.

3. Qual política pública mencionada na questão número 1, que mais adequou à realidade de aprendizagem dos alunos? Comente.

---

---

---

---

---

4. A política de valorização dos Profissionais da Educação, que não é cumprida no teor da lei, o Piso Nacional dos Professores. É um fator desestimulador para o trabalho do professor?

---

---

---

---

5. A participação da família no acompanhamento no processo formativo dos alunos é um fator preponderante para o sucesso de ensino aprendizagem dos alunos? E não participação familiar?

---

---

---

---

6. Como você professor percebe os investimentos em anos de IDEB, dos governos estaduais e municipais, como fator de impacto e relevante para que os alunos aprendam com qualidade os conteúdos proposto nos componentes curriculares?

---

---

---

---

7. Em sua opinião qual é o maior resultado das políticas publicas educacionais para o ensino aprendizagem dos alunos e o sucesso do trabalho do professor no contexto educacional atual?

---

---

---

---

---

8 – Observando o ano anterior (2017), qual o maior desafio do seu trabalho como professor para que o aluno aprenda com qualidade?

---

---

---

---

---

9. Qual impacto Programa Nacional do Livro Didático, na aprendizagem dos alunos ao longo do ano letivo?

---

---

---

---

---

10- Mesmo com todas as políticas públicas educacionais, o momento pelo qual se passa o sistema educacional brasileiro ainda precisa de mudanças estruturais e pedagógicas. Em sua opinião, a evasão, o desinteresse por parte dos alunos e o não domínio das habilidades específicas das competências curriculares é o fator de impacto para fracasso escolar de muitos alunos e a desilusão de vários professores?

---

---

---

---

---